

**MARIA DA GRAÇA CASSANO**

**O PAPEL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA PRODUÇÃO  
DOS SENTIDOS DE LÍNGUA, LEITURA E NAÇÃO  
NO BRASIL DO SÉCULO XIX**

**NITERÓI, 2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**MARIA DA GRAÇA CASSANO**

**O PAPEL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA PRODUÇÃO  
DOS SENTIDOS DE LÍNGUA, LEITURA E NAÇÃO  
NO BRASIL DO SÉCULO XIX**

Tese apresentada ao Instituto de  
Letras da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial  
para a obtenção do título de Doutor  
em Estudos Lingüísticos

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Bethania Sampaio Correa Mariani**

**Niterói, 2006**

**MARIA DA GRAÇA CASSANO**

**O PAPEL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA PRODUÇÃO  
DOS SENTIDOS DE LÍNGUA, LEITURA E NAÇÃO  
NO BRASIL DO SÉCULO XIX**

Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos. Área de concentração: Discurso e Interação.

Aprovada em março de 2006

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Bethania Sampaio Correa Mariani - Orientadora  
UFF

---

Prof. Dr. Eduardo Guimarães  
UNICAMP

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Eliana Yunes  
UERJ / PUC-Rio

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Lygia Maria Gonçalves Trouche  
UFF

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Tânia Conceição Clemente de Souza  
UFF / UFJF

---

Prof. Dr. Ricardo Stavola Cavaliere  
UFF

---

Prof<sup>a</sup> Vanise Gomes de Medeiros  
UERJ / PUC-Rio

Niterói, 2006

Dedico especialmente este trabalho aos Meus pais, Vicente Cassano (*in memoriam*) e Julia Lopes Menezes, responsáveis amorosos por eu ter até aqui chegado.

## **AGRADECIMENTOS**

À Prof Dra. Bethania Mariani, com quem mais uma vez pude contar com sua orientação segura e acurada.

Ao Real Gabinete Português de Leitura, nas pessoas do Sr. Orlando José e Sr. Antonio Gomes da Costa , que tão gentilmente me permitiram meu acesso aos documentos fundantes de tão importante instituição.

Às bibliotecárias do Real Gabinete Português de Leitura.

Aos bibliotecários e funcionários dos setores de manuscritos e de obras raras da Biblioteca Nacional, pela solicitude com que me distinguiram.

*"O século XIX, no Brasil, é um momento crítico na reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escritura, por instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa cidadania."*

**Eni Orlandi (2001)**

## RESUMO

Pretendemos neste trabalho, que se inscreve no projeto História das Idéias Lingüísticas, estudar as condições de produção em que a Biblioteca Nacional e o (Real) Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro se instituíram e discursivizaram ao longo do século XIX, durante o período Imperial. A escolha dessas instituições deveu-se ao fato de as considerarmos espaços enunciativos do português com repercussão no âmbito político. Quanto ao período estudado – 1821 a 1890 –, cabe observar que se tratava de um momento em que a sociedade brasileira e suas instituições organizavam-se, contribuindo para a consolidação da nação brasileira. Valemo-nos de documentos fundantes de ambas as bibliotecas públicas, tais como regimentos e estatutos prioritariamente, para observarmos em que medida cada uma contribuiu para que noções como nação, língua e leitura se construíssem e como tais construções afetaram e vêm afetando a formação do sujeito-leitor no Brasil desde então. Nossas pesquisas tomaram por base os pressupostos teóricos da Análise do Discurso da escola francesa (Pêcheux; Orlandi), cujos conceitos de pré-construído, memória, formação imaginária e paráfrase nortearam as análises.

Palavras-chave: **língua – nação – leitura – análise do discurso – História das Idéias Lingüísticas – bibliotecas públicas**



## ABSTRACT

In this paper, which is to be included into the scope of the History of Linguistic Ideas Project, we intend to study the conditions of production under which the National Library and the Royal Portuguese Reading Room of Rio de Janeiro were established throughout the Imperial era during the 19<sup>th</sup> Century. The choice of these institutions was due to the fact that we consider them to be representative “enunciative spaces” for spoken Portuguese with repercussions in the political sphere. With regard to the period under scrutiny, namely 1821 to 1890, we highlight the fact that this period reflected a time during which the Brazilian society and its institutions were being organized, thereby contributing to the consolidation of the Brazilian nation. We gave priority to the exam of the founding documents of both of these public libraries, such as internal regulations and bylaws to ascertain to what extent each one contributed to structure the notions of nation, language and reading and how these constructions have affected and still affect the formation of the subject-reader in Brazil from that time on. Our research was based on the theoretical support of Discourse Analysis from French school (Pêcheux; Orlandi) whose concepts of pre-constructed, memory, imaginary formation and paraphrase were guidelines for the analysis.

**Key-words: language – nation – reading – discourse analysis – History of Linguistic Ideas – public libraries**

## SUMÁRIO

1. Introdução	10
1.1 Um percurso e um outro objetivo à guisa de justificativa	10
1.2 Estrutura do trabalho	18
2. Referencial teórico de sustentação para as análises	20
3. Corpus e Metodologia	32
4. Bibliotecas públicas: do arquivo ao discurso	42
4.1. Biblioteca, memória e poder	44
4.2. Bibliotecas portuguesas em terras brasileiras	46
4.2.1. Biblioteca Nacional	46
4.2.2. Gabinete Português de leitura do Rio de Janeiro	54
5. Injunções iluministas na determinação de uma ordem política e de leitura	63
5.1. Biblioteca Nacional	68
5.2. Gabinete Português de Leitura	73
6. Acervos: entre a leitura idealizada pelas instituições e as demandas dos leitores	84
6.1. A constituição do acervo no (R)GPL	84
6.2. A constituição do acervo na BN	95
7. De Real Biblioteca à Nacional do Brasil: a estrutura jurídico-discursiva de seus documentos fundantes e a consolidação do português como língua de uma nação emergente	106
7.1. O discurso jurídico nos documentos fundadores	107
7.2. A questão da língua nacional na letra dos regimentos	124
8. Gabinete Português de Leitura: guardião da língua e da cultura portuguesas	128
9. Real Biblioteca e Gabinete Português de Leitura: o leitor imaginário e uma memória de língua, de leitura e de nação que se projetam no futuro	145
10. Considerações finais	160
11. Bibliografia	166
12. Anexos	174

## 1. Introdução

### 1.1. Um percurso e um outro objetivo, à guisa de justificativa

Já há algum tempo, na perspectiva de professora de língua portuguesa nos ensinamentos fundamental e superior, vim dedicando a pesquisar sobre o tema *leitura*. Durante a especialização em Leitura (PUC-Rio) e o mestrado em Língua Portuguesa (UFF), ocupamo-nos das determinações do leitor escolar, e das condições de produção de leitura, que levariam esse leitor a uma possível apropriação autoral do texto a ser lido.

Agora, nos últimos anos, na qualidade de doutoranda em Estudos Lingüísticos, na Universidade Federal Fluminense, nosso olhar sobre esse assunto alarga-se, estende-se, tanto no espaço, quanto no tempo. Remontamos ao século XIX, para refletir sobre o papel da **Biblioteca Nacional**<sup>1</sup> e o do **Real Gabinete Português de Leitura**, sendo este, nessa época, tão-somente Gabinete Português de Leitura, tomando-os como duas das instituições fundadoras dos sentidos de língua portuguesa e de nação brasileira.

A escolha do século XIX não foi aleatória ou ingênua. Deveu-se ao fato de esse período, como aponta Orlandi (2001: 8), ter sido "um momento em que desembarcaram práticas des-colonizadoras que já vinham se estabelecendo ao longo de nossa história e aí adquirem concretude histórica. Entre estas práticas estão as relativas a nossa língua". O século XIX, prossegue a pesquisadora (*id. Ib.*: 8-9)

"é um momento crítico na reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escritura, por instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania. A forma dessa cidadania é a Independência e, em seguida, a República."

---

<sup>1</sup> As instituições serão retomadas, daqui para diante, pelas siglas BN e (R)GPL. O R de Real aparecerá entre parênteses devido ao fato de estarmos fazendo menção à instituição como era denominada no século XIX, período no qual se detém nossa pesquisa. O termo Real foi agregado ao nome do estabelecimento, por decreto de D. Carlos I, rei de Portugal, em 1906.

E se tais instituições têm nas gramáticas, nos dicionários, nas obras literárias, nos programas de ensino a sua discursividade, por que também não a teriam na letra de estatutos e em regimentos organizadores de uma prática de leitura?

Nosso objetivo é justamente a análise dessa materialidade discursiva, a percepção do processo de construção de seus sentidos, a propósito das Instituições que lhe servem de origem e sustentação, fazendo-a articular à história da língua, pensando na "formação da sociedade e dos sujeitos que nela existem (...) na relação Língua-Nação-Estado e o cidadão que essa relação constitui" (Orlandi, 2001:9) ou, quem sabe, *des-constitui*.

Para darmos conta de instigante tarefa, recorreremos à Análise do Discurso francesa conforme proposta e trabalhada por Pêcheux e Orlandi em diversas obras, retomada a partir de agora como AD, vertente teórica através da qual problematizaremos nosso objeto de estudo, levando-nos a recobrir de discursividade nossas reflexões e análises. É imperioso, porém, que aqui se situe a importância da AD no quadro teórico em que se insere, ou seja, saber que ela se propõe uma teoria não descritiva ou explicativa, mas crítica da produção da linguagem. Esse lugar a que se reserva a AD sustenta-se na sua própria historicidade, o que implica dizer que essa corrente instituiu-se em 1969, por ocasião da publicação de *Por uma análise automática da leitura*, de Michel Pêcheux.

Até então, a Lingüística era a garantia de cientificidade nos estudos sobre a linguagem e se impunha como ciência piloto na áreas das Humanidades. Contudo, nesse final dos anos sessenta do século XX, doutrinas de base começavam a ser repensadas, incluindo-se nesse caso o marxismo, por Authusser; e a psicanálise, por Lacan. E é justamente nesse contexto de mudanças, na confluência com as áreas acima mencionadas, que se institui essa disciplina<sup>2</sup>, dita de entremeio (Orlandi, 1999), como uma teoria materialista do sentido.

Cabe ainda mencionar que a AD repensa a categoria de sujeito, para, sob uma abordagem outra, em bases discursivas, constituir-se em uma teoria não subjetiva

---

<sup>2</sup> Ferreira, em seu projeto de pesquisa (As interfaces da Análise do Discurso no quadro das Ciências Humanas) vai sustentar que "a AD não se vê como disciplina auxiliar. O que ela visa é tematizar o objeto discursivo como sendo um objeto-fronteira, que trabalha nos limites das grandes divisões disciplinares, sendo constituído de uma materialidade lingüística e de uma materialidade histórica, simultaneamente."

da subjetividade. Melhor dizendo: ao levar em conta o sujeito, como posição e não como indivíduo, busca-se, mediante a construção de dispositivos teórico e analítico, evitar análises impressionísticas.

Conseqüentemente, sob esse enfoque discursivo, a linguagem passa a não ser considerada como transparente; os sentidos a não ser concebidos como estando colados às palavras ou às coisas. Tampouco o sujeito é considerado como origem, nem detém o controle absoluto do próprio dizer. Orlandi<sup>3</sup> (2001) afirma que o sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Com isso, passamos aqui a não depositar interesse no que se diz – o que aponta para o rompimento com as concepções tradicionais de língua e de fala –, mas no discurso, tomado aqui como efeito de sentido entre interlocutores.

Dessa forma, como reitera Orlandi (1986: 63), “o discurso é definido não como transmissor de informações (...), não resulta só da intenção de um indivíduo em informar um outro, mas da relação de sentidos estabelecida por eles num contexto social e histórico”. Por isso, importa mencionar que discurso não deve ser confundido com texto, porque é objeto teórico (dispersão de vários textos) e não objeto empírico (unidade de análise). É o lugar no qual língua e ideologia se relacionam, daí dizer-se que não há discurso sem sujeito e sujeito sem ideologia, dado que, segundo Pêcheux (1969), o sujeito é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.

Tais considerações nos levam a atentar para o fato de que os sentidos estão na história, que não deve ser entendida como sucessão de eventos, mas como memória, rede de filiações que se estabelecem no embate das relações de força. Daí falar-se, como Canguilhem (*apud* Orlandi, 1996: 57), que os sentidos existem não em si, mas *em relação a*. Contudo, isso não implica que os sentidos possam ser quaisquer, porque, estando determinados pela historicidade, encontram-se relacionados a determinadas condições de produção, entendo-as seja na acepção ampla – o contexto sócio-histórico, o ideológico –, seja na restrita – o contexto imediato, relacionado às circunstâncias de enunciação. Isso significa dizer que os sentidos estão ligados à exterioridade, com o que é dito em/de um determinado lugar (posição) e também em/de outros, como o já-

---

<sup>3</sup> Anotações de aula, na disciplina *Discurso e Subjetividade*, ministrada no 1º sem/ 2001, no IEL-Unicamp.

dito, que nos precede, o não-dito, que mesmo em ausência continua significando, ecoando, tudo isso constituindo historicamente o interdiscurso, a memória do dizer.

Sendo assim, a AD nega em termos de concepção de leitura a transparência do texto (ele não é auto-evidente); a onipotência do autor (o que controla os sentidos); a onisciência do leitor (o que teoricamente seria capaz de recuperar todos os sentidos e de se identificar plenamente com o leitor imaginário – a imagem do lugar social ocupado pelo sujeito ali projetado).

É, portanto, justamente desse lugar teórico que se pretende aqui compreender a relação leitor-texto, pretendendo-se retomar uma série de escritos produzidos *sobre* e, principalmente, *por* ambas as instituições mencionadas, não com o objetivo de tomá-los como documentos, veículos de informações, mas como *monumentos* discursivos (Foucault, 1997 [1969]), objetos históricos que concorrem para a formação de um imaginário, que abrem espaço para cristalizações e deslocamentos dos sentidos no modo como BN e (R)GPL instituem o lugar de (re)produção dos sentidos de leitura, língua e de nação reservada ao público leitor.

Não será demais lembrar que não pretendemos nos investir do papel de historiador por não desejarmos apenas enumerar exaustivamente datas, nomes e feitos, pautados em historicismo evolutivo a evocar a implantação/transplantação das duas mencionadas instituições, em/para terras brasileiras. Não se trata, por isso, de se fazer um inventário ou de se estabelecer uma cronologia de eventos relacionados a ambas, mas de analisar os sentidos nelas/a partir delas postos, no que concerne à língua, nação e, por extensão, ao sujeito-leitor imaginário. Justamente por crermos, como Pêcheux (1969), que a história se dá através de rupturas e não de continuidades, é que pontuaremos os momentos e procederemos a recortes, a partir de materialidade lingüística circulante nos enunciados que compõem os ditos *monumentos*, nas formas de atas, regimentos e estatutos, entrecruzando-os ao longo das décadas do XIX.

Antes, no entanto, de tecermos quaisquer outras considerações, é preciso situar nosso estudo em um projeto maior, o da *História das Idéias Lingüísticas no Brasil*. E, ao fazê-lo, cabe, contudo, confrontá-lo como um outro veio de pesquisas, com o qual não se confunde em seus objetivos precípuos: o da Historiografia (da)

Linguística, para que fiquem convenientemente demarcados os nossos objetivos e métodos de trabalho.

Iniciemos, então, por estabelecer os princípios daquele que não é o nosso campo de conhecimentos - o da Historiografia - , que, por sua vez, "deve ser distinguida da História da Linguística ou da História das Ciências da Linguagem", segundo Koerner (1996: 45). O escopo da Historiografia abarcaria mais do que um termo como "descrever" a atividade de escrever a história permitiria supor, ainda que o resultado de suas incursões estivessem a ela relacionado. Desse modo, pesquisas nessa área não permitiriam descrever ou registrar o desenvolvimento da ciência da linguagem desde o seu início até hoje, mas voltar-se-iam para as questões de método e de epistemologia, que de uma certa maneira imporiam uma abordagem particular sobre o objeto de estudo, qual seja, o das "idéias sobre a linguagem e proposições para sua descrição e explicação" (*id. Ib.*: 49).

Segundo essa perspectiva, as análises deveriam se pautar em princípios tais como o da contextualização histórica e intelectual, o da imanência e o da adequação. O primeiro relacionado a um certo "clima de opinião" vigente no período em que determinada teoria ter-se-ia desenvolvido; o segundo, ao esforço de se estabelecer um entendimento completo, histórico, crítico e, se possível, neutralizado das influências às quais o pesquisador poderia sofrer devido à sua filiação teórica; o terceiro, relacionado a um aparato conceitual a ser estabelecido e introduzido pelo pesquisador com vistas a uma maior precisão e explicitação. Tais princípios não se constituiriam em um sistema rígido e complexo, antes evitariam abordagens anacrônicas na conduta historiográfica. Koerner (1996: 65) acredita que

"mais do que estabelecer um método que possa favorecer a idéia enganosa de que tal quadro de trabalho possa ser rigorosamente aplicado a todas as situações com as quais o historiador pode se confrontar, meu objetivo (...) é o estabelecimento de uma lista de princípios práticos e teóricos que sejam amplos o suficiente para encontrar aceitação entre historiadores da linguística, porque podem ser adaptados a períodos diferentes da história das ciências da linguagem e a aspectos particulares sob investigação, linhas guias que possam fazer nossa interpretação do passado mais transparentes para colegas que não necessariamente compartilhem da mesma formação, perícia e interesse".

De nossa parte, entretanto, não perseguimos esses mesmos objetivos e práticas. Na História das Idéias Lingüísticas, o próprio nome já sinaliza que não estamos tomando o termo lingüística como substantivo, mas como determinante de *idéias*, o que nos permite tecer, de antemão, algumas considerações quanto ao fato de *idéias* estar no plural, demarcando um lugar para observação constituído coletivamente, na interface com a heterogeneidade social que envolve estudos dessa natureza. Metodologicamente, essa postura coaduna-se com a visão de Auroux (1992: 13), o qual afirma que "na medida do possível, exceto no que concerne ao século XIX, é preciso evitar empregar o substantivo 'lingüística' conquanto possamos usar o adjetivo, tomado em seu sentido geral de que 'concerne à linguagem'".

O projeto em que nos situamos, hoje denominado *História das Idéias Lingüísticas: ética e política das línguas*, foi formulado em 1988 por pesquisadores dos Departamentos de Lingüística da UNICAMP e, posteriormente, da USP, em parceria com a École Normale Supérieure de Fontenay/Saint-Claud, sob a responsabilidade, respectivamente, de Eni Puccinelle Orlandi, Diana Luz Pessoa de Barros e Sylvain Auroux. O objetivo primeiro desse empreendimento seria "o conhecimento da história da língua portuguesa no Brasil e da constituição (...) de um saber que sobre ela se instituiu no Brasil, na sua relação com a constituição e funcionamento do Estado (...) e da organização da sociedade brasileira"<sup>4</sup>.

Em sua primeira fase, quando de sua implantação, constatava-se que na história da constituição de nossa língua, na qualidade de língua nacional, não houvera ainda, no Brasil, de forma sistemática, estudos que integrassem tanto conhecimentos sobre características de língua (dada sua relação com as outras suas correntes, no caso, o português de Portugal, as línguas indígenas e as dos grandes movimentos imigratórios) como estudos histórico-sociais (análise de relatos de viagem, documentos oficiais, acordos, criação de academias, história da produção de gramáticas e de dicionários, textos diversos concernentes à constituição histórica do ensino da língua nacional no Brasil). Procurou-se, então, a partir dessa perspectiva, levar em conta esses aspectos, estabelecendo-se bases para uma melhor compreensão do imaginário social brasileiro, articulando estudos sobre a linguagem com questões histórico-ideológicas. Fazia parte

---

<sup>4</sup> Projeto: História da Idéias Lingüísticas no Brasil: Ética e Política das Línguas. Material xerocopiado, subscrito por Orlandi e Pessoa de Barros (1997)



desse tipo de pesquisa estudar "como a disputa por uma gramática e por uma literatura se articula ao projeto de organização da 'nação' brasileira", mesmo antes que o Estado brasileiro estivesse constituído.

Inicialmente tomou-se como objeto de observação dicionários mono ou bilíngües e gramáticas produzidas no Brasil, por brasileiros, no século XIX, considerando esses instrumentos lingüísticos como lugares de construção e de representação dessa unidade e dessa identidade língua/nação/estado, em suas discursividades como objetos históricos que são. Trabalhou-se com "a gramatização da língua portuguesa, refletindo sobre as diferentes filiações das gramáticas no Brasil e no seu processo de autoria (...), analisaram-se materiais que concorrem para a formação do imaginário que sustenta a constituição da (unidade da) língua nacional" (Orlandi, 2001, 16-17). Faz parte, portanto, desse tipo de pesquisa estudar "como a disputa por uma gramática e por uma literatura se articula ao projeto da 'nação' brasileira"<sup>5</sup>.

Diante disso, pensar aqui a língua nacional significará, portanto, pensá-la pela análise do discurso veiculado por instituições, dentre as quais destacam-se as bibliotecas públicas instituídas no século XIX, no Rio de Janeiro, que merecerão nossa atenção em particular. Mediante a compreensão dos gestos de interpretação inscritos nas diferentes materialidades textuais circulantes nesses espaços, poderemos refletir sobre os imaginários de língua, de sujeito-leitor brasileiro e de nação que se instituem nas primeiras décadas de sua existência, durante a vigência do regime imperial, compreendendo o processo sócio-histórico de constituição de sentidos.

Especificamente, dentre os aspectos de normatização da língua portuguesa, investigaremos, nas histórias da constituição e do funcionamento discursivo da BN e do (R)GPL, "os processos de significação para a língua nacional que estão na base de sua formação como lugares de representação da língua e que desemboca em discursos que produzem uma concepção específica para a sociedade brasileira"<sup>6</sup>. Consideraremos, porém, tanto a BN quanto o (R)GPL em suas especificidades como (i) conjunto de discursos; (ii) uma coleção pública reconhecida como instância do saber e da sistematização ao seu acesso.

---

<sup>5</sup> *In* Relatos - Agosto de 1994, n. 1. Publicação do projeto História das Idéias Lingüísticas Construção de um saber metalingüístico e a constituição da língua nacional - IEL - Unicamp.

<sup>6</sup> Projeto: História da Idéias Lingüísticas no Brasil: Ética e Política das Línguas. Material xerocopiado, subscrito por Orlandi e Pessoa de Barros (1997)

Nossa análise diferencia-se de outras<sup>7</sup> e se justifica na medida que toma a BN e o (R)GPL como espaços enunciativos do Português com repercussão no âmbito político da nação brasileira, que começa a se instituir já com a vinda da Família Real de Portugal. Será interessante cotejar o processo de implantação dessas bibliotecas em território brasileiro: uma por transferência provisória que se fez permanente, como se sabe, por decisão imperial; outra por iniciativa particular de um grupo representativo da elite, imigrantes portugueses.

Contudo, há que se atentar para a necessidade de se tomar as duas instituições, BN e (R)GPL, não só pelo aspecto histórico que as conformam, mas pelo modo como elas mesmas se constituem em um acontecimento, nos moldes como Pêcheux (1969) preconiza, ou seja, ao mesmo tempo em que sentidos são (des)naturalizados, deslocados/colocados, outros vão surgindo, sendo absorvidos pela memória e se prestando a novas ritualizações (Mariani, 1999: 50). Com isso queremos supor que as instituições em pauta teriam sofrido a ação de condições outras de produção, instituindo práticas discursivas não necessariamente afinadas com os propósitos originais de quando foram criadas, organizando novas direções de sentido, novos rituais sociais, ao se adaptar às transformações históricas impostas pela sua presença em território estrangeiro.

Cabe mencionar ainda que a fundação da BN deu-se no que Guimarães (1996; 2004) denomina de primeiro período da história da língua portuguesa no Brasil, época que abarca desde 1500 até pouco depois da proclamação da Independência. Esse longo período caracterizou-se, segundo o pesquisador, por não se ter ainda produzido estudos de língua portuguesa feitos no Brasil. No entanto, é no decorrer do século XIX, já imersos no que ele classifica como segundo período, que a BN nacionalizou-se, acompanhando as mudanças políticas do país. É desse período também, que se estende até o final da década de trinta do século XX, e em que os estudos de linguagem no Brasil ganham impulso, que o (R)GPL é fundado. Mas não se pode deixar de reconhecer que a esse tempo “os estudos do português do Brasil mantinham posições puristas e de unidade da língua em Portugal e no Brasil” (Guimarães, 2004:28).

---

<sup>7</sup> Há trabalhos bastante elucidativos empreendidos por pesquisadores do porte de Lílian M. Schwarcz (2001/2002), Ana Virgínia Pinheiro (2000/2001), Nelson Schapochnik (1999), Paulo Herkenhoff (1996), só para citar alguns. Em nossa bibliografia, relacionamos cada um deles.

## 1.2. Estrutura do trabalho

Organizamo-nos de maneira a, em uma primeira instância, aprofundarmos as considerações teóricas no que tange ao dispositivo analítico que pretendemos elaborar, para que possamos ler o *corpus* construído e compreender a natureza das práticas linguageiras neles inscritas, produzidas por grupos legitimados a interpretar.

Neste trabalho, como vemos, não se trata, então, simplesmente de contar mais uma história da BN e do (R)GPL, no século XIX. Isso já tem sido feito com bastante propriedade e eficiência por outros estudiosos de outras áreas. Propomo-nos não a reconstruir uma história, mas o processo pelo qual ela se conta (Orlandi, 2002:12). Propomo-nos a lançar, na verdade, um olhar diferenciado sobre as duas instituições, que as tome, insistimos, como instâncias discursivas de um possível projeto de leitor, de língua e de nação na antiga colônia portuguesa nas Américas.

Os temas tratados serão assim distribuídos: nos capítulos segundo e terceiro, respectivamente, situamos o quadro teórico-metodológico no qual o estudo se inscreve, ocasião em faremos alguns esclarecimentos terminológico-conceituais.

Do capítulo quarto ao nono, expomos momentos de nossa análise. No quarto, buscamos entender o que é uma instituição e como a biblioteca configura-se como tal, historicamente disseminadora de práticas de leitura muitas vezes para fins políticos, favorecendo relações de poder. Ainda nesse capítulo, apresentamos um histórico da Biblioteca Nacional e do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, isto é, as circunstâncias que ensejaram a criação de ambas instituições, para melhor situarmos o leitor nas condições de produção em que isso se deu.

No capítulo quinto, consideramos oportuno fazer um retrospecto das práticas leitoras na colônia, para compreendermos quem era o leitor do/no Brasil antes da implantação das bibliotecas em questão e que imaginário era reforçado a partir do que se supunha ser esse leitor por essas instituições, na interface do que ele pensava de si mesmo como leitor. Refletiremos também sobre as influências das idéias iluministas na constituição de uma nova ordem política e de leitura.

O capítulo sexto destinar-se-á à reflexão sobre a possível influência que o sujeito-leitor teria exercido na compilação dos livros a constituírem os acervos da Biblioteca Nacional e do Gabinete Português de Leitura. Teria havido compatibilidade

entre o desejo do leitor e o acervo que lhe disponibilizavam? Até que ponto seus interesses seriam determinantes para a aquisição desta ou daquela obra? Ou, ao contrário, seu gosto teria sido moldado pelos acervos pré-organizados? Em que medida as obras refletiram a política lingüística que instituía o Português como língua nacional?

O Capítulo sétimo trará a análise de documentos que nos permitirão historicizar o funcionamento da Biblioteca Nacional, ou seja, percebê-la como instituição no/do Brasil, que se produz na tensão entre uma memória europeia e seu acontecimento em terras brasileiras.

No oitavo capítulo, tomamos o Gabinete Português de Leitura como espaço discursivo, fazendo incidir nossa análise sobre documentos fundantes, tais como: atas, regimentos, discursos, matérias jornalísticas, produzidos em épocas diferentes, desde a criação da instituição até a década de 70 do século XX. Pretendemos observar que imagens importava ao Gabinete construir para falar de si e, em que medida, seriam reveladoras de um projeto político que se pretendia para a normatização da variante europeia do Português como língua nacional do Brasil.

O nono capítulo apresenta um cotejo entre o Gabinete Português de Leitura e a Biblioteca Nacional, tomando por base a edição de um regulamento de leitura editado pelo primeiro em meados do XIX e o estatuto de 1821 da segunda. Pretende-se aqui analisar que leitor imaginário e que memória de língua e de leitura se projetam no futuro

Por fim, no décimo capítulo, serão apontadas as implicações dos resultados das análises, observando-se em que medida cada uma das instituições teriam contribuído para que noções como nação, língua e leitura se construíssem e como tais construções teriam afetado o ensino da língua e formação do sujeito leitor no Brasil.

## 2. Referencial teórico de sustentação para as análises

No estudo sobre as duas bibliotecas, ou *livrarias*<sup>8</sup>, termos com o quais designam-se, no século XIX, as duas instituições em questão, buscamos uma história que se organiza a partir das relações com o poder, vinculadas às práticas sociais. Isso pressupõe que os acontecimentos históricos significam, precisam ser interpretados, e é através do discurso, objeto histórico-ideológico, que a história permite-se não ser tomada como evolução.

Essa compreensão, portanto, de como os sentidos vão sendo produzidos demarca o modo como a história se inscreve no discurso, constituindo um tecido de memória, atualizado pela linguagem. Esse processo denomina-se historicidade.

Assim sendo, pretendemos confrontar as condições em que a BN e o (R)GPL foram implantados em terras brasileiras, isto é, verificar tanto os contextos sócio-histórico-ideológicos, quanto os enunciativos que conferiram legitimidade e

---

<sup>8</sup> Procedi a uma pesquisa em dicionários da língua portuguesa, de diferentes épocas, e também de língua inglesa, francesa, espanhola e alemã, a respeito das acepções das palavras *livraria* e *biblioteca*. A palavra “livraria” não constava do dicionário etimológico da língua portuguesa (1932), de Nascentes, somente havia biblioteca (do grego *bibliotéke*, depósito de livros, pelo lat. *Bibliotheca*). Por outro lado, no dicionário de Bluteau (1713; 1720) a palavra livraria poderia ser encontrada na acepção de “lugar onde estão muitos livros em estantes”, assim como “loja de um livreiro” era remetida à *Libreria*, informação que obtemos durante a leitura do verbete *bibliotheca*. No mesmo dicionário, a palavra *bibliotecário* é definida como “o que tem a seu cargo uma livraria”. Em dicionários recentes, vamos encontrar a acepção do que o senso comum entende por biblioteca para *livraria*. Assim é em Aurélio: “reunião de livros por ordem”. Em Houaiss, livraria tanto pode significar (i) estabelecimento onde se vendem livros, como (ii) coleção de determinadas obras ou de autores e, também, (iii) coleção de livros de uso particular, (iv) biblioteca. Em francês, segundo Le Robert de Poche, “bibliothèque” é tradução para o nosso biblioteca (Salle, édifice où sont classes des livres, pour la lecture ou por le prêt) e librairie ao mesmo tempo pode ser loja de livros (magazin où l’on vend des livres) e biblioteca (bibliothèque). No dicionário da Universidade de Alcalá de Henares, Argentina, *librería* pode ser empregada com “mueble com estantes para colocar libros” ou “establecimiento donde se venden libros”, enquanto que *biblioteca* é “establecimiento donde se tienen libros ordenados para que el público pueda leerlos” ou “conjunto de libros ordenados que se guardam em ese establecimiento”. Já em outras línguas, há uma diferenciação marcada para os termos. No British National Corpus Longman: bookshop/library; no Wahrig Deutsches Wörterbuch: Bücherei/Bibliothek – livraria (local onde se vende livros) e biblioteca (local onde livros podem ser consultados, emprestados, respectivamente). O que parece diferenciar o uso do português e do espanhol, no confronto com as demais línguas citadas, é a concepção de *livraria* se aproximar do que o senso comum hodierno entende como *biblioteca*. Nesse caso percebe-se o fato de livraria aparecer como biblioteca *particular*. Com efeito, designar como *livraria* a Real Biblioteca parece apropriado na época, se levarmos em conta que antes de tudo era uma fabulosa coleção de livros destinada à ilustração do rei e de sua família. Também a biblioteca do Gabinete ser denominada livraria, nessa concepção de coleção particular, procede se atentarmos para o fato de que, a princípio, só os sócios, todos portugueses, tinham acesso a ela.

identidade a esses espaços culturais, ao mesmo tempo que o estado nacional brasileiro também ia-se revestindo dessas mesmas características, à medida que de Colônia passa a Reino Unido, a Império e, finalmente, a República, tudo em um período de noventa anos.

Ao longo de nossas reflexões, algumas questões nos acorreram, e nortearam nossa pesquisa, as quais passamos a elencar.

Quanto ao acervo:

- ❑ O que foi trazido quando da vinda da Família Real, em 1808, e o que permaneceu, após sua partida, e que foi a base da hoje BN?
- ❑ Como esse acervo havia se constituído antes, em Portugal? Com que objetivo?
- ❑ Como foi ampliado no Brasil? Com que finalidade?
- ❑ Como e quando se instituiu o (R)GPL? Com que objetivo?
- ❑ Como foi sendo constituído o seu acervo, ao longo do século XIX, até a década de oitenta?

Ainda que pareçam amplas, essas questões levaram-nos, inicialmente, com base em estudos já realizados por outros pesquisadores, a traçar um panorama das principais coleções constantes nesses acervos e que comporiam uma imagem de leitura e de leitores para a época. Julgamos que essas informações pudessem nos ajudar a compreender melhor essas instituições no que se refere aos seus propósitos.

Quanto aos leitores:

- ❑ Quem lia e o que lia no Brasil antes da fundação da BN e do (R)GPL?
- ❑ Quem, no Brasil, podia ter acesso aos livros do rei?
- ❑ Quem estava autorizado a ler, no espaço do (R)GPL, os livros dos profissionais liberais, intelectuais e comerciantes que o instituíram?
- ❑ Que imagem de leitor e de leitura se construía nesses espaços? Que leitor era aí mobilizado? Que leitor era também aí silenciado?

- ❑ Que memória de leitor e de leitura ter-se-ia projetado no futuro a partir desses acervos iniciais? Como os responsáveis por essas instituições poderiam vir a ser lembrados pelas gerações futuras?
- ❑ Como essas instituições falavam de si (*discursos do...*)? E como e por quem eram faladas (*discursos sobre...*)?
- ❑ Houve momentos ou circunstâncias em que esse possível projeto não se concretizou em ambos os locais?
- ❑ Supondo-se a (re)construção de uma memória do leitor português em terras americanas, como essas instituições lidavam com a alteridade, ou seja, com o sujeito outro, o brasileiro?

O encaminhamento das questões esteve relacionado com o que se segue, no sentido de terem nos ajudado a compreender as condições de produção em que se deu o funcionamento dessas instituições e, principalmente, a inteirarmo-nos

Quanto ao papel dessas instituições na constituição da história das idéias lingüísticas no Brasil

- ❑ Os acervos constituídos na BN e no (R)GPL contribuíram de alguma forma para a normatização da língua portuguesa no Brasil?
- ❑ Até que ponto a BN e o (R)GPL reafirmaram a língua portuguesa como língua nacional do Brasil e das tradições literárias?
- ❑ Que papel exerceram na constituição de um ideário emergente de nação brasileira?

Encontrar respostas para estas questões supunha a construção de um plano metodológico e de um dispositivo analítico que lhe desse suporte e que demarcasse de que lugar teórico estamos falando

No que se refere a esse dispositivo, cumpriria a nós mobilizar determinados conceitos basilares. E dado que cada material exige de seu analista a atualização de conceitos pertinentes às questões que formule e ao seu encaminhamento pretendido, os primeiros que a nós pareceram essenciais foram os de arquivo e memória, os quais se justificavam, em se tratando de bibliotecas, por estarmos lidando

com instituições destinadas a guardar documentos a que se atribui vocação para a posteridade. No entanto, é preciso lembrar, ainda mais uma vez, que o dispositivo teórico escolhido funda-se na ressignificação de alguns conceitos, daí que, por isso, arquivo não foi tomado como coleção de documentos, e estes, por sua vez, não foram considerados simples registros de uma época ou questão. Isso equivale a dizer que a natureza do trabalho com arquivo que empreendemos distancia-se de tomá-lo como documento ou dado textual, mediante o qual se encontram referências identificáveis por assinaturas, datação, chancelas institucionais. Isso diz pouco do seu funcionamento, alerta-nos Mariani (1997).

Ler o **arquivo** aqui, com base em Foucault (1969) e Pêcheux (1997<sup>9</sup>), não é procurar dar conta de uma improvável totalidade de textos preservados. Isso nos exigiu uma reflexão em torno desse conceito com vista a re-significações. Ou seja, remetendo a Foucault (1969), tomar

“‘arquivo’ como um conjunto heterogêneo de monumentos textuais de uma época, considerado em termos de seu funcionamento discursivo. Dito de outra maneira, em tal conjunto é possível deprender a discursividade (ou seja, a inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história) que rege as configurações de enunciados múltiplos e dispersos”.

Levamos em consideração, portanto, a partir de uma seleção de textos organizada pelo pesquisador, o "jogo das regras que determina em uma cultura o surgimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal como acontecimentos e como coisas" (Foucault, 1994: 78). De fato, esses enunciados foram tomados em sua discursividade e na historicidade que os constitui, procurando saber quais gestos de leitura se inscrevem em sua construção.

Convém, entretanto, esclarecer também que o conceito *gestos* (Pêcheux, 1969) não se confunde com a noção de “ato”, como na perspectiva pragmática, mas sim é compreendido como sendo atos em nível simbólico, marcados pela incompletude. Ou ainda, de acordo com Orlandi (1996: 84),

---

<sup>9</sup> O texto original é reproduzido, sem menções a datas, no livro ORLANDI, E. (org.). Gestos de leitura: da história no discurso. Campinas, SP: Unicamp, 1997.



“uma prática discursiva e lingüístico-histórica, ideológica”. Com efeito, pode-se considerar a leitura, e a interpretação dela decorrente, um gesto, melhor dizendo, ela intervém no real dos sentidos, sendo caracterizado “pela inscrição do sujeito e de seu dizer em uma posição ideológica, configurando uma região particular (...) na memória do dizer”(idem, 100).

Ler um arquivo sob esta ótica pressupõe, em princípio, que ele nunca seja dado *a priori* e em uma primeira leitura, posto que seu funcionamento é opaco, mas é um trabalho interpretativo por meio do qual se observa a ação dos aparelhos do poder na gerência da memória coletiva, seja esse poder de que natureza for, ou seja, eclesiástico, real, estatal, comercial ou de qualquer outra ordem.

O segundo conceito é, justamente, o de **memória**, também aqui ressignificado, dado não estarmos falando de um mecanismo infalível, ilimitado em sua extensão, mas de memória discursiva, de memória social inscrita em práticas, enfim, de **interdiscurso**.

A memória a que nos referimos não é absolutamente plena ou imutável, o que nos levaria a repetir infinitamente sentidos fixos. Sendo a incompletude constitutiva da linguagem, outros sentidos podem irromper, inclusive os silenciados, lembra-nos Mariani (1997). A memória discursiva é constituída de falhas e de lacunas; ela não é linear, ainda que se apresente como disponibilizadora de sentidos aparentemente estabilizados e unívocos no fio discursivo. Mas sempre outras direções de sentido podem ser mobilizadas a cada rememoração. Daí, dizer Pêcheux (1997):

“sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora como outra possibilidade de articulação discursiva. Uma espécie de repetição vertical, em que a memória volta-se sobre si mesma, esvaziando-se, esgarçando-se antes de se desdobrar em paráfrase.”

Conforme Orlandi (1999: 31), a memória é “um saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Melhor dizendo, memória como **interdiscurso** pressupõe que uma voz não nomeada fala, em que todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas determina o que dizemos e cria um efeito de literalidade. É preciso, assegura Orlandi (1996), que as enunciações passem para o

anonimato para que o sentido se institua. Ou seja, para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido antes (*id.*, 1999, 33). Tal afirmação supõe que, no dizer, o jogo dos sentidos seja feito na confluência da formulação (a atualidade do discurso) com a constituição (o já-dito).

Essa remissão a um discurso anterior, que assume foros de evidência e obviedade ao nos constituir, marca-se na superfície lingüística através de mecanismos de encaixe sintático - orações relativas, nominalizações, etc. -, os quais formam a base para a articulação, ou melhor, a inscrição dos efeitos lingüísticos materiais na história. Cabe também lembrar, como o faz Orlandi (1996: 28), que "a noção de forma material institui um espaço teórico particular que não reconhece a divisão forma/conteúdo".

Pêcheux (1997: 156) afirma que pelo efeito do pré-construído, tomado como "modalidade discursiva da discrepância", o indivíduo, ao mesmo tempo que é interpelado em sujeito, é "sempre-já sujeito". O aparente paradoxo explica-se. Da perspectiva da AD, o **sujeito** - que não se deve confundir com indivíduo, centrado - é uma posição, interpelado que é pela ideologia.

A noção de **sujeito**, segundo a AD, distancia-se da de indivíduo, para remeter-se a uma *posição-sujeito*, resultado da relação que se estabelece entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito de uma dada formação discursiva (matriz de sentido); representa os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social. Atravessado pelo imaginário e pela história, o sujeito é considerado descentrado, disperso, aquele que não está na origem de suas decisões, antes sendo afetado pela ideologia, determinado a "dizer o que seu lugar na formação social impõe que seja dito" (Indursky, 1998, 11).

Ainda que por interpelação ideológica o sujeito se filie predominantemente a uma dentre inúmeras **formações discursivas**, as fronteiras entre elas não são fechadas, tampouco nitidamente definidas. Pode-se, inclusive, transitar entre uma e outra, ocupar diferentes posições discursivas nos processos enunciativos, sem que se dê conta do quanto se pode ser afetado por uma multiplicidade de sentidos. A influência do interdiscurso nesse processo é fundamental, pois, sob a forma de pré-construído, faz com que não sejam perceptíveis ao sujeito os movimentos que produzem

(acontecimento), mantêm (paráfrase) e deslocam (polissemia) os sentidos. Pêcheux (1988, 160) alerta-nos para o fato de que

“O próprio de toda formação discursiva é o de dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso determinante desta formação discursiva como tal, objetividade material que reside no fato de que ‘isso fala’ (ça parle) sempre, ‘antes, alhures e independentemente’”

Evidências, ilusões e aparentes contradições à parte, a consequência maior da inter-influência entre uma e outra formação discursiva é a possibilidade de fissura nos rituais de retomada do dizer, concorrendo para que o mesmo se torne diferente, mesmo quando em situações de aparente repetição literal.

Não há, é bom que se diga, uma autonomia entre as posições-sujeito, mas intercambialidade, pois para se pensar, por exemplo, em nosso caso, no sujeito-leitor-português é preciso pensar também no brasileiro. Ou seja: precisamos do *outro*, ainda que virtual, para nos constituirmos.

Observaremos mais adiante algumas expressões colhidas durante a leitura de monumentos textuais variados, utilizados para marcar esse lugar de leitor. Elas apresentam-nos posições que remetem ao lugar social do qual se fala. Não são individuais, mas determinadas pelas **relações de força**, em que os sentidos não estão imanentes às palavras, porém relacionados a essas posições-sujeito.

É no processo das antecipações que o sujeito se supõe na possibilidade de legitimar o lugar de onde fala e determina no discurso as tais relações de força, fator que concorre para o estabelecimento das condições de produção das formulações. Isso aponta para o fato de que o sujeito fala de um lugar, e não de outro, que o filia a uma matriz de sentido, predominantemente, fazendo com que (se) signifique de um modo e não de outro. Poderíamos dizer, então, que as palavras assumem um sentido condizente com a posição ocupada pelo sujeito em uma comunidade discursiva.

Esse lugar de onde se fala constitui-se, por sua vez, na relação, de natureza hierarquizada, com outros lugares.

É, pois, a esse processo de disputa de sentidos que se denomina relações de força, as quais, embasadas no poder maior ou menor desses diferentes lugares

imaginários, recobrem de legitimidade, maior ou menor, o jogo também imaginário que preside a troca das palavras. Estas mobilizam dizeres que remetem a sentidos, cuja memória os filia a discursos representativos de uma dada direção das formulações. Esses dizeres *que podem ser ditos* devem, assim, estar ajustados aos objetivos político-ideológicos, nos quais o jogo de projeções das imagens se dá.

Com respeito ao processo de significação, seria pertinente lembrar que, para a AD, significar pressupõe um sistema em aberto, incompleto, e, por isso, não da ordem da língua, mas da do discurso. Ainda que aquela sirva de base para que a este se chegue, pela análise. O processo de significação não está, então, nas coisas nem no sujeito, mas “nas convenções que regulam os dizeres” (Mariani, 1998: 25); gerencia a tensão entre o mesmo e o diferente, arregimentando, ao mesmo tempo, sentidos existentes, sentidos antes postos e as perspectivas futuras do processo .

Desse modo, considerar-se-á o que é dito em um e em outro discurso, o que é dito em um discurso e ressoa em outro(s), o que é de um e de outro jeito, buscando-se apreender o não-dito no que é dito. Também levar-se-á em conta que a memória está presente em cada dizer que, através dos **processos parafrásticos**, de diferentes formulações do mesmo dizer, mantém, desloca ou reformula os sentidos postos. Ou ainda: como os sentidos sempre podem ser outros, nesse movimento entre o dizer e o repetir, entre o dizer e o reformular, cumpre observar o que se historiciza, o que permanece e o que muda, desliza. Não nos esqueçamos de que o real da língua é sujeito à falha, e o real da história passível de ruptura, daí afirmar-se que nem os sujeitos, nem os sentidos e, portanto, nem os discursos estejam prontos e acabados.

O trabalho do analista de discurso incide, portanto, tanto sobre as formulações enunciativas manifestas na materialidade da língua, quanto sobre a memória constitutiva desses enunciados – o interdiscurso, *locus* onde memória e esquecimento estão congregados –, fazendo a análise dessa memória atualizada nas “constelações de enunciados”, os quais, “movimentando-se entre as formações discursivas (matrizes de sentido) e, assim, re-configurando suas fronteiras, constituem os monumentos textuais das formações e ordens sociais em seus diversos tempos históricos” (Mariani, 1997).

Neste nosso dispositivo analítico, ainda outros conceitos devem ter destaque, tais como os de silêncio, formação imaginária, relações de força e discurso.

O primeiro, o **silêncio**, remete não ao vazio, à ausência de palavras ou mesmo ao não-sentido, mas à materialidade do (in)dizível. Ou seja, remete ao fato de que "para dizer 'X', é preciso não (deixar) dizer 'Y' " (Orlandi, 1992: 66). Isso implica em formas diferenciadas de silêncio, a saber: o que se mantém como tal, significando em si mesmo, não advindo do sentido das palavras; "o que se define pelo fato de que, ao se dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis. Por aqui se apagam os sentidos que se quer evitar" (*Id. Ib.*: 75). Neste caso é preciso não dizer para dizer. Ao primeiro tipo, denomina-se silêncio constitutivo, fundador, o qual está nos intervalos entre as palavras ou nelas atravessado; ao segundo, silenciamento, do qual a censura é um exemplo, por negar a alteridade, por estabelecer um jogo de relações de força, no qual o dizível não deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala. Neste trabalho estendemos tal noção das palavras aos movimentos do corpo do sujeito no próprio espaço da biblioteca, observando como se dá a interdição na instância do não-verbal em função do verbal, a letra dos regulamentos e estatutos.

No que se refere especificamente às **formações imaginárias**, convém atentar para o fato de que não são os sujeitos físicos (indivíduos) nem seus lugares empíricos que funcionam no discurso, mas suas *imagens*, que resultam de *projeções* e que constituem as diferentes posições-sujeito. São essas projeções, assegura Orlandi (1999: 40), que “nos permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições do sujeito no discurso”.

Mecanismo que produz imagens do sujeito, do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica, as projeções fazem intervir as antecipações. E, desse modo, as imagens das posições-sujeito, do objeto do discursos são interpeladas: (i) quem sou eu para falar(-lhe) assim? (ii) quem é ele/você para que eu lhe fale assim? (iii) do que estou a (lhe) falar? Ou seja: que representações os sujeitos envolvidos em dado evento discursivo fazem uns dos outros e/ou deles e do referente?

Aproximando a teoria dos nossos objetos de interesse, poderíamos compor o seguinte quadro:

<b>QUEM?</b>	<b>O QUÊ?</b>	<b>ONDE</b>
Imagem de leitor português no Brasil do século XIX <b>(A)</b>	Imagem de leitura no Brasil do século XIX <b>(R1)</b>	Imagem das Instituições <i>Livrarias: BN e (R)GPL</i>
Imagem de leitor do/no Brasil no Brasil do séc. XIX <b>(B)</b>	Imagem de nação <b>(R2)</b>  Imagem de língua <b>(R3)</b>	<b>(Ins)</b>

a partir do qual, poderíamos estabelecer uma série de esquemas, representantes desse imaginário projetado:

IA(A) - Imagem que o leitor português tem de sua própria imagem, seu papel.

IA(Ins) - Imagem que o leitor português faz das bibliotecas.

IA(B) – Imagem que o leitor português deve ter do leitor do/no Brasil.

IA(B(Ins)) - Imagem que o leitor português deve ter da imagem que o outro leitor (o do/no Brasil) deve ter da biblioteca.

IA(R1) – Imagem que o leitor português faz da prática da leitura.

IB(R1) – Imagem que o leitor do/no Brasil faz da prática da leitura.

IB(B) – Imagem que o leitor do/no Brasil tem de si, na qualidade de usuário de bibliotecas.

IB(Ins) - imagem que o leitor do/no Brasil faz da biblioteca.

IB(A) - imagem que o leitor do/no Brasil deve ter do leitor português.

IB(A(Ins)) – imagem que o leitor do/no Brasil deve ter da imagem que o outro (o leitor português) deve ter da prática da leitura.

É nesse jogo ilusório de imagens, existentes nos mecanismos de toda formação social, através dos quais projetamos uns nos outros imagens construídas

historicamente, que são fundadas as duas citadas bibliotecas no Rio de Janeiro do século XIX, período em que a nação brasileira se institui.

Tendo chegado a esse ponto de nossas reflexões, julgamos estar mais confortáveis para discorrer sobre a noção de **discurso** adotada pela perspectiva da AD. Não obstante, é preciso que a abordemos no confronto com a de texto, com a qual se confunde indevidamente muitas vezes. **Texto** é unidade de formulação que representa a superfície material a partir da qual se atinge a discursividade, lugar de jogo e de movimento constitutivo dos sentidos, de funcionamento do processo discursivo, em que é possível compreender os deslizamentos nas cadeias dos significantes. Já o **discurso**, objeto teórico da ordem da inscrição dos processos de significação na língua, é efeito de sentidos entre *interlocutores* (Pêcheux in Gadet e Hak, 1990: 82), cuja noção, é bom que se esclareça, ultrapassa a de indivíduo, para evocar sujeitos historicamente determinados. São lugares, portanto, determinados dentro de uma estrutura de uma formação social (*id.ib.*). Materialidade específica da ideologia, o discurso é, pois, o lugar em que se podem observar as relações entre sujeito e sentido, isto é, o discurso preside a maneira como o sujeito significa o que quer que seja. Ou ainda: é uma construção, “é palavra em movimento, é prática de linguagem” (Orlandi, 1999: 15), disperso na materialidade de textos vários, e que se alcança pela análise.

O conceito de discurso *despossui* o sujeito de seu papel central. Dessa forma, observa Orlandi (1988: 10), “falar é ser-se estranho, é dividir-se, uma vez que os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, embora se realizem necessariamente nesse sujeito”, o qual, ao formular, corporifica, presentifica as condições propícias à emergência de determinados sentidos, e não outros. Estamos concernidos em linguagem. Dizemo-nos naquilo que dizemos. A formulação, então, é a entrada para a compreensão do sujeito. Falar/escrever, por isso, é tornar-se visível. A linguagem funciona na incompletude, no jogo do dito com o não-dito, com o que poderia ter sido dito, dadas condições de produção outras. Mas o sujeito situa-se numa representação com a linguagem de modo perceptível. Suas escolhas o comprometem. Ele se subjetiva de acordo com o modo como formula.

As diferentes versões dos modos variados de o sujeito viver o social, a história, por sua vez, na textualização do discurso, refletem uma ilusão referencial, na qual se percebem famílias parafrásticas. Ainda que não intencional, esta ou aquela

seqüência discursiva condizem com o que se deseja significar, embora seja preciso que se diga que os discursos inscrevem-se predominantemente numa matriz de sentido, de natureza não consciente, dado que ninguém tem o completo domínio do que diz. Supõe o sujeito que uma dada forma exponha com justeza o que esteja pensando. A função-autor realiza-se, assim, na impressão da realidade do pensamento. Mas o fato é que não falamos/escrevemos necessária ou tão-somente para sermos claros, pois a clareza não está no real do discurso. Parece-nos, antes, que, ao contarmos, contamos-nos um pouco (ou muito) de nós mesmos.

Assim sendo, o discurso é um objeto histórico-ideológico que se produz socialmente através de uma materialidade específica que é a língua, apreensível a partir da análise dos processos de produção e não dos seus produtos. Ou seja: não apreendemos o discurso em um único texto, mas na dispersão de vários, oriundos de diferentes autores, inscritos em distintos espaços e em épocas diversas. Logo, o discurso não está *ali*. É uma construção que se funda na *relação a*.

A inter-relação dos conceitos aqui em destaque leva-nos a interrogar os elementos do *corpus* não como dados, uma vez que não desejamos nos prender à evidência de base empírica, mas a acontecimentos histórico-sociais em torno dos quais se funda um discurso, além de, também, nos permitir lidar com os processos de produção de sentidos.

É preciso patentear, ainda mais uma vez, que os textos não são tomados como documentos a ilustrar idéias pré-concebidas, mas, como monumentos em que múltiplas possibilidades de leitura sempre podem conduzir a novas abordagens. Uma única descrição não dá conta inteiramente de um mesmo objeto. Todo discurso, assevera-nos Orlandi (1999, 64) “é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos, e a forma do recorte determinam o modo de análise”, conduzindo-nos a resultados diversos.

Cabe, por último, mas não por fim, reiterar que o estudo que aqui propomos, cujo *corpus* e correspondente metodologia de análise serão expostos no próximo capítulo, sendo mais um dentre tantos, guarda em si a especificidade de nos sabermos parte do processo de instauração de sentidos, afetados que somos, e o sabemos, pela ideologia.



### 3. *Corpus* e metodologia

O primeiro passo no estabelecimento da construção do *corpus* foi determinar o motivo da escolha da BN do Rio de Janeiro e do (R)GPL como focos de interesse. O segundo foi determinar o período que se iria contemplar para estudo. O terceiro, identificar quais documentos seriam considerados de importância para as análises que nos propomos a realizar.

No que se refere ao primeiro motivo, vimos discorrendo sobre ele nos capítulos anteriores. Impõe-se agora tratar da recolha de documentos/monumentos que reputamos como fundadores, por representarem a letra oficial dessas instituições, ou seja, o que vem a público em definitivo, por criarem uma tradição (filiação de sentidos), instituindo e legitimando uma memória, espaços identitários. Também nos interessam os documentos produzidos sobre a BN e o (R)GPL, durante o século XIX, período em que o Brasil experimentou formas de governos distintas e vivenciou um processo contínuo de nacionalização, como já observamos, de colônia de Portugal a Estado Republicano, passando, entre um estágio e outro, pela condição de Reino Unido e Império em um mesmo século. Especificamente, trabalhamos com o período que se estende da chegada da Família Real, em 1808, até pouco depois da dissolução do regime imperial, o ano de 1889, quando é proclamada a República.

Esse *corpus*, de natureza heterogênea, que compreende documentos a serem organizados como instâncias materiais de discursos *das* e *sobre* as livrarias, remete-nos, a princípio, a Foucault, para quem os “discursos de” correspondem aos textos autorais, versões atestadas como verdadeiras, assinadas, em contraparte com os “discursos sobre”, apreensíveis em textos que fazem um relato sobre o que se reveste da função-autor, aqui, no caso, os produzidos pela imprensa ou por terceiros sobre as instituições estudadas. Contudo, seguimos as orientações de Orlandi<sup>10</sup>, segundo a qual o sujeito percebe-se ilusoriamente como estando na origem do dizer e, por isso, se investe da função-autor, esteja ele inscrito em *discursos sobre* ou *de*. Estaríamos diante, na

---

<sup>10</sup> Anotações de aula – 1º sem/2001 – IEL/Unicamp

verdade, de *versões*, diferentes posições do *sujeito dizendo*, jogo de paráfrases e formulações que apontam para (novas) formas de o sujeito viver o social.

Também cabe aqui dizer que na constituição do *corpus* não nos prendemos a critérios como os de exaustividade e homogeneidade. À apreciação discursiva que pretendemos conveio, antes, levar em conta uma variedade de seqüências discursivas produzidas por vários locutores. Nosso *corpus*, ao se apresentar complexo, heterogêneo, permite-nos, de conformidade com Serrani (1997: 56), “adotar uma perspectiva de trabalho desvinculada de um mapeamento factual ou quantitativo de marcas formais, encaminhando a passagem para o nível interdiscursivo de análise.”

Dessa forma, é preciso interrogar os arquivos, aqui tomando-os como enunciados não homogêneos, dispersos, e que reverberam, marcam práticas discursivas, maneiras de ler neles inscritas. Isso é que nos levará a acessar as diferentes versões.

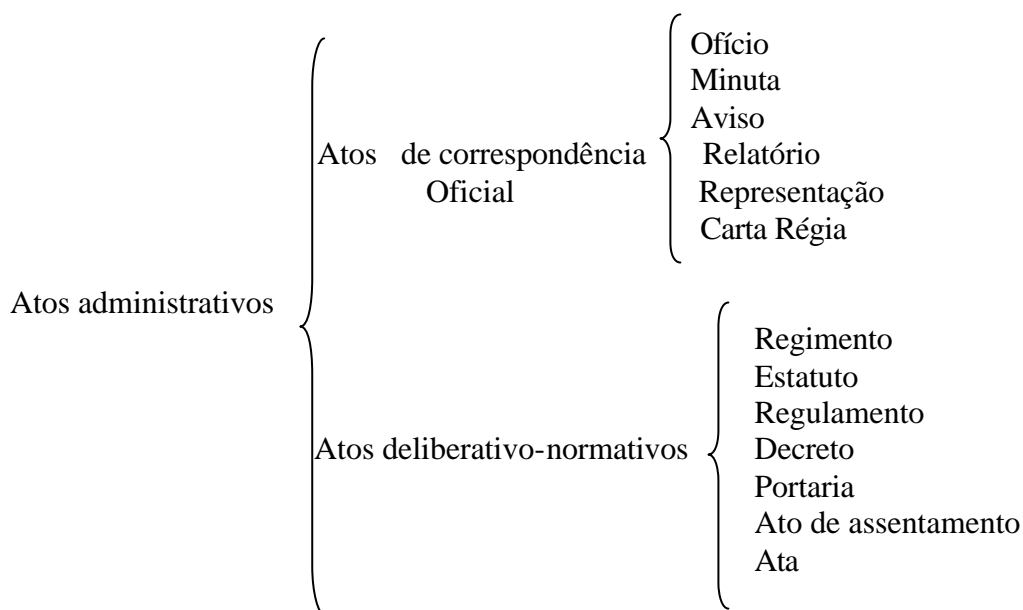
O *corpus* desta pesquisa se compõe heterogeneamente, mas tendo em comum o fato de que seus elementos instituem essas bibliotecas no cenário nacional brasileiro, regulando sua ação e seu papel sócio-político. A heterogeneidade pode permitir-nos melhor observar a natureza da discursividade que atravessa diferentes tipos de texto em diferentes épocas, favorecendo a percepção do que permanece e se projeta para o futuro e do que se desloca, ressignifica em função das novas condições de produção que se apresentam nesta terra estrangeira para os portugueses que para cá imigraram, no século XIX, fossem nobres ou não.

As seqüências discursivas dos textos escolhidos para análise provêm predominantemente de atos<sup>11</sup> administrativos<sup>12</sup>, como também de seqüências discursivas produzidas em situação informal, no caso das cartas familiares. Poderíamos assim categorizá-los, segundo Muniz Barreto (1810: *passim*):

---

<sup>11</sup> É preciso ressaltar que o termo ato aqui vai além do que se compreende como uma ação de natureza pragmática. Entende-se como gesto de interpretação. Antes mesmo de legitimar uma ação a ser executada pelas instâncias a que se dirigem, representam a instauração de determinados sentidos.

<sup>12</sup> No anexo 1 (p.174), encontra-se um mapeamento desses documentos administrativos como são compreendidos e utilizados hoje, tomando por base João Luiz Ney para cotejo com os apresentados por Domingos Álvares Branco Muniz Barreto.



De natureza não administrativa, mas enunciativo-esclarecedora, arrolamos também seqüências discursivas produzidas a partir de discursos proferidos em solenidades em que se homenagearam as instituições e o noticiário a respeito delas publicado nos jornais da época.

Passemos a seguir a discriminar o arquivo que construímos, subdividindo-o em *corpus* principal e auxiliar, os quais comportarão, respectivamente, os seguintes documentos:

***Corpus principal*** (atos administrativos deliberativo-normativos)

- Biblioteca Nacional: Estatutos, nas versões de 1821, 1823, 1824; Regulamento de 1876;
- Real Gabinete Português de Leitura: Regimento de Leitura de 1857; Estatutos, na versão de 1862; Regulamento para a Leitura de 1853; Atas relativas à implementação dos documentos.

Embora saibamos, mediante leitura das atas, haver sido elaborada uma primeira versão dos Estatutos do (R)GPL ainda na década de trinta do século XIX, o

documento não se encontra à disposição para consultas. As bibliotecárias não lhe sabem o paradeiro. Assim sendo, pensamos em "recuperá-lo", em alguns de seus artigos, a partir da leitura de comentários feitos em atas, no que se refere a alterações sofridas e mencionadas nesses documentos, até que a versão integral de 1862 viesse a público.

Ante o desaparecimento de documentos do (R)GPL, como o primeiro estatuto e toda uma coleção de atas referentes à década de 1860, decidimos constituir, como *corpus* auxiliar, material que viesse a esclarecer questões de análise suscitadas pelo *corpus* principal.

### ***Corpus auxiliar*** (atos administrativos de correspondência e outros)

#### □ Biblioteca Nacional

1. Anais (1877 – 1890; 1934) produzidos pela instituição, disponíveis, em parte, em CD –rom e, em sua totalidade, através do *site* da biblioteca na internet.

Os anais se constituem de um conjunto de textos compostos não somente dos relatórios do diretor ao Ministro da Justiça, como também de outros tantos, variados, relacionados à instituição, sua história, seu acervo, seu compromisso com as artes e a língua portuguesa no Brasil. Nesses volumes, dispomos de correspondência pessoal e administrativa entre diretores, funcionários e autoridades do governo e familiares; esboços históricos a respeito da Biblioteca; biografias a respeito de pessoas ligadas a ela.

3. Manuscritos: avisos, ofícios e representações emitidos no período compreendido entre 1808 e 1890;
4. Livros de assentamentos de consultas na Biblioteca Nacional, nos quais se tem delineado um perfil dos leitores que a freqüentavam, de acordo com as obras lidas;
5. Estatísticas de obras consultadas.

#### □ Real Gabinete Português de Leitura

1. Relatórios da diretoria no período de 1837 a 1890;

2. Discursos proferidos em ocasiões especiais (centenário de Camões; inauguração do palácio manuelino, sede definitiva do Gabinete, etc.);

3. Notas, artigos e notícias publicados pela imprensa brasileira do século XIX; Juízo da Imprensa do Rio de Janeiro acerca do relatório da diretoria do Gabinete.

Além desse material, acrescentaremos dois outros que aparentemente fogem do perfil do *corpus* escolhido, por terem sido escritos no século XX. Especifiquemos cada um e, em seguida, justifiquemos a sua presença por também se constituírem objeto de análise.

Os dois relacionados ao Gabinete são os discursos proferido na ocasião do 1º Centenário da instituição, em 1937, e um livro escrito especialmente para as comemorações dos seus 140 anos, por Manoel Ferreira de Castro, em 1977, (*Fundamentos e Actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*).

No que toca à BN, destacamos os anais de 1934, por neles constarem as cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos<sup>13</sup>, escritas do RJ à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821 (interessam-nos as que contém comentários referentes à Biblioteca Nacional).

O motivo da inclusão desses textos no conjunto do *corpus* deve-se ao fato de podermos confrontar o que é e como é lido neles com o que é dito ao longo do século XIX sobre ou pelas instituições mencionadas. Pensamos que esse cotejo de vozes irá nos auxiliar a verificar, dentre o que se projetou para o futuro, aquilo que se mantém, ou não, e como é rememorado na atualidade; que interpretações a contemporaneidade faz dessas falas.

Quanto aos procedimentos de coleta de *corpus*, tivemos que alterar o modo como vínhamos conduzindo a sua compilação. As atas do Gabinete, por exemplo, são manuscritas, e os relatórios, embora impressos em grande parte, não podem ser

---

<sup>13</sup> Luís Marrocos, ajudante de bibliotecário da Real Biblioteca no Brasil, vindo com a Família Real para o Brasil, constituiu correspondência particular assídua com seu pai, que ficara em Portugal. Os critérios que nortearam a nossa seleção de cartas foram os seguintes: menções ao Brasil, à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a sua rotina e aos seus colegas de trabalho.

fotocopiados. O acesso a esse material, aliás bastante volumoso, dá-se mediante autorização prévia do Presidente da instituição<sup>14</sup>. Restou-nos a alternativa de copiar o teor desses documentos, integralmente. No início o fazíamos obedecendo à ortografia da época, por julgarmos que também ela fazia parte das condições de produção desses textos. No entanto, não nos foi possível continuar a assim proceder, porque o ritmo lento de trabalho que tal procedimento nos impingia não se coadunava com as exigências do cronograma a obedecer.

De forma a tornar mais ágil essa etapa da pesquisa, lemos os documentos e gravamos seu conteúdo em fitas cassete, cuidando de registrar durante as gravações as indicações de grifos e sublinhas feitos pelos redatores e autores, sinais de pontuação e emprego de maiúsculas e minúsculas. Não era o desejável, face à inevitável atualização da ortografia, mas foi o que se mostrou possível fazer. Em casa, transcrevemos o material, digitando-o diretamente no computador.

Preservando, pelo menos, a pontuação e o emprego de maiúsculas/minúsculas, pensamos garantir uma leitura menos ingênua, pois, sendo a língua um fato histórico-social, o texto não tanto importa pelo que diz, mas como faz para dizê-lo. E no caso do texto escrito, a pontuação<sup>15</sup> é fator de importância no estabelecimento dos sentidos. Segundo Orlandi<sup>16</sup>, ela é uma manifestação da incompletude da linguagem, fazendo intervir tanto o sujeito quanto o discurso.

Com base em Henriques (2001: 46-7), pensamos em adotar os seguintes critérios:

---

<sup>14</sup> Incluímos, no anexo 2 (p. 175), a carta que enviamos ao Presidente do (R)GPL e, no anexo 3 (p. 176), a autorização que nos foi concedida.

<sup>15</sup> Fato de discurso, *locus* de significação, a pontuação aparece como elemento de organização textual, colocando em questão a completude da frase canônica. Através dela o sujeito trabalha a subjetivação, melhor dizendo, na relação com a organização do texto é o sujeito que decide como o texto vai significar. O sujeito se subjetiva porque se identifica com um sentido, e não com outro, e determina como deve dizer. E ele determina o que diz ao mesmo tempo que é determinado pelo interdiscurso. A formulação é que é determinada pelo sujeito. Vê-se na pontuação, ao mesmo tempo, uma das garantias para o estabelecimento de um mundo semanticamente estável, dando dimensão espacial e efeito pragmático de ordem do imaginário, e uma denúncia do movimento paráfrase-polissemia, a manifestação do interdiscurso. Desloca-se, assim, a pontuação da perspectiva gramatical para a discursiva.

<sup>16</sup> Anotações de aula – 1º sem/2001, IEL/Unicamp.

1. “uniformizar de grafias de antropônimos, abreviações, nomes de meses e denominações de títulos ou cargos”;
2. “assinalar com a palavra **‘ilegível’**, entre colchetes, o local exato onde se encontrou palavra ou trecho que não foi possível ler ou interpretar”;
3. “assinalar com a palavra **‘espaço’**, entre colchetes, o local exato onde o redator deixou uma lacuna na ata”;
4. “colocar interrogação entre parênteses – (?) – logo após palavra cuja leitura ou interpretação proposta é duvidosa”;
5. (v) registrar e descrever as rasuras e riscos, bem como anotações marginais pertinentes ao texto”.

Optamos, porém, ao contrário de Henriques, por não corrigir eventuais lapsos, equívocos do redator, ainda que “comprováveis no próprio texto”, por julgarmos a falha como constitutiva do sujeito e, por isso, também ela *falar*, significar.

Enfim, selecionar material para análise implica não segmentar, mas fazer recortes. Tal afirmativa exige que se estabeleça uma diferença entre esses procedimentos. Na perspectiva teórica que abraçamos, segmentar remete ao texto, a práticas da lingüística, leva em conta apenas a formulação, a materialidade lingüística em si mesma, no âmbito da linearidade. Recortar, por seu turno, remete ao discurso, à língua como estrutura, sim, mas sujeita a falhas, como acontecimento do significante em um sujeito afetado pela história. Como preconiza Orlandi<sup>17</sup>, recortar pressupõe relacionar sentidos que não estão, necessariamente, linearmente apresentados no texto. Essas cadeias lineares, ou o que se apresenta como tal, estão de fato dispersas no(s) texto(s). Isso não está relacionado com seqüências, partes delimitadas no texto. Na verdade, frente a um *corpus* não temos um *a priori*, lembra-nos Orlandi (1999, *passim*); no processo de leitura, apreende-se o que há de regularidade. Os recortes, por sua vez, é que vão determinar quais conceitos do dispositivo teórico serão mobilizados durante a análise.

---

<sup>17</sup> Anotações de aula, IEL/Unicamp – 1º sem/2001

A partir do material compilado, selecionamos, para que fossem postas umas em relação às outras, expressões em que definimos:

1. a identidade da instituição;
2. a identidade dos que se responsabilizam pelo funcionamento da instituição;
3. o fazer dessa instituição;
4. o modo como ela sinaliza lidar com a alteridade, ou seja, o modo como o *outro* (o estrangeiro, o brasileiro) é mencionado. Haveria entre os enunciados, dadas as condições em que são produzidos, pontos de deriva, deslizamento de sentidos?

Pretendemos observar como os termos empregados para predicar a instituição e as suas ações se distribuíram ao longo do tempo, nos diversos documentos pesquisados; que imaginário de leitor, de leitura, de língua e de nação evocavam a partir das várias textualizações (versões) em torno de cada ponto – sítios de significação. Sabendo-se que a opção por esta ou aquela forma não é neutra, pois o sentido tem a ver com o sujeito e seu modo de textualizar, levou-se em conta a questão do sujeito na relação com a variação, ou melhor, com as famílias parafrásticas que se foram formando ao longo do tempo.

O momento da análise, tal como Malidier e Guilhaumou (*apud* Orlandi, *ib.id.*) postulam, é “(...) privilegiado: é o da relação com a materialidade da língua, com a história, com o real”. Mas, prosseguem os autores, não é através de descrições sistemáticas que a AD constrói suas provas, mas quando “se chega às estratégias discursivas ligadas às relações de força numa conjuntura dada”.

A análise, então, obedeceu as seguintes etapas, conforme Pêcheux (1969) e Orlandi (1999):

- Recortes na superfície lingüística dos documentos relacionados – momento em que analisamos a materialidade lingüística: o que se diz, quem diz, como diz, em que circunstâncias;



- Inserção no objeto discursivo, que não se confunde com o material empírico coletado, ainda que, nesse estágio, apoiado na materialidade lingüística, o trabalho com paráfrases – textualidade em relação – direcione nosso olhar para o que se compreende como o que Pêcheux denomina *esquecimento n° 2*, melhor dizendo, para o que é da ordem da enunciação. Nessa instância, da ordem das formações discursivas, a impressão de realidade do pensamento é determinante, levando-nos a crer que haja uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de sorte que pensamos e acreditamos que o que dizemos só possa ser dito com *aquelas* palavras, e não outras, e possa ser compreendido na mesma medida em que pretendemos significar algo.
  
- Inserção no processo discursivo, momento em que se trava, como nas palavras de Orlandi (id.ib.2001), um “corpo a corpo com a ideologia”. Trabalha-se aqui com o *esquecimento n° 1*, ou seja, nosso olhar volta-se para a instância do ideológico, do inconsciente. Graças a esse esquecimento, o sujeito tem a ilusão de ser origem do que diz, não se apercebendo de que, na realidade, retorna sentidos preexistentes a ele.

Esses *esquecimentos* são estruturantes e, por isso, necessários para que nos identifiquemos com o que estamos dizendo e nos constituirmos sujeitos. Mas é preciso não perder de vista que o processo de produção de sentido está necessariamente afeito ao deslize, à falha.

Fazer análise de discursos é, por fim, fazer a relação das posições *ali* inscritas, relacionando-as com as formações discursivas, com as condições de produção. Por isso, observamos a relação do texto em questão com outros, com uma memória sedimentada, “esquecida”, mas presente.

Na posição de analista, fomos ao texto, procurando observar o jogo em que se diz e rediz um sentido (e que nesse processo, pode deslizar), o jogo de paráfrases

para aquele dizer levando a um recorte. Pretendemos compreender os gestos de interpretação postos, ao trabalharmos com os efeitos de sentido que uma dada materialidade pode produzir.

Não podemos perder de vista, porém, que o objeto discurso não existe anteriormente à análise. Não é inscrito no real dos fatos da linguagem. Também é impossível colocar-se fora da língua para analisá-la. Ocupamos posições subjetivas diferentes, porém sabendo que nenhuma delas é isenta.

#### 4. Bibliotecas públicas: do arquivo ao discurso

A leitura tem história, que não foi a mesma em todos as épocas e lugares no Ocidente. Dos tempos da tradição oral, na Grécia antiga até o século XIX, período em que o Brasil passa à nação independente e que elegemos como objeto de estudo, as práticas de leitura, heterogêneas, “refletem diferentes maneiras através das quais uma comunidade vive e pensa a sua relação com o mundo, com os outros e com ela mesma” (Cavallo e Chartier, 1998: 8).

Assim é que, melhor dizendo, desde os tempos da tradição oral a se impor na voz dos rapsodos gregos a cantar os feitos dos heróis de então até a emergência e a consolidação do ideal burguês nos séculos XVIII e XIX, inúmeros fatores concorrerem para a legitimação de determinados gestos de interpretação, determinantes do lugar social de quem os produziam.

Nesse íterim que, inicialmente, marca a relação com o escrito como assujeitamento à voz inscrita na letra e, bem posteriormente, como possibilidade de emancipação pós período revolucionário – 1789 a 1815 –, vemos instituir-se a biblioteca. Tomada como espaço destinado não só à memória da(s) história(s) e dos arquivos, à conservação do patrimônio intelectual literário e artístico, mas, principalmente, como espaço disseminador de práticas de leitura para fins políticos, apropriador de cultura pelo poder, a biblioteca supõe “organizar a informação, para que todo ser humano possa usufruí-la” (Milanesi, 1992: 15).

Esse sonho de acumular o saber que a biblioteca procura tornar possível faz parte da própria história ocidental. Observa Schwarcz<sup>18</sup> (2002: 120)

"Em nome dessa utopia, idealizaram-se acervos - particulares, estatais, principescos ou eclesiásticos - , transformou-se a busca de edições raras, ou de livros desaparecidos em 'questão de segurança', e ergueram-se majestosos edifícios que ostentavam em seu visual a força e a imponência que a empreitada pretendia representar (...) seu papel é o da conservação da maneira e do patrimônio literário,

---

<sup>18</sup> Embora a pesquisadora não faça, em seu trabalho, referência, é oportuno constatar a origem da afirmação em Chartier (*A ordem dos livros*, 1998, p. 62)

artístico e intelectual ou o diálogo que estabeleceu entre um passado bem guardado e o presente, sempre reelaborado."

No entanto, não assumimos aqui a biblioteca como mera instância espacializadora, armazenadora de documentos a contrapor-se à possibilidade da perda da lembrança, ou como lugar de diálogo com o passado, de organização do saber ou, como ainda pretendia Teixeira de Mello<sup>19</sup>, em seu esboço histórico, "grande repositório do saber humano", cuja função seria, como sugere Schwarcz (*id.ib.*: 120) "a de sistematizar o acesso às informações (...) e a de servir como mostuário histórico", a cujas obras o acesso esteve restrito em muitas ocasiões, por motivos variados.

No que concerne especificamente à memória, Lucas (2000) observa que antes de se dar a passagem da cultura oral para a da escrita, era delegada a tarefa de guardar a lembrança do passado a determinadas pessoas, a quem Le Goff (1992) denomina "memórias vivas" e que, com o desenvolvimento da escrita, contudo, passaram a arquivistas. De um modo ou de outro, esses profissionais estavam relacionados à manutenção do poder fosse ele da Igreja ou do Estado, os quais, ao instituírem esses "lugares da memória", o faziam inscrevendo-os "no funcionamento imaginário dos processos de significação, produzindo efeitos não só independentemente da 'vontade política' de qualquer setor do Estado, mas sobre ela mesma, produzindo e deslocando os objetos simbólicos que ela pretende controlar" (Zoppi-Fontana, 1994). A memória relacionando-se, pois, com o poder, vai ser, nas palavras de Lucas (*ib.*: 32), "reveladora de esquecimentos e silêncios dos senhores que zelam por sua construção". Isso posto, é inevitável que repensemos também o conceito de memória ligado à biblioteca..

Conseqüentemente, como já mencionamos no capítulo 2, e aqui reiteramos, memória, diz-nos Pêcheux (1999, 50), "deve ser entendida não no sentido diretamente psicologista de 'memória individual', mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas". Isso nos permite considerar o florescimento, entre os séculos XVIII e XIX, nas principais cidades européias, de instituições – "monumentos de lembranças" – como instâncias destinadas a preservar a

---

<sup>19</sup> Chefe da seção de impressos da Biblioteca Nacional, em documento datado de 27 de maio de 1885, publicado nos Anais da Biblioteca Nacional - 1883-1884, vol. XI.

memória coletiva das nações que já começavam a ganhar as fronteiras políticas que hoje conhecemos.

Afora isso e mais o que os dados histórico-biográficos nos trazem, as bibliotecas nos interessam na medida que nos permitem considerar os modos pelos quais historicamente se tornaram instituições elas mesmas, ou seja, discursivisaram-se, dado que linguagem e história constituem-se mutuamente. Assim sendo, neste trabalho de análise a que nos propusemos, vale tomar como objeto os discursos institucionais, considerando-se, como sugere Mariani (1999: 47), “a historicidade do processo de constituição da própria instituição, ou seja, o modo como a instituição, ao se constituir como tal, discursivisou-se. E a historicidade desse processo se encontra inscrita no funcionamento dos discursos institucionais”.

Mas o que é, afinal, uma instituição? Que discursos se produzem nela e/ou a partir dela, configurando-a, fundando-a como tal? Estas e outras questões instauram as considerações que ora se seguem.

#### **4.1. Biblioteca, memória e poder**

Iniciemos com uma abordagem sociológica do tema, com base em Merton (1970), o qual nos indica que uma instituição se define como tal ao regular e controlar os modos de se atingir os objetivos culturalmente postos como legítimos a um determinado grupo que se toma como coeso, ao partilhar os mesmos valores. Por seu turno, Mariani (1999: 48) pondera que “sobre as instituições recai uma forte carga de controle social: elas servem para modelar as práticas sociais existentes, embora essa imposição nunca se realize de forma absoluta”. Daí não advogarmos a possibilidade de uma relação, uma correspondência biunívoca, total e especular entre o discurso institucional e a instituição que o veicula, normatizando, conformando mundo exterior e indivíduos. Tudo está sujeito à falha, ao deslize, o sabemos.

Dessa forma, diríamos que, mesmo as instituições atuando no sentido de conformar os indivíduos de acordo com suas regras e, por isso, os lugares sociais aí pareçam se demarcar através de falas institucionalizadas, cabe-nos compreender uma

possível desnaturalização desse processo. Portanto, em lugar de se buscar saber o que dizem os regulamentos e as normas que fundam ambas as instituições, interessa saber como fazem para dizer o que dizem.

E sendo as instituições resultantes de “longos processos de linguagem” (Mariani, *ib. id.*: 50), as entendemos como sendo afetadas pela memória e pela ideologia, como um lugar constitutivo do dizer, posição enunciativa vinculada ao complexo de formações discursivas em relação, sem que venhamos a considerar esses lugares sociais como marcados rigidamente por falas homogêneas e não passíveis de ressignificação.

As fronteiras da produção de sentidos são móveis, ainda que, em se tratando de instituições, uma formação discursiva dominante as regule e demarque as posições-sujeito com ela identificadas. Por posição-sujeito entende-se, nesta perspectiva, um lugar ocupado pelo sujeito, com o qual se identifica, para ser sujeito do que diz. Esse lugar não lhe é conscientemente acessível. Caberia ainda acrescentar que é da linguagem e por ela que se define tal posição. Os diferentes papéis são rituais de linguagem, e os lugares sociais, assim, pré-existem ao sujeito e têm sua discursividade própria. Desse modo, os sentidos não são imanentes às palavras, mas estão relacionados a essas posições. E mesmo que, ao ocupar determinada posição, o sujeito a singularize, ele é falado antes, “em outro lugar”. Por isso se diz que não se analisa o sujeito, dado que isso remeteria a uma posição individual, mas a posição-sujeito inscrito em um dado discurso, determinada pelas relações de força, em que os sentidos não estão imanentes às palavras e, sim, relacionados a essas posições.

No que se refere aos monumentos de lembrança, dos quais a instituição biblioteca é um exemplo, após a Revolução Francesa, um marco na mudança de paradigmas ocidentais, precisamente a 12 de setembro de 1790, a França revolucionária criou seus Arquivos nacionais. Nessa mesma época, por iniciativa de Leão XIII, o Vaticano passou a permitir ao público o acesso ao seu arquivo, o qual fora criado em 1611. Cabe, no entanto, ressaltar que não se pode generalizar tal acesso e imaginar que toda e qualquer pessoa pudesse consultar os manuscritos e livros neles guardados, dado que poucos detinham o domínio da leitura e da escrita e, dentre esses, alguns apenas receberiam permissão para consultas ao acervo. Segundo Battles (2003: 72), o termo

“‘público’ referia-se não à universalidade do acesso, mas ao palco sobre o qual a Igreja, a nobreza e as poderosas famílias desempenhavam seus papéis e exerciam sua autoridade”.

Seguindo esta tendência, até quatro décadas após a fundação do Arquivo Nacional Francês, no Brasil iriam ser fundados respectivamente a BN e o (R)GPL, instituições sobre as quais, a partir de agora, vamos tratar, sob a perspectiva de seu histórico de criação e funcionamento no século XIX.

## **4.2. Bibliotecas portuguesas em terras brasileiras**

### **4.2.1. Biblioteca Nacional**

A instituição em foco, em sua origem, é, a princípio, lugar de memória portuguesa, monumento criado pelo Absolutismo, pelos ideais iluministas, no processo de montagem e fortalecimento de estados nacionais (Pinheiro, 2000).

O embrião do que hoje compreendemos como BN remete-nos não só a 1706, época em que fora coroado rei de Portugal D. João V, como aos livros de D. Dinis e de D. João I, tendo este criado a primeira livraria real portuguesa, desenvolvida posteriormente por D. Duarte, D. Afonso V e D. Manuel. Desses livros, poucos restaram até o início do século XVIII. Com a ascensão de D. João V ao trono, "desencadeou-se um surpreendente processo de enriquecimento da biblioteca" (Pinheiro, 2001: 242), tendo o monarca reunido seis mil volumes da Livraria da Sereníssima Casa de Bragança, e adquirido livros raros, manuscritos, gravuras, moedas, medalhas, documentos, códices, incunábulo, partituras e mapas. Tudo isso multiplicado posteriormente para cerca de setenta mil volumes, durante o reinado de D. José I.

Nessa época, Lisboa era a capital dos livros, da Real Biblioteca, sob a influência cultural francesa. Essa instituição reunia volumes que abrangiam vastos domínios do saber, quais sejam: teologia, filosofia, história, direito canônico e civil, filologia, literatura, medicina e ciências. Representava também o esforço de Portugal em, adquirindo grande renome, se inserir na história moderna da realeza européia e chamar para si uma imagem de erudição. Era o "ideal cultural para onde o poder

desejaria que a sociedade portuguesa pendesse" (Guedes, 1987: 106) e reunia um acervo considerável ao qual apenas os da Biblioteca Real Francesa e do Vaticano rivalizaram-se, e cuja formação requeria a consideração de marcas de posse ou propriedade que documentavam a proveniência dos livros - o que só é possível mediante exame item a item, para identificação<sup>20</sup>, que permite retroagir ao colecionador original ou ao seu *iter*<sup>21</sup> (Pinheiro, 2001: 241).

A Real Biblioteca personificava o orgulho nacional português. Herdeira de muitos reinados e dos gostos dos diferentes soberanos, expressava o interesse destes pelos livros ou, ao menos, pelas vantagens políticas e simbólicas que um acervo como aquele ao qual nos reportamos trazia (Schwarcz, 2002, 32).

Em 1º de novembro de 1755, viria a Biblioteca a sofrer um primeiro revés, tendo sido vitimada por terremoto que se deu em Lisboa, seguido de maremoto, e conseqüentes enchentes, e de, também, incêndios, muitos criminosos<sup>22</sup>, os quais destruiriam quase a totalidade do acervo da Real Biblioteca, situada no Paço da Ribeira. A privação desse tesouro significou um outro tipo de perda, dado que ela era a própria representação do Estado.

Superados esses momentos difíceis, era necessário providenciar a reconstrução daquela que se pretendia, em sua busca de completude, fosse a guardiã de "todos os saberes acumulados, todos os livros alguma vez escritos" (Chartier, 1990: 96) e também "uma razão simbólica e um capital cultural dignos dos mais importantes negócios do Estado" (Schwarcz, 2002: 34).

Ao pouco que restara, o rei D. José I incorporou, entre outras, as coleções do bibliófilo Nicolao Xavier da Silva (1756), a do conde de Redondo (1757), do

---

<sup>20</sup> *Ex libris* (selos de propriedades); *ex donos* (assinaturas, dedicatórias); carimbos (a tinta e a seco) e *super libris* (logomarcas ou brasões gravados na encadernação).

<sup>21</sup> Refere-se ao itinerário do documento, desde a sua distribuição. Segundo Pinheiro (1998, 182), "é possível verificar o *iter* de um documento a partir de suas marcas de propriedade, de etiquetas variadas (de livreiros, encadernadores, papelheiros), de outros documentos anexos (cartas, anotações, recibos de aquisição), de registros de entrada em coleções variadas (notações padronizadas), e outros registros que indiquem a 'sorte' do documento."

<sup>22</sup> De acordo com Pinheiro (*id.ib.*), "o que o sismo e a água não destruíram, o fogo se encarregou de extinguir. Citando Soriano (1867, p. 249-250; cf. Carta, 1990, 181) afirma que são muitos os registros de que bandidos, libertos pela queda das paredes das prisões, atearam fogo a vários prédios, para facilitar a pilhagem. Consta que um negro, condenado às gales, confessou antes de ser enforcado de que fora de quem, por suas próprias mãos, pusera fogo ao palácio real, cuidando que com isto ia fazer morrer queimada toda a família real"



gazeteiro José Freire de Monterroio Mascarenhas (1760) e do abade de Santo Adrião de Sever, Diogo Barbosa Machado (1770), cuja coleção reunia 4.301 obras em 5.764 volumes, peças de variadas "províncias do saber humano", como no dizer de Teixeira de Mello<sup>23</sup> (1885, 35). Também é digno de nota o oferecimento ao príncipe Regente D. João, pelo padre provincial do convento de Santo Antonio, de todos os impressos e manuscritos pertencentes ao espólio do Frei José Marianno da Conceição Velloso. Quanto à coleção do conde da Barca, cabe destacar que se compunha de um acervo de mais de 74.000 volumes em 2.419 coleções que versavam de astronomia, música, artes, desenho e pintura, arquitetura, antigüidades, inscrições numismáticas, livros de viagem, de geografia e outros temas então vulgarizados (Schwarcz, 2002: 357).

A estes, outros livros mais somaram-se, tanto através de doações espontâneas, quanto mediante confisco de espólios de famílias e de religiosos proscritos. No primeiro caso, doar livros conferia ao doador honra e granjeios de favores reais, "trocava-se o ato de vontade por proteção e aliança com o rei" (Schwarcz, 2002, 133). Tomava-se a Biblioteca, assim, como uma espécie de trunfo nacional, cuja funcionalidade, na verdade, não era o que mais importava, mas a sua existência de *per si* como uma carta de apresentação, representativa de um Estado forte. No segundo caso, o do confisco de livros, destacam-se os da ordem jesuítica, banida do solo português, por iniciativa do Marquês de Pombal.

"D. José por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e d'além Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia,

A todos os meus Corregedores, Ouvidores, Julgadores, Juizes de fora (...) e mais Justiças, Officiais delas, e Pessoas destes Reinos e Senhorios de Portugal, e suas conquistas, aqueles, a quem e a cada um dos quais, Faço saber em como por virtude de minhas Reais Ordens cometida do Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha, Vice-rei, e capitão general de mar e terra do Estado do Brasil, e por eles dirigidas aos Ministros da relação, **se procederem a Inventário, e Seqüestro Geral de todos os bens que possuíram os regulares denominados da Companhia de Jesus (...)**

---

<sup>23</sup> In *Anais da Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro, 1883-1884 - vol. XI, 1885.

**procedendo na arrematação de vários (...) bens móveis, submoventes, Escravos, Ouro, prata, bens de raiz, Dívidas (...) e mais papéis pertencentes ao Colégio dos ditos regulares denominados da Companhia de Jesus<sup>24</sup>”.**

Dentre os papéis jesuíticos arrestados, cabe mencionar a biblioteca do Colégio de Todos os Santos da Ilha de São Miguel, cuja menção é feita em avisos oficiais, como podemos atestar a seguir:

"Na Ilha de São Miguel se acha a Livraria, que foi dos Jesuítas, e é declarada no catálogo incluso, o qual remeto à Vossa Mercê para que fazendo reflexão sobre a qualidade destes livros, me diga se merecem mandarem-se vir todos, ou parte deles, declarando lá os que merecem fazer-se a despesa do seu transporte para Lisboa.  
Deus guarde a Vossa Mercê,  
Junqueira, 8 de Janeiro de 1780  
Marquês de Angeja  
Snr. Feliciano Marques Perdigão<sup>25</sup>

Remeto à Vossa Mercê a Cópia do Inventário, que se fez da Livraria dos proscritos Jesuítas da Ilha de São Miguel, para em virtude do presente Aviso receber do Real Erário os Livros dela, que se acham nos 15 caixões de número um a quinze, os quais Sua Majestade manda ir para a Sua Real Livraria.  
Deus guarde a Vossa Mercê  
Lisboa a 9 de Outubro de 1790  
Visconde Mordomo Mor  
Snr. Feliciano Marques Perdigão<sup>26</sup>

Essa nova Biblioteca Real, situada então no Palácio da Ajuda, avultava, mas a ela somente era facultado acesso aos membros da Família Real ou a visitantes ilustres, representantes do corpo diplomático. Pela sua organização, cuidavam, na maioria dos casos, amanuenses religiosos.

---

<sup>24</sup> *In* Manuscritos II - 30, 34, 15.

<sup>25</sup> *In* Manuscritos 65, 4, 003, n. 006

<sup>26</sup> *Idem. Ibidem*

Em novembro de 1807, um novo e suposto revés, no entanto, sofreria a Real Biblioteca, com a vinda da Corte para o Brasil. Com ela, além dos receios às investidas napoleônicas, seguir-se-iam tanto os arquivos governamentais, que tinham a finalidade de reproduzir nos trópicos o modelo de gerenciamento português do Estado, como os livros do rei D. José I, que compunham a Real Biblioteca.

Esse embrião da hoje Biblioteca Nacional brasileira precisou atravessar um oceano e aqui, juntamente com a Corte, abrigar-se a salvo de pilhagens e, quem sabe, de ainda outras ações passíveis de ocorrer ante a ausência do rei em Lisboa. Tal iniciativa foi uma tentativa de se evitar ou mesmo superar o temor “da ruína, do esquecimento, o pesadelo da destruição, a obsessão do irremediável, a interrupção brutal da transmissão” (Jacob, 2000: 11), que parecem assombrar o imaginário das bibliotecas em todos os tempos.

Consistia essa coleção também de livros, de manuscritos, moedas, ilustrações da Casa do Infantado<sup>27</sup>, situada em Queluz. Aqui foi acomodado o acervo provisoriamente nas dependências do hospital da Ordem 3<sup>a</sup> do Carmo, em 29 de outubro de 1810, data considerada oficialmente como a da fundação da biblioteca no Brasil. Nos primeiros anos, “não foi de todo e indistintamente franqueada ao público, mas facultada aos estudiosos, que para isso obtinham prévio consentimento ‘régio’, ou seja, ainda não era pública, mas era permitida a entrada de pessoas munidas de concessão especial” (Carvalho, 1999: 115), mesmo assim somente a partir de 1814. Schwarcz (2002: 169) também assegura que os livros desta biblioteca “pertenciam somente à Família Real (...) sendo de sua propriedade particular, por mais que o que seja do rei seja também da nação”. Em 1858, foi transferida para o prédio onde hoje funciona a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Passeio<sup>28</sup>. Só muito posteriormente, em 1910, foi instalada em definitivo na edificação de estilo eclético especialmente construída para ela na Avenida Central, hoje Rio Branco<sup>29</sup>.

Em terras brasileiras, a Real Biblioteca, que viria a ser denominada, em 1822, Biblioteca Imperial e Pública da Corte, continuou a ser gerida nos moldes

---

<sup>27</sup> Informações obtidas durante conversa informal, no setor de manuscritos da BN, com Ana Virgínia Pinheiro, pesquisadora, bibliotecária da Biblioteca Nacional e professora na Faculdade de Biblioteconomia da Uni-Rio.

<sup>28</sup> Ver no anexo 4 a foto do prédio (p. 177).

<sup>29</sup> Ver no anexo 5 a foto atual do prédio (p. 178).

absolutistas como o fora em Portugal, ou seja, concentrando o poder decisório nas mãos do rei, primeiro na de D. João VI, depois nas de D. Pedro I e D. Pedro II, respectivamente. E mesmo após o retorno da Corte à Europa e o Brasil ter-se tornado independente, muito pouco mudou no que se refere ao funcionamento da Biblioteca, cujo acervo ampliou-se mediante recebimento de remessas de livros impressos em Lisboa a título de propinas<sup>30</sup>, aquisições e doações, assim ganhando novas feições, ressignificando-se no que tange aos seus objetivos iniciais de atender, prioritariamente, às necessidades da Família Real.

Símbolo de cultura, “capital simbólico do Estado”, como no dizer de Carvalho (1999), a *Livraria Imperial*, guardava uma história que se queria fosse lembrada pelas gerações futuras, ao mesmo tempo que ilustrava e entretinha os príncipes, como se pode depreender a partir da leitura de *Lembrança dos Livros que têm saído desta livraria*, manuscritos em que consta o movimento de leitura entre os anos de 1811 e 1813. Em janeiro de 1811, por exemplo, o *Snr Infante* D. Miguel retirou o *Velho Testamento traduzido em Português pelo Padre Antonio Pereira*; já, em abril do mesmo ano, a *Infanta D. Maria Francisca por ordem de Sua Dama Maria do Resgate a História de Portugal restaurado 2 volumes*. Por esses registros, pode-se observar também que D. Miguel era um leitor, cujas preferências possivelmente giravam em torno de temas religiosos e militares. Já D. Pedro I, o primogênito do Regente, herdeiro natural do trono, preferia leituras relacionadas às suas futuras funções. Em junho de 1811, levou a obra *Histoire de la decouverte et de l'établissement des Portugais dans le nouveau monde*.

O regresso de D. João a Portugal implicou a permanência aqui dos livros, ainda que sob reclamos portugueses, e a volta da maior parte dos manuscritos, face à sua função política, pois "representavam o testemunho de lutas, políticas e operações militares" (Schwarcz, 2002: 283). Desse modo, atravessaram o Atlântico cartas régias, de embaixadores, ofícios das Secretarias de Estados, coleções de avisos, consultas das Juntas de Conselho e do Desembargo do Paço, correspondências do soberano,

---

<sup>30</sup> O termo propina, com base na leitura de avisos, ofícios e minutas, aqui refere-se a doações feitas à Biblioteca, por parte da gráficas, de tudo quanto fosse impresso em Portugal. Anos mais tarde criou-se o instituto do Depósito Legal, com o propósito de que tudo o que no Brasil se editasse um exemplar fosse encaminhado à Biblioteca Nacional. Embora continue ainda hoje vigorando, o Depósito Legal nem sempre é observado pelas editoras.

disposições de várias secretarias, livros de receitas e negócios, regimentos de chancelarias, entre outros documentos. Contudo, afiança Cabral<sup>31</sup> (1885, 457), restou-nos manuscritos "em número superior a mil, muitos dos quais foram de uso privativo de D. José I e de D. João VI". Nesse caso, a BN passa, a partir de então, a ser depositária de duas histórias: a do Brasil e a de Portugal, por herança. A biblioteca original desmembra-se em duas, dois arquivos a indicar dois gestos de interpretação do rei, instituindo o que podia ficar e que devia seguir com a corte de volta a Portugal.

Precisamente a 29 de agosto de 1825, firmou-se uma Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Aliança entre Brasil e Portugal. Coube àquele indenizar este por tudo que aqui ficara, incluindo-se a Biblioteca Real que passara a ser denominada Imperial e Pública da Corte, segundo convenção também do mesmo ano. Custou-nos 800:000\$000 reis (oitocentos contos de réis), o equivalente a 250.000 libras esterlinas<sup>32</sup>, e também a emancipação da qual a nova denominação é exemplo.

Um novo capítulo na história da biblioteca começaria a partir daí a ser escrito. Nos anos que se seguiram, durante o período imperial, o seu acervo enriqueceu-se, mediante os já mencionados processos de compra, doação e propinas. Dentre os nomes que figuram na galeria daqueles a quem a Biblioteca adquiriu obras das mais importantes estão, por exemplo, os dos conselheiros José Bonifácio de Andrada e Silva e Filipe Lopes Netto; os de Antônio de Azevedo de Araújo, conde da Barca, os de Francisco de Melo Franco, dos comendadores Manuel Ferreira Lagos e José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar; do diplomata José Augusto de Saldanha da Gama. Segundo Teixeira de Mello (1885, 29)<sup>33</sup>, o material impresso obtido através dessas aquisições compunham documentação preciosa para estudo da nossa história política e literária e especialmente militar.

Eram, inegavelmente, aquisições valiosas, mas, segundo Machado (2001: 198), "com um alcance social muito restrito, se não nulo. Num momento em que o país buscava sofregamente a afirmação da nacionalidade", em nada contribuiriam para aumentar o conhecimento dos brasileiros sobre si mesmos e sobre o Brasil. Até que ponto, então, a BN teria tido um papel legitimador nas pretensões de uma nova

---

<sup>31</sup> *In Anais da Biblioteca Nacional - 1883-1884, vol XI - 1885.*

<sup>32</sup> Informação colhida durante conversa com a bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro, em janeiro de 2004, na seção de manuscritos da BN.

<sup>33</sup> *In Anais da Biblioteca Nacional - 1883-1884, vol. XI - 1885.*

nacionalidade? Afinal nossa emancipação fora resultado de "expressão superficial de uma série de tensões e arranjos que se colocavam à crise do sistema colonial e do absolutismo, tão característicos do final do período moderno"? (Schwarcz, 2002: 384-5). Éramos, contudo, recém-independentes e já dispúnhamos da sétima biblioteca do mundo, a primeira das Américas, a acumular idéias, ambições e ainda a cultura possível de uma nação emergente. De qualquer modo a BN revestia de tradição um império novo e ganhava um lugar na sua representação.

Como uma história iluminista retardatária, essa conta "a sina de uma emancipação feita com livros. (...) Era a Independência que se fazia portanto tradição ou eram os livros que carregavam eles próprios sinais de independência cultural e intelectual?", pergunta-se Schwarcz (*ib.*: 418). A despeito de qualquer que seja a resposta, parece-nos que a coleção que aqui permaneceu e o que mais veio a se lhe acrescentar corroboraram a idéia de que uma língua nacional já houvera aqui se constituído, antes mesmo que o Estado brasileiro se instituísse, ainda que, na prática, a língua falada no Brasil não fosse a mesma que se falava em Portugal. A promulgação do Diretório dos Índios, pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII; a transferência da Biblioteca Nacional para o Brasil e o decreto de D. Pedro I, cinco anos depois de proclamada a Independência, instituindo o Português como língua oficial a ser ensinada nas escolas procuraram revestir de legitimidade as práticas lingüísticas dessa sociedade que se queria forjar. O Estado Brasileiro se constitui e, como afirma Orlandi (2001: 13), "a institucionalização da sociedade brasileira e a questão da Língua Nacional se apresenta de forma determinada; Língua e Estado devem se conjugar em sua fundação".

Mas com a coleção, não nos esqueçamos, teria vindo também um programa de leitura, um percurso já escrito e inscrito discursivamente em outro lugar, para que aqui se dessem os efeitos de repetição e de reconhecimento, uma vez que sua organização interna e os critérios de constituição de suas coleções fossem resultado de escolhas significativas. Contudo, como bem aponta Lucas (2000: 66) "essa regularização discursiva sempre pode ruir com o peso de um acontecimento discursivo novo, que perturba a memória já estabelecida". Daí dizermos serem as bibliotecas, como instituições, o lugar de continuidade, mas também de rupturas da tradição.

Isso parece nos reencaminhar para um questionamento dentre os já arrolados e que a seu tempo nos conduzirão a um aprofundamento: até que ponto esse projeto de leitura transplantado de solo europeu encontrou aqui as condições para manter-se como tal? Ou teria sofrido modificações? Que novo, que irrealizado poder-se-ia ter irrompido no confronto com uma historicidade outra? Ainda outras questões insistem em se impor, levando-se em conta que, como afirma Jacob (2000: 11), “a biblioteca adquire sentido pelo trabalho de seus leitores”: Que leitores seriam esses? Quais seriam a situação, a finalidade e as etapas de uma atividade intelectual que pressuporia a recorrência aos livros? Que imagem de leitor e dessa biblioteca se desejaria projetar no futuro?

#### 4.2.2. Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro

Quase todas as questões acima arroladas podem ser postas também a outra instituição em tela, o (R)GPL, que, por sua vez, foi fundado em casa do advogado Antônio José Coelho Louzada, situada no número 29 da rua Direita, hoje 1º de Março, em 14 de maio 1837, por iniciativa de grupo de portugueses do/no Brasil. Nessa época o país, já havia alçado o *status* de nação independente e vivenciava um período de transição histórica, no qualurgia "reconstruir a amizade, a fraternidade, a aliança de sangue e de língua existente entre portugueses e brasileiros<sup>34</sup>”.

Os principais responsáveis pela criação da instituição foram Francisco Eduardo Alves Vianna e José Marcelino da Rocha Cabral. O primeiro era um negociante madeirense e o segundo, advogado conhecido e jornalista, auto-exilado em consequência das lutas entre o absolutismo de D. Miguel e o constitucionalismo do futuro D. Pedro IV. Segundo Rodrigues<sup>35</sup>, era objetivo desse grupo “reunir no Brasil os melhores testemunhos da cultura portuguesa”, além de se constituir no “primeiro fórum de debate cultural, existente no Brasil<sup>36</sup>”. Tratava-se de um imaginário já constituído antes pela memória do colonizador português e que encobria uma historicidade brasileira em detrimento de uma prática discursiva nos moldes lusitanos. Um Portugal

<sup>34</sup> Discurso proferido por Austregésilo de Athayde durante as comemorações dos 140 anos do Gabinete, em 1977.

<sup>35</sup> In *O Real gabinete Português de Leitura*, o primeiro embrião da reflexão humanística.

<sup>36</sup> *Id.Ib.*

desterrado ignorava os sentidos de brasilidade. Era preciso tornar Portugal sempre visível aos olhos da ex-colônia portuguesa no Brasil e aos dos brasileiros. Nada melhor do que inscrever o (R)GPL nesse projeto de visibilidade a partir da sua inscrição em uma filiação de sentidos europeia, instituindo aí um lugar de memória que não se identificava com o Brasil, mas com um lugar de reis e conquistadores. Com isso, dá-se um apagamento do Brasil. Mas que Brasil era esse que não estava sendo levando em conta? Possivelmente o “dos índios, dos negros, das mulheres e crianças, enfim, daqueles que não freqüentavam salões e que já representavam os portugueses como Outro, o estrangeiro” (Mariani, 2001: 108).

Ao longo das primeiras décadas de sua criação e funcionamento, ao Gabinete foram conferidos por seus fundadores e associados títulos como, por exemplo: “*Alma Mater* das Associações Portuguesas no Brasil”; “Sacrário de Luso-Brasilidade”; “Catedral da Cultura Portuguesa”, entre outros que oportunamente serão aqui arrolados e analisados. Buscava-se reafirmar os valores e as tradições portuguesas, principalmente no que concerne à língua.

Esse estabelecimento criado, pois, por portugueses para portugueses buscava, segundo Tavares (1977: 14), assegurar-lhes “a ilustração geral” que viesse a “concorrer para a glória literária da pátria. Instituído para a cultura do espírito, desenvolvimento da razão e aperfeiçoamento das condições de produção, nas ciências, artes, indústria, comércio e na organização social”, objetivava, desde a sua primeira hora, “com fervoroso entusiasmo o levantamento do nível da Colônia para altear no crédito de estranhos, para melhor servir a segunda pátria e timbrar de orgulho nacional na velha metrópole” (*id.ib.*).

Imbuídos dessa responsabilidade, os primeiros quarenta e três sócios, presentes naquela primeira reunião fundadora em 1837, selaram a criação da instituição, a qual viria abrigar livros cuja precedência recaísse às obras portuguesas, “por ser fim especial da Associação coligir as obras e manuscritos de mérito na língua portuguesa - como por devermos essa homenagem à nossa Pátria e fazermos assim também um



serviço ao País em que residimos, cuja literatura se confunda com a nossa"<sup>37</sup>. Albino de Souza Cruz<sup>38</sup>, anos depois, quando da inauguração da sede definitiva, acrescenta que

"o extremado amor que os portugueses votam ao Brasil, que eles consideram um prolongamento de sua pátria, (...) esse entranhado amor, essa carinhosa afeição, (...) é **eternizada pelo idioma opulento e formoso**, suave e forte, **que nossos pais nos ensinaram**, para que as nossas almas pudessem melhor sentir as alegrias e as desventuras comuns". [grifo nosso]

Passados 50 anos da fundação do (R)GPL<sup>39</sup>, ratifica-se a idéia de que as literaturas de um e outro países se legitimam tendo uma base comum – a língua – a possibilitar a ambos os povos vivenciarem experiências semelhantes, moldando, assim, uma identidade lingüística. No entanto, ainda que Portugal tenha aqui difundido sua língua, é preciso reconhecer que ela se historicizou diferentemente aqui, “incorporando imagens que se tornaram constitutivas da nossa identidade” (Dias, 1996: 9).

Quase 150 anos depois, credita-se ao acervo compilado a guarda da língua portuguesa. Assim é que Athayde (*apud* Tavares, 1977) destaca referindo-se aos *Cancioneiros Geral e da Vaticana*, constantes na biblioteca, que

"esses livros são como a Bíblia, (...) porque ali é que se encontram as primeiras realizações **desta língua portuguesa**. Foram eles que nos transmitiram, através do seu esforço e do seu idealismo, **o idioma maravilhoso com que nos comunicamos, brasileiros e portugueses**". [grifo nosso]

O europeu nos constrói como seu “outro”, mas ao mesmo tempo nos apaga. Somos o “outro”, mas o outro “excluído”, sem semelhança interna. A crença de que nos comunicamos por meio de uma única língua é corroborado pelo emprego do dêitico – (d)esta –, que, por sua vez, atualiza uma memória. Nessa perspectiva, o

---

<sup>37</sup> In Primeiro Relatório - 10 de setembro de 1837. Cabe aqui uma observação: ainda que se levasse em conta a possibilidade de se produzir literatura no Brasil, deveria ser esta apenas uma extensão da portuguesa, com a qual deveria (con)fundir-se, uma vez que a produção literária dos dois países tivesse como ponto em comum a língua, tida como uma, em sua variante européia.

<sup>38</sup> In texto que encima o pórtico do Gabinete.

<sup>39</sup> Foto do prédio definitivo, inaugurado em 1887 em anexo (p. 179)

européu nunca se coloca na posição de ser nosso “outro”. Ele é sempre o “centro”, adverte-nos Orlandi (1990: 47).

Da BN distingue-se, entretanto, o (R)GPL em termos de como foi instituído e posto em funcionamento, se, entre outros aspectos a serem tratados nos capítulos seguintes, levamos em conta a hipótese de Buarque de Holanda (1984: 13), para quem os portugueses que para cá vieram estavam muito mais afeitos a um ideal de aventura do que de trabalho<sup>40</sup>. Sem, contudo, opor radicalmente, como pode parecer, ambos os tipos, assinala o historiador que enquanto o espírito trabalhador "enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar", medindo "todas as possibilidades de desperdício, e sabe tirar o máximo proveito do insignificante", o aventureiro, por sua vez, tem em mira o objeto final. Para este, "o ponto de chegada assume relevância tão capital que chega a dispensar, por secundários (...) todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore" (*id.Ib.*).

No entanto, mediante os relatos coligidos a partir da leitura das atas das sessões de diretoria, referentes às primeiras décadas de funcionamento do (R)GPL, é importante observar que não se aplica essa máxima aos portugueses que o instituíram. Antes, parece-nos, "a tibieza das formas de organização" (Holanda, *op. cit. passim*) que caracterizariam as iniciativas dos povos ibéricos, e que "impediam que as instituições por eles criadas marcassem-se pela solidariedade e ordenação", não se aplicou àqueles que geriram a *livraria*<sup>41</sup> em questão. Não foram poucos os esforços e os acordos coletivos duráveis ou não, selados durante todo esse tempo para que o (R)GPL se firmasse como uma organização à qual se pôde conferir credibilidade e importância no cenário cultural do Rio de Janeiro, ainda que à custa do silenciamento do sujeito-leitor brasileiro, principalmente nesses primeiros tempos. No estilo manuelino do prédio, sede definitiva da instituição, inaugurado nos anos oitentas do século XIX, buscava-se

---

<sup>40</sup> Diz-nos Holanda (1984, 13) que "nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esse dois princípios encarnam-se nos tipos do aventureiro e do trabalhador".

<sup>41</sup> Percorremos as atas disponíveis de 1837 a 1872 e percebemos que também aqui a palavra *livraria* aparece designando biblioteca, principalmente nos primeiros anos. Levando em consideração o que pesquisamos sobre essas denominações e, aqui apresentamos no primeiro capítulo, concluímos que essa oposição talvez remeta ao fato de que, bem no início, os sócios tomassem-se muito mais como pertencendo a um grupo mais restrito, selecionado de portugueses, a usufruírem dos livros entre si. Já alguns meses depois, o termo é parafraseado: sociedade; Gabinete Português de Leitura. Possivelmente começava-se a perceber que um outro destino, menos limitado, estava destinado à instituição, incluindo, bem mais à frente, o sujeito-leitor brasileiro.

predominantemente imortalizar, presentificar a cultura e os valores portugueses. Cada ângulo da edificação parece evocar a outra pátria, ultramar, apagando o cenário brasileiro.

Mas até que se chegasse a esse ponto, o Gabinete funcionou em instalações improvisadas sempre se propondo a assegurar ao seletivo grupo de leitores o conhecimento do que se passava primeiramente em Portugal e, depois, no exterior e, finalmente, no Brasil. Para isso, além de livros, assinaturas de jornais eram providenciadas. Já o primeiro relatório (1837) dá a saber que se diligenciaram

"ordens para se subscrever três periódicos de Lisboa, dois do Porto e dois de Londres; e determinou-se mais que subscrevesse dois em França e um em Buenos Aires; todos dos que costumavam trazer mais amplas e verídicas notícias comerciais e políticas, como podeis ver da relação de seus títulos e deliberações nas atas respectivas".

Também, já no primeiro momento de funcionamento da biblioteca, foram assinados periódicos brasileiros. Mas acomodar o acervo que se constituía, demandava achar um edifício com todas as condições desejáveis para o Gabinete com capacidade, distribuição e divisão apropriada dos aposentos, centralidade do local, empreitada muito difícil no Rio de Janeiro, diziam.

Assim foi que a instituição esteve domiciliada em variados pontos do centro da cidade: até 1842, na Rua de São Pedro, 83 (demolida em 1943 para a abertura da Avenida Presidente Vargas); de 1842 a 1850, na Rua da Quitanda, 55; de 1850 a 1887, na Rua dos Beneditinos, 12, quando finalmente, em 1887 (50 anos depois da fundação) a construção da sede própria foi concluída, na Rua Luís de Camões, 30.

A garantia da sobrevivência do (R)GPL viria a ser assegurada mediante o expediente de venda de ações a cidadãos de nacionalidade portuguesa do sexo masculino, inicialmente, desde que fossem recomendados por algum membro da associação.

"Lida a Ata da sessão passada foi aprovada. Foram lidas as seguintes propostas: **Do Acionista João Luiz Marreiros propondo Antonio José de Freitas Silva Guimarães; do Acionista Jerônimo Francisco de Macedo Braga propondo Antonio Teixeira passos, Antonio Martins de Souza Porto;** do Acionista Albano de Souza Coimbra propondo Pedro José Villaça; (...) os quais foram aprovados para acionistas (...) O Diretor propôs para sócio correspondente do Gabinete o Sr. João Joaquim Ferreira D'Aguiar, residente na Vila de Valença, Província de Minas Gerais; foi aprovado."

(Ata de 26/06/1837)

A condição de serem portugueses os acionistas parecia ser seguida à risca, se observarmos o que consta nas linhas do seguinte texto:

"(...) Vieram à mesa três ofícios (...). O terceiro era do Acionista Manoel Ferreira de Mendonça no que pondera que **tendo de naturalizar-se - Cidadão Brasileiro** - pede aprovação para transferir a sua Ação número 55 em Aprígio Paulino de Azevedo o que lhe foi concedido.

(Ata de julho de 1838)

Ainda que não dispuséssemos da primeira redação dos Estatutos justamente os que vigoravam nesses primórdios do Gabinete, por não se encontrarem localizáveis<sup>42</sup>, podemos depreender da leitura dos diversos textos em dispersão - atas, relatórios, discursos, etc. - que àquela época ser português era condição precípua para que alguém viesse a ser aceito como membro por seus pares na instituição. Ou seja: era preciso desidentificar-se com a posição sujeito brasileiro para ser aceito então. A justificativa soa como uma desculpa dado que *ter de* parece indicar obrigação, algo imposto de fora. No entanto, com a presença feminina já se podia contar, não sem antes se instalar a surpresa e a dúvida ante o que se julgava inesperado.

"(...) **O Senhor Cláudio José da Silva propôs para subscritora a Senhora D. Carolina de Noronha**, e não se havendo ainda deliberado, se o sexo feminino devia ser admitido, ficou nesta parte por decidir a proposta (...)

(Ata de 29/07/1837)

---

<sup>42</sup> O primeiro estatuto do (R)GPL encontra-se desaparecido, segundo informações das bibliotecárias. Ninguém conhece seu paradeiro.

A decisão ainda teve de esperar alguns dias, mas, enfim,

"(...) Pondo-se em deliberação se podiam ser admitidas a Subscritores no Gabinete pessoas do sexo feminino depois de algumas observações **venceu-se que, sim, por unanimidade**.

(Ata de 15/08/1839)

Desse modo, mesmo em número inferior ao dos homens, serão ainda mencionados em atas os nomes de D. Ignácia Maria Jesus, proposta por Albano de Souza Coimbra, em 17 de dezembro de 1839, o de D. Francisca Gomes Ribeiro, por Henrique do Carmo Edolo, e o da Sra. Helena D'Araújo, por José Antonio Francisco Lima, em 20 de agosto de 1840.

Consta em relatório de 1860 que a instituição, a essa época, já contava com 3.000 leitores. Ainda que determinados períodos - como os anos compreendidos entre 1860 e 1866, principalmente, - não tivessem sido favoráveis para a administração do Gabinete, devido a "colônia [portuguesa, no Brasil], distraída por outras instituições, pouca atenção prestar a uma associação de mero interesse instrutivo", segundo Tavares (1977: 38), é inegável que esse sistema de captação de recursos mediante subscrições e venda de ações tenha sustentado o (R)GPL e a aquisição do acervo de que se dispõe.

Identificado como a primeira biblioteca pública de uma entidade privada em toda a América Latina, o Gabinete arrogou a si a missão de ser um estabelecimento "cujo fim é a cultura do espírito e cujos meios consistem nesse maravilhoso princípio ao qual os homens devem tantos e tão prodigiosos melhoramentos na sua condição e felicidade" (Tavares, 1977: 25). Mais, tomando-se como a "futura Biblioteca Portuguesa no Rio de Janeiro"<sup>43</sup>, cujo plano afigurava-se "indispensável ao progresso, prosperidade e renome da imigração portuguesa no Brasil", o Gabinete pressupunha-se, portanto, destinado a "reunir sob o mesmo teto Brasileiros e Portugueses, a preservar na *comunhão da língua* as nobres origens da Raça"<sup>44</sup> e conferir civilidade não só aos portugueses aqui estabelecidos, mas, por extensão ao Império do Brasil. [grifo nosso]

\*\*\*

---

<sup>43</sup> LEMOS, Eduardo *in* Apelo à colônia portuguesa (*apud* FERREIRA CASTRO, 1977)

<sup>44</sup> CASTRO FILHO (*apud* TAVARES, 1977, 109)

Biblioteca Nacional e Real Gabinete Português de Leitura foram, e são ainda hoje, beneficiadas por legislação especial que garante aos seus acervos renovação, atualização constantes: o depósito legal. Pretende-se, de tudo o que foi, àquela época, e vem sendo até hoje editado no Brasil, guardar exemplar. Também de tudo o que foi e vem sendo publicado em Portugal, além da Biblioteca Nacional de Lisboa, o Real Gabinete Português de Leitura é depositário. Um privilégio dispensado pelo governo português a poucas bibliotecas em todo o mundo.

Esse sistema, teve início em 1537, quando o rei Francisco I, de França, através da *Ordenace de Montpellier*, proibia a venda de toda e qualquer publicação antes que um exemplar dela fosse destinado à biblioteca real. "Era o desejo do rei coletar e preservar todos os livros dignos de serem vistos na forma em que haviam sido publicados" (Zaher; Menegaz, 2002: 298).

Em Portugal, D. Maria I, em 1798, viria a proceder de modo igual em relação a obras editadas, primeiramente pela Impressão Régia. Um alvará de 1805 estenderia a obrigatoriedade as demais oficinas tipográficas nacionais. No Brasil, semelhante procedimento foi estabelecido por D. Pedro I, em 1822, quando determinou-se que "um exemplar de todas as obras, folhas periódicas, e volantes, que se imprimissem na mesma Tipografia, e de quaisquer reimpressões, que ali se fizerem, na ocasião em que se publicarem, ou se expuserem à venda". Procurava-se viabilizar a preservação da herança nacional. Em 1847, estender-se-ia a medida mediante o Decreto nº 433, de modo que todas as editoras da Corte remetessem exemplares de seus impressos.

Contudo a interpretação da lei deu lugar a dúvidas quanto ao que designaria de fato. No relatório de 1884-1885, o bibliotecário assinalaria que "as infrações desta lei não tinham corretivo conveniente e necessário", mesmo tendo sido expedido aviso, em 1865, em que se dava à repartição da polícia a competência de execução da punição aos infratores. Como se percebe, não foi por falta de legislação que o Depósito Legal não se tornou um instituição sólida.

O problema que ainda hoje persiste, parece dever-se devido à "legislação ser omissa e ultrapassada" (*Id. Ib.:* 300), o que faz com se dependa, como sempre se

dependeu, de todo um trabalho de convencimento junto aos editores, quanto à importância da efetivação do dispositivo.

Com referência ao (R)GPL, é preciso que se diga que o instituto do depósito legal é bem mais recente, datado no século XX, mais precisamente em 1935. Através do decreto nº 25.134, assinado pelo Presidente Carmona, foi possível ao (R)GPL passar a receber um exemplar de todo livro impresso e publicado em Portugal. No entanto, já em 1923, a lei nº 1.435, de 30 de maio, já determinava o envio ao Ministério da Instrução Pública, com destino ao Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, de todas as obras impressas em Portugal. Nesse decreto, pode-se ler, entre outras coisas:

“(...) A execução e conveniente regulamentação da lei 1.435 importam aos interesses morais da Nação, porquanto o seu cumprimento assegura a maior expansão inter-continental da língua e da cultura portuguesa (...)”

Até essa data, no entanto, teve o (R)GPL de contar apenas com os próprios recursos e com doações de personalidades e de entidades, como veremos mais adiante neste trabalho.

## 5. Injunções iluministas na determinação de uma nova ordem política e de leitura

A ausência de livros e, por conseguinte, de práticas de leitura desde o Brasil Colônia é uma questão discutível, assegura-nos Abreu (2003), dado que "sinais de cultura letrada" no país podem ser vislumbrados a partir da análise de documentos, tais como, entre outros, os produzidos pela censura, tanto em Lisboa quanto no Rio de Janeiro, e os inventários.

As práticas leitoras há muito já vinham sendo implementadas, se considerarmos outras formas de aportes e de circulação de textos que não os convencionais, mesmo porque a impressão autorizada de livros só se daria a partir da vinda da Corte para o Brasil, em 1808, ainda que sob o julgo de um Estado censor nesses primeiros tempos.

De fato, levar em conta o caráter predominantemente oral da cultura brasileira, corroborada pela falta de escolas, bibliotecas até então, não reflete as ações efetivas, a maioria delas alternativas, voltadas para a leitura. Se, por um lado, inegavelmente eram escassas as iniciativas direcionadas para a formação e instrução públicas, por outro o acesso à erudição fez-se à margem muitas vezes dos trâmites legais, impostos pela censura. Esses atos que reputamos como de resistência materializavam-se principalmente através, do ponto de vista das autoridades, de transações *escusas* de livros, um comércio clandestino a contar com a boa vontade de amigos que viajavam, e de um eventual e possível acesso à bibliotecas particulares.

Nas Minas Gerais do século XVIII, principalmente, a propriedade de livros disseminou-se. Exames de inventários e dos autos da devassa acusavam presença significativa de livros em Mariana, Vila Rica, Diamantina e São João Del Rei. Possuíam-nos funcionários públicos, cirurgiões e sobretudo padres. Quanto a estes, um bom exemplo são os franciscanos e um bispo de São Paulo, cujas livrarias originaram as primeiras bibliotecas públicas paulistas (Nizza da Silva, 2000). Aos religiosos, portanto, deve-se o comentário de Vilar (2002: 331), para quem "onde havia uma igreja, uma sacristia, aí havia livros e até bibliotecas".



Posteriormente, já nas primeiras décadas do século XIX, seria possível ler, nos jornais, classificados mandados publicar por donos de bibliotecas privadas que anunciavam não se importar em abri-las para consulta pública.

Através de inventários e de solicitações à Mesa Censória, também é possível saber, por exemplo, que advogados, cirurgiões, boticários, juntamente com clérigos constituíam-se em categorias que se enquadravam prioritariamente na condição de donos de livros, o que nos leva a supor que o livro era um elemento essencial no exercício profissional.

Havia uma tendência a se interessar por publicações relacionadas a um suposto próprio ofício. Mas, fosse essa ou não a razão da posse de livros, é preciso não perder de vista que o fato de alguém possuí-los não o inseriria necessariamente no grupo seletivo de leitores. Há indícios de que muitos os tinham como ornamentos, "já que sua posse era frequentemente acompanhada de bens passíveis de ostentação e transferiam ao proprietário certa aura de erudição", além de prestígio social (Villalta, 1997: 201).

Na falta de impressos, também havia a difusão de manuscritos, folhas avulsas contendo notícias ou cópias muitas vezes de versões oficiais originais ou traduzidas para a língua portuguesa de obras em voga na ocasião.

Um dado adicional interessante de mencionar é a existência de uma espécie de "leitor assistente", ou seja, aquele que tomava ciência do escrito mediante sua participação como ouvinte de uma sessão de leitura oralizada, ritual de socialização que encena, através justamente da oralidade, o costume da leitura coletiva, compartilhada. Esta era uma prática antiga, segundo Lajolo (1996: 112), comum tanto em Portugal quanto no Brasil, "nos dois extremos do arco social, documentado tanto em pousos de tropeiros, quanto em salões e saletas da aristocracia".

Não era, portanto, tão improvável pessoas, de qualquer que fosse o seguimento social, juntarem-se, para ouvir histórias que acabavam por suscitar acaloradas discussões. Villalta (*Id. Ib.*: 380) nos diz que, contrariando as determinações da Metrópole e, assim sujeitando-se a punições severas,

"(...) na Bahia, no Maranhão, no Rio de Janeiro, Minas e Pernambuco liam-se e debatiam-se obras que contestavam os dogmas do catolicismo, pondo-se em dúvida até mesmo passagens da Bíblia. Detratava-se a monarquia, aplaudiam-se os sucessos da França revolucionária".

Lia-se em espaços privados, desfrutando-se da intimidade e do convívio familiar, em espaços públicos - cais, praias, adros - , ou ainda nos mistos - lojas, boticas, casas de professores-régios e mestre-escolas, academias literárias. Esse contato, ainda que de oitiva, com a cultura letrada constituía-se em uma alternativa auspiciosa, se levarmos em conta ser este um país que, até 1759, praticamente nenhuma atenção recebera da Coroa em termos educacionais.

A Educação, a propósito, até a data mencionada, estivera desde 1549, a cargo da Companhia de Jesus, voltada para a orientação religiosa, formação de clérigos e leigos. Estado e Igreja adotavam uma perspectiva claramente reprodutiva, visando a perpetuação de uma ordem patriarcal e colonial. Buscava-se a constituição de um cidadão marcado pela ordem do discurso religioso, pela subordinação à palavra de Deus e, por extensão, à do Rei, este um seu representante legitimado no mundo da tradição cristã ocidental.

A passagem desse sujeito-religioso para o de direito, submetido à letra da lei dos homens, na configuração de um lugar para o cidadão(-leitor) brasileiro, deu-se por influência dos novos ares ideológico-revolucionários que sopravam na/da Europa. Essa nova ordem preconizava uma relação de igualdade entre os direitos, e esse sujeito passava, como no dizer de Lagazzi (1996: 31), a ser regido por direitos e deveres iguais, o sujeito das sociedades do Estado-capitalista, sujeito que emerge com a ascensão da burguesia ao poder, inicialmente na França, enfim, o cidadão.

A figura política mais emblemática dessa época no universo português foi o Marquês de Pombal, o qual, entre outras tantas medidas, fora o responsável pela expulsão dos jesuítas das terras da Coroa através da promulgação do Diretório dos Índios, um instrumento legal de dominação político-lingüística, em que "a língua não mais seria um instrumento de catequese, mas um elemento constitutivo de civilização"<sup>45</sup> (Mariani, 1999, 191) Tal iniciativa visava coibir eventual desestabilização do governo,

---

<sup>45</sup> "La langue, ici, n'est plus un instrument de catéchèse, mais un élément constitutif de civilisation".

instituindo a língua portuguesa como a que deveria ser obrigatoriamente ser falada, ensinada a quem quer que fosse, nos domínios lusitânicos. Manter os jesuítas à frente da missão educacional evangelizadora no Brasil seria, pois, conviver então com a possibilidade de a língua geral - híbrido das línguas indígenas brasileiras mais faladas - disputar espaço com a língua do príncipe no imaginário de língua nacional que se pretendia construir. No embate, portanto, das relações de força entre jesuítas e Estado, sai vitoriosa a negação da alteridade, a produção do interdito.

Procurou-se, assim, através dessa política de imposição do português, manter a obediência, o controle da instrução e, por extensão, o dos livros. Continuava-se a padecer sob a rígida fiscalização da Metrópole que se julgava no direito de determinar o que, a seus súditos, era ou não pertinente ler. Uma das formas, decerto, de exercer seu poder. Temiam-se, crê Lajolo (*ib.id.*: 109), "as *Luzes* que haviam inspirado a independência norte americana em 1766 e a revolução francesa em 1789".

Isso levou Portugal a manter por muito tempo atitudes de feição obscurantista, dentre elas a proibição da imprensa em seus territórios e a submissão à Mesa Censória das solicitações de permissão para leitura.

Livros impressos fora do Brasil deveriam também passar pelo crivo da censura antes de serem liberados para importação. Os franceses geralmente eram embargados por pregarem o liberalismo<sup>46</sup>. Assim, era preciso que certos sentidos fossem silenciados, por tomados como indesejáveis a uma situação discursiva dada, uma vez que poderiam instalar uma outra formação discursiva, outra região de sentidos em oposição à política de dominação que se pretendia convenientemente perpetuar. Bem posteriormente, principalmente após a Independência política, essa situação iria se transformar, mesmo que num ritmo mais lento do que o desejável. Por muito tempo ainda o brasileiro não possuiria oficialmente autonomia para decidir por si, mas, por

---

<sup>46</sup> Segundo Bobbio (1983), "a história do Liberalismo, termo que aparece na proclamação de Napoleão, acha-se intimamente ligado à história da democracia (...) manifesta-se nos diferentes países em tempos históricos bastante diversos, conforme seu grau de desenvolvimento (...) manifesta-se na Idade Moderna e tem seu baricentro na Europa (...). Na era da descolonização, o Liberalismo é a menos exportada ou exportável entre as ideologias nascidas na Europa (...) defendia as liberdades públicas contra o partido servil. De acordo com a acepção do Iluminismo, significa individualismo; por individualismo entende-se, não apenas a defesa radical do indivíduo, único real protagonista da vida ética e econômica contra o Estado e a sociedade, mas também a aversão à existência de toda e qualquer sociedade intermediária entre o indivíduo e o Estado".

outro lado, não se pode negar que o século XIX acenava com possibilidades de leitura bem mais efetivas do que antes.

Não se pense, porém, que com a posterior e tardia instalação da Imprensa Régia, tudo tenha mudado de pronto. Durante mais de dez anos nenhuma outra gráfica lhe podia fazer frente. A instituição da censura continuaria vigendo até 1821, quando, em decorrência da Constituição imposta a D. João, após da Revolução do Porto, em 1820, aboliu-se a censura e terminou-se com o monopólio estatal, possibilitando-se o funcionamento de outras tipografias (Lajolo, op. cit.: 125).

De todo modo, sempre houve meios, ainda que, em alguns momentos, sob risco de punição, de se superarem dificuldades, principalmente no que concerne ao desejo de ler. E apesar do pouco que se sabe sobre esse leitor do/no Brasil, pode-se entender que ele não era um, mas vários, não sendo, portanto, tranqüilo imaginá-lo nos períodos aqui determinados. Na maioria das vezes o que se pode fazer é, através da dispersão de informações, inferi-lo, supô-lo. Daí também ser difícil compará-lo ao leitor europeu na mesma época. Já no final dos 800, início dos 900, na Europa, a constituição do leitor na sua relação, por exemplo, com as Belas Letras deu-se em função da ascensão da burguesia, pela expansão das escolas e letramento decorrente, pela urbanização acelerada pelos movimentos revolucionários. Monarcas *esclarecidos* em sua maioria sentiram-se impelidos a tentar, por isso, programas de modernização administrativa, econômica, social e intelectual (Burke, 2003: *passim*).

Enquanto as relações agrárias feudais haviam sido abolidas pelos efeitos das Revoluções Francesa e, posteriormente, Industrial, no Brasil, entre os séculos XVIII e meados do XIX, vivíamos sob uma economia agrícola e exportadora, baseada em latifúndios monocultores, cuja força de produção era essencialmente escrava. Na prática, isso se refletia nas condições que faziam perpetuar a hierarquização de uma sociedade, que mantinha a maior parte das pessoas na ignorância.

Mas mesmo assim... alguns liam. Ainda que à leitura formal não tivessem acesso segmentos sociais populares. Os que liam faziam parte de setores sociais privilegiados, como se pode constatar, observando expedientes de que se valiam para ter acesso a obras de seu interesse. Dentre esses recursos, fora os já mencionados, destacamos mais três, estes, agora, sob a égide da legalidade: (i) solicitações de

permissão de importação de livros à Mesa Censória; (ii) associação em academias e sociedades literárias ou científicas e (iii) subscrição de listas para publicação de livros.

Isso posto, vale acrescentar que é preciso refletir o quanto os ideais iluministas teriam influenciado a constituição de acervos das bibliotecas públicas na Corte, na interface com os interesses particulares dos leitores havidos e com a consolidação do português como língua nacional, considerando as circunstâncias históricas que determinaram uma política institucionalizada de leitura no Brasil, no século XIX.

### **5.1. Biblioteca Nacional**

Viver na América portuguesa, de meados do século XVIII para o XIX, era, como se percebe, praticamente empenhar-se para não se manter alheio aos progressos culturais e tecnológicos que já eram vivenciados por parte da Europa. Não só a distância era responsável pelo atraso no conhecimento das notícias, como também a submissão ao domínio de um império pouco afeito às idéias progressistas já circulantes em países como França, Holanda, Alemanha, Inglaterra, por exemplo, e que passavam a "não considerar mais o homem no interior do pensamento de Deus. Um repúdio à visão teocêntrica que até então regera a ordem do Universo" (Vovelle, 1992: 11) parecia refletir o espírito da época.

Nesses tempos em que o cosmopolitismo, as mudanças e o acréscimo de circulação de homens e idéias vicejavam, favorecidos pela difusão do livro, nem mesmo a reforma pombalina iria modificar nossa situação, porque pouco pautada num ideário iluminista de natureza revolucionária, laica, como o francês; antes comprometida com o fortalecimento do poder estatal, com o soerguimento da economia ameaçada pela decadência do ciclo do ouro. Centrado no reformismo e no pedagogismo, tratava de colocar a educação a serviço da recuperação econômica.

Era uma espécie de Iluminismo à italiana: essencialmente cristão e católico (Carvalho, 2003: 67) e que repousava seus interesses não na abertura para o exterior, a curiosidade, mas em uma lógica de classe, reivindicativa de privilégios. Pautava-se o Iluminismo português no estudo das ciências naturais, pois "delas, sobretudo da

mineralogia e da botânica, se esperavam contribuições no sentido de renovar ou inovar a exploração dos recursos naturais das colônias, especialmente o Brasil" (Carvalho, *op. cit.*: 67), no que Coimbra, destino dos poucos brasileiros que no século XVIII e mesmo no início do XIX podiam-se dar ao luxo de estudar, viria a colaborar.

Os ares da mudança promovida por Pombal, através do banimento dos jesuítas e de sua práticas de letramento e evangelização, opunham-se, portanto, a tudo o que pusesse em perigo a autoridade em geral e a autoridade real em particular. Rousseau e Voltaire continuavam proibidos na nova ordem. E se as idéias iluministas assim eram absorvidas e postas em prática pela e na Metrópole, pode-se imaginar como efetivar-se-iam na Colônia americana.

Alguns anos depois, com a morte de D. José e o conseqüente desprestígio a que foi relegado Pombal, Portugal ainda mais tornou-se refratário ao intercâmbio de conhecimento. Coimbra, por exemplo, fechou-se a trocas acadêmicas com outras universidades européias, mantendo, assim, Portugal e, em decorrência, o Brasil à deriva dos novos movimentos culturais.

Contudo não se pode pensar que nenhuma reação deixasse de ter havido. E, em parte, devemos-la a livros defesos<sup>47</sup> que, como vimos observando, já circulavam clandestinamente por aqui desde antes da chegada da Família Real, o que definitivamente mudaria, a longo prazo, o nosso destino.

Até lá teríamos de esperar algum tempo para que aqui se pudessem ler certas obras proscritas pelo Poder Real, o que só ocorreu a partir de 1814, quando já seria possível freqüentar a Real Biblioteca, desde que munido de permissão oficial. E nove anos depois, em 1822, anotações no diário de Maria Graham (1990: 358) deixam entrever que a biblioteca poderia ser franqueada a quem assim o desejasse.

18 [de setembro] - Fui hoje à Biblioteca Pública para indagar acerca de alguns livros e fui convidada a freqüentá-la e usar do que quiser ali. Os bibliotecários são todos extremamente polidos e **a biblioteca está aberta a todas as pessoas** por seis horas diárias. [grifo nosso]

---

<sup>47</sup> Defeso é o termo com o qual se designavam os livros proibidos, por estarem enquadrados nas categorias de "sediosos", "ímpios" e "imorais".

E face aos hábitos relacionados à cultura da oralidade a que a sociedade estava mais afeita, não raro era preciso disciplinarizar o uso do espaço. Contendas e debates, alguns acirrados, eram entabulados para preocupação dos responsáveis pela biblioteca. Através de ofícios encaminhados ao Governo, como este de 1823, Frei Antônio d'Arrábida, o bibliotecário, queixava-se de que:

"Todos os dias de manhã desde às 9 horas até ao meio-dia está a porta aberta para quem quer entrar, de tarde a porta está fechada, mas abre-se a quem toca. (...) Aqui cada um entrava sem fazer caso dos Empregados da Casa, tirando apenas o chapéu. Todos chegavam à estantes, e tiravam os livros que queriam, deixando-os depois ou pondo onde lhes parecia; **outros conversavam em alta voz, tornando em casa de disputa, e até de passeio, a que só há de estudo, e meditação, perturbando-se uns aos outros, entretendo, e estorvando os Empregados**"<sup>48</sup>. [grifo nosso]

Providências foram tomadas muitas vezes para coibir o *entusiasmo* dos leitores, muitos a não se contentarem em ler para si, como as que constam em artigos do primeiro regulamento para o regime da instituição, postos em execução em 1824:

### **Parte 1ª - Serviço Público**

- ❑ Serão admitidas todas as Pessoas, que se apresentarem **decentemente vestidas**, e sem capote;
- ❑ **A nenhum indivíduo será permitido tirar livro algum das estantes, nem pô-los**; mas dirigindo-se para os que quizer, qualquer dos Empregados, dele o receberá, e a ele terá obrigação de os entregar, quando acabar sua leitura;
- ❑ **Guardar-se-á o maior respeito, silêncio, e sossego**, como convém a uma tal Casa, ao fim a que é destinada, e aos mesmos indivíduos, que nela são admitidos;
- ❑ **É rigorosamente proibido passear, falar em alta voz, e travar disputas, ainda mesmo científicas**. [grifo nosso]

Passados vinte e nove anos, os termos do regulamento pareciam ainda não terem surtido o efeito desejado, porque no relatório de 1853 outro bibliotecário, Monserrate, acusava que

---

<sup>48</sup> In Mss 70, 03, 007 (seção de manuscritos da BN)

"A ordem da Biblioteca parece exigir a confecção de um cabide, para depositar-se nele as armas, bengalas e chapéus de sol, no vestíbulo do estabelecimento: os chapéus de chuva espalham água nas salas; as armas e bengalas perturbam o silêncio e podem se tornar instrumentos de rixas, **mesmo científica**, como diz o antigo regulamento." [grifo nosso]

Tudo isso parece vir a atestar que mudanças na forma de ler, fundadas na diferença, começavam a ser implementadas, determinando novos modos de se relacionar com o texto escrito e com esse novo espaço que era a biblioteca,.

Esse leitor do/no Brasil parecia não repetir os rituais de linguagem esperados. Deslocava-se do lugar que lhe era imputado exteriormente e, por extensão, desestabilizava o do outro, representante de uma posição-sujeito que lhe era estranha - a de bibliotecário. Em outras palavras, na medida que se punha em questão a hierarquização, formalizada através das relações de forças que determinam os lugares socialmente definidos, provocava no outro também um estranhamento. Deparavam-se com o que se pode chamar de *não-sentido*, que são os sentidos menos acessíveis para uns e outros. Entre as ações praticadas e as requeridas, ambos estariam significando e sendo significados de lugares diferenciados. Ainda que, nesses primeiros tempos, os leitores viessem das camadas mais elitizadas da sociedade.

Esse leitor tornava impossível os gestos de interpretação esperados, na dependência em que estava de um agir percebido como discurso transgressor. Afinal o passear, o vagar entre as estantes, o gesticular, fazendo-se ouvir alto e bom som, nesse caso, podem ser tomados como linguagem "porque tem uma ordem própria, tem suas especificidades significativas e principalmente porque não se significa por si própria" (Ferreira e Orlandi, 2001: 89), mas no contexto em que ocorriam.

Também estava em jogo a formação social a qual pertenciam leitor e bibliotecário e a formação discursiva na qual se inscreviam predominantemente. E se, em relação ao *dizível*, a formação discursiva é o que define o que pode e deve ser dito em uma dada conjuntura, propomos que, em relação ao *realizável* pelas atitudes, pelos movimentos do corpo, a formação discursiva seja entendida como aquilo que poderia



e/ou deveria ser *feito*, ou seja, o modo como se poderia e/ou deveria agir, dada a mesma circunstância<sup>49</sup>.

A interpelação que atua no corpo desse indivíduo, para discipliná-lo, submetê-lo, torná-lo “dócil” (Foucault, 1999 [1975]), e a sua leitura, se sustenta no pré-construído de que é preciso impedir apartes inoportunos, porque oralizados, em ambiente de gestos comedidos e de recolhimento intelectual. É preciso, pois, instaurar planos enunciativos em que esse sujeito se constitua no leitor imaginário, inscrito no regulamento - o que lê criteriosa e silenciosamente, afinal na biblioteca não deve compartilhar leituras, como o fazia em lugares plenamente públicos, tais quais as boticas, as lojas, as praças.

As medidas tomadas pelos responsáveis pela BN não só se constituíram em uma forma de controlar a leitura, como também de cercear os movimentos e as ações dos corpos naquele espaço. Era preciso “mediante um conjunto de regras, controlar ou corrigir as operações do corpo”, através de técnicas, dentre as quais destaca-se “a distribuição de cada um no seu lugar, para que agrupamentos se decomponham, se iniba a circulação difusa dos indivíduos, sua coagulação perigosa” (Foucault, *id.ib.*: 119; 121). As interposições de normas prescritivas, como as do regulamento de 1824, funcionariam como as placas que hodiernamente "orientam a forma como os passantes são convertidos em sujeito nas cidades ao deslocarem-se de um lugar a outro" (P. de Souza, 2001: 71). As normas do regulamento demarcariam os gestos de interpretação e de ação, assujeitando o leitor na sua condição de usuário modelo da biblioteca que já fora do príncipe.

A interdição do gesto pressupõe um outro sujeito, determinado por uma outra instância de sentidos e que pode permitir (ou não) que a projeção de um imaginário se concretize. E já que os efeitos de sentido, nesse caso, não se dão tanto pelo que se diz, mas pelo como se age, esse leitor, pensamos, transgride as coerções ao mesmo tempo que é afetado por elas, diante das quais pode ter duas reações: a submissão ou a resistência. A primeira reside em um tipo de silenciamento que, aqui, representa subordinação aos ditames da lei; o segundo, nos gestos transgressores que

---

<sup>49</sup> O que propomos, ainda que relacionado, não se confunde com formação ideológica, a qual se define por um complexo de atitudes e de representações, não individuais, nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras.

podem se manifestar pela palavra ou pelas atitudes. Queremos crer, com base no relatório de 1853, que a última foi a alternativa escolhida.

### 5.2.2. No (Real)Gabinete Português de Leitura

Também no (R)GPL, lá pelos idos de 1837, poucos meses após sua fundação, situação semelhante geraria registro em ata de reunião de diretoria. Atitudes indesejáveis da parte de leitores já ocorriam no trato com os livros e no convívio com o espaço destinado à sua guarda.

"(...) O Ilm. Sr. Craveiro notou **que era preciso uma Ordem proibindo que os Srs acionistas tirem de seu modo próprio Livros das Estantes**, devendo pedir ao Guarda do gabinete aqueles que quiserem ler, **a fim de evitar a confusão e descaminho**, o que mereceu a aprovação da Diretoria e a mesma autorizou a publicar e pôr em vigor semelhante ordem."

(24<sup>a</sup> Sessão de Diretoria - 27/10/1837)

Outras transgressões seriam apontadas em atas, em diferentes oportunidades, dentre as quais destacamos as seguintes:

"(...) Foi lido um ofício do Senhor Albano de Souza Coimbra, pedindo dispensa de pagar as suas mensalidades por se achar algum tempo em Campos, e não gozar de regalias de Acionista, deliberou a Diretoria que se lhe oficiasse, declarando-lhe que os Estatutos lhe não eram favoráveis, e **que a Diretoria esperava dele se não recusasse ao pagamento de tempo que tem deixado de o fazer.**"

(65<sup>a</sup> Sessão de Diretoria - 1<sup>o</sup>/08/1839)

"(...) uma relação dos Acionistas e Subscritores que estavam incursos na pena do Art. 51, 8<sup>o</sup> § dos Estatutos e estes eram \_ o acionista - José Paulino dos Santos que **levou a obra n. 640 (...)** em 14 de Dezenbro de 1838 **vindo\_a\_faltar os volumes 9, 10, 11, 12,** - valor da obra 45\$000 uma Quarta parte do seu valor 11\$250 total 56\$250: que estes quatro volumes foram remetidos ao Gabinete em 17 de Novembro passado e que

segundo constava estavam para se vender para uma outra pessoa; (...)"

(Sessão de Diretoria - 10/12/1840)

"(...) O Sr. Bibliotecário propôs que **tendo-se extraviado algumas obras pelo Guarda do Gabinete**, se levasse a este em conta o seu valor ou custo de outras que as substituindo devendo pertencer-lhe as extraviadas quando apareçam (...)"

(Sessão de Diretoria - 03/03/1841)

"(...) Foi submetido pelo Secretário, à consideração da Diretoria, **um quadro dos Acionistas que se acham em grande atraso no pagamento de suas cotizações semestrais**; e ponderou a urgente necessidade de tomar-se uma resolução definitiva a tal respeito. (...)"

( Sessão de Diretoria - 17/05/1841)

"(...) tendo-se dado **um ato de indisciplina praticado pelo então primeiro guarda** Sr. Frederico Correa Lima, acho que não só atacara o artigo 1º capítulo das Disposições orgânicas, que designa dias em que o gabinete deve ser fechado, como a tolerar-se seria um péssimo exemplo e merecedor de censuras; e **não podendo além do estatuído, fechar-se o edifício do gabinete sem ordem expressa da Diretoria.** (...)"

(Sessão de Diretoria - 04/11/1872)

Como se vê, já nos trinta e cinco primeiros anos deparamo-nos com recusas ou atrasos de pagamentos de cotas, extravio de obras, desobediência a superiores na hierarquia da instituição. Nada disso parece se coadunar com a imagem que o próprio (R)GPL fazia de si, projetada nas pessoas de seus sócios, subscritores e empregados. Afinal sentiam-se tributários de um ideal fraterno e civilizador. Prova disso é o discurso proferido por Rocha Cabral<sup>50</sup>, quatro meses depois da fundação do Gabinete, ocasião em que afirmou prever

"(...) as conseqüências mais extensas e lisonjeiras: - ilustração nossa, crédito para com estranhos, fraternidade, civilização e outras vantagens sociais, serão os primeiros resultados da nossa patriótica empresa".

---

<sup>50</sup> In TAVARES, 1977.

Esse afã civilizatório aparece materializado lingüisticamente tanto nos textos iniciais do (R)GPL, na década de trinta, como em discursos proferidos na década de oitenta, do século XIX. Credenciava-se a associação para conferir a seus acionistas e subscritores o status de pessoas cortesias, instruídas, porque supunham já o fossem, descendentes que eram de um povo cuja história, acreditavam, assegurava-lhes a condição de adiantamento cultural, social e moral, características que não se deviam definir em contato com um meio adverso quanto o que aqui imaginavam encontrar. Por extensão, pensavam em favorecer os brasileiros, servindo-lhes de exemplo, pois,

**"(...) sentiam que na terra estrangeira lhes cumpria cultivar o seu entendimento, para não parecerem estranhos às tendências dos povos civilizados, darem a este povo irmão e generoso a satisfação de convencer-se de que o grande povo de que descende acompanha a marcha civilizadora dos povos mais adiantados". (1837)**

Com essas palavras acima, durante as comemorações por ocasião da inauguração da sede definitiva da instituição, em 1887, Ramalho Ortigão rememora as de Rocha Cabral, proferidas em 1837, como que querendo validar uma memória que já se projetava no futuro exatos cinquenta anos antes:

**"Os portugueses residentes no Rio de Janeiro já não serão considerados estranhos às tendências atuais dos povos civilizados; os outros estrangeiros também residentes neste império reconhecerão que como eles, seguimos o movimento atual do espírito humano; o povo irmão e generoso, que nos acolhe e nos facilita os meios de aumentar as suas e as nossas riquezas terá a satisfação de convencer-se de que o grande povo de que descende, acompanha a marcha majestosa das nações (...)" (1887)**

Recupera-se, pela repetição, uma memória que credita à instituição o papel de consagrada ao ensino, ao melhoramento intelectual e espiritual dos portugueses e, por extensão, dos brasileiros.

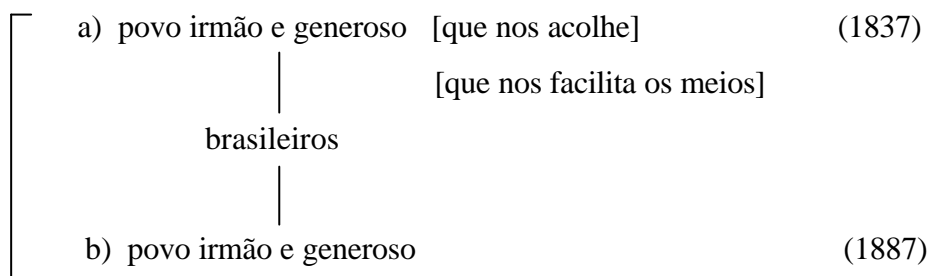
O processo de produção de sentidos que faz intervir nessa memória é o da paráfrase, a qual, "está determinada por tal ou tal formação discursiva, ligada a

condições precisas de produção e interpretação do discurso" (Henry, 1990: 52), daí dizer-se que as unidades em substituição a outras não possam ser quaisquer.

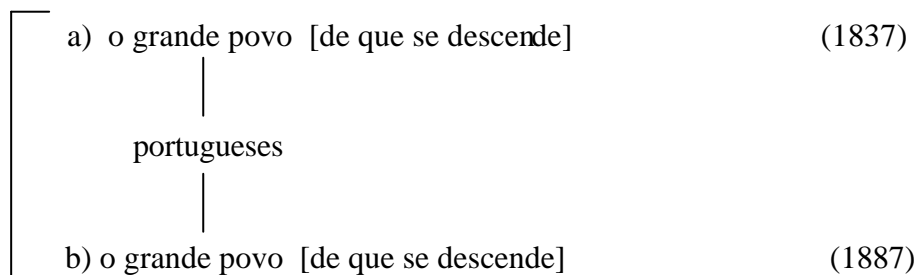
Os trechos destacados constituem-se de enunciados que se relacionam entre si, não por retomada ou reformulação imediatas, mas distanciados no tempo. Ainda assim estão ligados a um mesmo efeito de sentido, oriundo de uma mesma formação discursiva, que determinava o que podia e/ou devia ser dito no (R)GPL.

Confrontemos os processos parafrásticos nas seqüências discursivas em questão. No que se repete há acréscimos e apagamentos, ressignificações e reiteraões.

### *Seqüência 1*



### *Seqüência 2*



Em ambas as seqüências, deparamo-nos com construções relativas. Se nos basearmos no que dizem as gramáticas atuais<sup>51</sup>, procederemos nossa análise levando em conta que

<sup>51</sup> Tentamos consultar gramáticas do século XIX, na Biblioteca Nacional, mas todos os títulos que requisitamos não nos foram entregues, por se encontrarem no setor de microfilmagem. Não nos restou alternativa a consulta de gramáticas atuais.

"a construção relativa tem como efeito sintático pôr em relação duas frases de uma estrutura de subordinação, fazendo da oração relativa: ou um complemento dum constituinte da oração superior (relativas com antecedente) ou um constituinte da própria oração superior (relativas sem antecedente). Se as duas proposições envolvidas forem consideradas isoladamente, o nexos semântico entre elas pode ser encarado como uma relação de co-referencialidade entre dois objetos, dois indivíduos, dois espaços." (Mateus et al. 1983: 454)

e que elas se subdividem em explicativas e restritivas.

O primeiro tipo forneceria, para identificação do denotado, informação suplementar, a qual pode ser suprimida, daí vir demarcada entre vírgulas; o segundo se caracterizaria por "fornecer indicação de propriedades que delimitam o indivíduo, necessárias para a clara e unívoca compreensão do complexo frásico, delimitam o campo de aplicação da palavra de referência por meio de informações precisas e seguem-se à palavra antecedente sem qualquer pausa" (*Id. Ib.*:397-8).

Contudo, pensamos que a questão não seja só sintática, mas, sobretudo, discursiva, como nos adverte Henry (1990), que estabelece diferenças entre um tipo e outro com base no conhecimento de que, para se saber se o *QUE* é determinativo ou explicativo, é preciso considerar mais o sentido que a expressão. Desse modo, "não se pode falar de uma relativa como sendo em si restritiva ou explicativa. É o *funcionamento* [grifo nosso] que é restritivo ou explicativo" (*Id. Ib.*: 61). Nesse caso, só do ponto de vista discursivo haveria diferenciação.

Uma abordagem desse tipo estabeleceria as seguintes diferenças, segundo Henry (*op. cit.*: 43-4),:

(i) as **relações restritivas** especificariam "uma particularidade do antecedente que estaria em questão no enunciado, particularidade que tornaria possível sua identificação prática no mundo das coisas ou do pensamento, contribuindo na constituição do objeto do discurso em objeto exterior ao discurso. Além disso, essa identificação prática do objeto do discurso dependeria de correlacionarmos as unidades na cadeia discursiva - o determinante é a relativa; o determinado é o antecedente, do qual a relativa particulariza a designação"; (ii) as **relações explicativas**, por sua vez, enunciariam "uma particularidade do que estaria em questão no discurso, supondo-se que esta particularidade não intervém na identificação prática do que está em questão no discurso

(identificação que se daria de maneira independente da relativa - a partir do substantivo, ou mais amplamente, do grupo nominal denominado antecedente. A identificação seria independente da correlação das unidades na cadeia - o determinado é a relativa; o determinante é o antecedente que especifica a designação da relativa."

Sendo a superfície lingüística o lugar da materialização ideológica do discurso, não poderíamos deixar, no entanto, de registrar algumas observações quanto às formulações em questão. Surpreendemo-nos tentando identificar, primeiramente, a natureza das relativas nesses textos com base em Koch, Vilela e Henry. Percebemos que diferenciar as relativas, tomando por critério a possibilidade de supressão, não nos levaria a uma conclusão mais sólida quanto ao modo como brasileiros e portugueses estavam sendo referenciados. Importava saber se a relativa restringiria, identificaria uma particularidade do antecedente, ou se enunciaria uma particularidade que não interviria necessariamente no que estava em questão no discurso - *o povo irmão e generoso*. A seqüência **1a** (1837) estabeleceria uma relação restritiva ou explicativa? E a seqüência **1b** (1887)? Examinemos cada uma a sua hora:

### **1a** (1837)

"(...) o povo irmão e generoso , [que nos acolhe] e [nos facilita os meios] Ø<sup>52</sup> terá a satisfação de convencer-se de que o grande povo [de que descende] , acompanha a marcha majestosa das nações.

O (não) emprego das vírgulas gera certa ambigüidade: o grande povo (o português) acompanha a marcha das nações? Ou o povo irmão e generoso (o brasileiro) o faz, graças ao concurso do grande povo [de que descende]? Como interpretar a

<sup>52</sup> Este símbolo corresponderia a uma vírgula que poderia ter sido posta, mas não o foi.

relativa na seqüência 1a? É explicativa e, nesse caso, o é porque todos os brasileiros os acolhem e, assim, são povo generoso? Ou é restritiva e, por isso, tão somente aqueles brasileiros de origem portuguesa que os acolheram poderiam receber o epíteto de generoso?

A ser explicativa, a oração deveria vir entre vírgulas. Não é isso o que ocorre, no entanto. A não observância do preceito poderia estar relacionada ao fato de que àquela época certas regras não estivessem ainda tão rigidamente estabelecidas ou, em caso contrário, se devessem ao seu desconhecimento por parte do redator ou, ainda, a um equívoco. Seja como for, no confronto entre 1a e 1b, em 1837, *o povo irmão e generoso* é determinado por duas relativas, o que não acontece em 1887. A pontuação não nos ajuda a saber se o enunciado é facultativo ou não, se restringe ou generaliza.

Sabendo-se que as orações relativas carregam em si duas concepções distintas de determinação, parece-nos que determinar *o povo irmão e generoso* de modo como foi feito em 1837, quando os fundadores do (R)GPL praticamente eram recém-chegados, seria necessário para que se criasse uma relação de cumplicidade e aceitação junto aos naturais. Mesmo que a esse *povo irmão* abastardado fosse negado, inicialmente, usufruir do Gabinete plenamente como os *irmãos* portugueses.

Em 1b, em 1887, o espaço da relativa encontra-se vazio. Não mais seria importante a determinação? Parecia estar estabelecido, sabido, subentendido para eles que o Brasil os acolhera e à sua instituição. Evitava-se, assim, a ambigüidade que poderia ser provocada pela presença ou não da relativa: só os brasileiros "que colaboram e facilitam" são irmãos e generosos, e, então, seriam os de origem portuguesa, ou devemos tomá-los em sua totalidade, porque todos teriam se predisposto a isso? O apagamento parece potencializar assim a natureza acolhedora e facilitadora do povo do/no Brasil, independente de sua origem, se optarmos pela segunda hipótese.

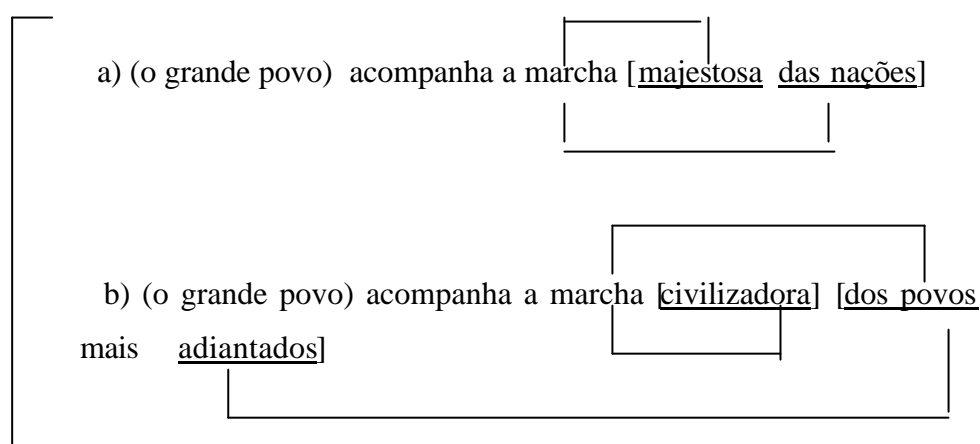
Já na seqüência 2, ao contrário do que ocorre no que se refere à qualificação do brasileiro, as relativas que determinam o *grande povo*, ou seja, os portugueses, mantêm-se idênticas no dois textos, repetem-se literalmente nos dois momentos. O que poderia ter provocado o deslizamento na primeira seqüência e não na segunda? Ou mesmo a repetição literal acarretaria ressignificações, porque não produzida sob as condições de produção idênticas? O que a repetição literal parece



querer evocar no imaginário é a memória das nossas nobres origens. Marca-se, por extensão, a nobreza da origem da língua e dos propósitos da instituição que precisam sempre ser reafirmados, tendo como ponto de convergência Portugal. A partícula de indeterminação do sujeito – *se* - torna indistintos os beneficiários dessa origem comum: brasileiros e portugueses, pois todos descenderiam do povo dos grandes feitos inolvidáveis.

Observemos agora a terceira seqüência

**Seqüência 3** (1837 e 1887, respectivamente)



A caminhada empreendida pelos portugueses foi qualificada como *majestosa e das nações*, em 1837, e como *civilizadora* e característica dos *povos mais adiantados*, cinquenta anos depois. Essa possibilidade de substituição, como as anteriores, marca o caráter constitutivo da paráfrase, cujo efeito de sentido não estaria nas unidades em si, mas em suas relações (Henry, 1990: 52).

Sabendo-se que uma unidade não pode ser substituída por qualquer outra, porque determinadas por uma formação discursiva a que estão ligadas, predominantemente, associamos os adjetivos e as locuções adjetivas ao substantivo *marcha*, entendendo-os a partir de uma perspectiva histórica. Qualificar, em 1837, *marcha* como *das nações* parece remeter a um período em que os estados nacionais já se formavam no Ocidente, em que se aliavam as nações - modelos naturais - ao Estado - produto artificial.

Era, pois, preciso conclamar a nação, em um Estado que já se instituía quinze anos antes sem o concurso popular, regido por leis próprias, ainda que outorgadas pelo imperador. Era preciso que os homens se (re)definissem como membros de um grupo (Hobsbawm, 1990, *passim*).

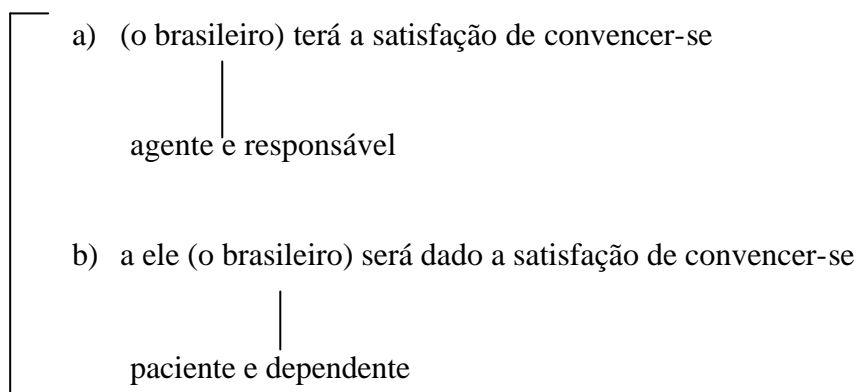
E se, como sustenta Hobsbawm (*op. cit.*: 20-1), "a consciência nacional se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões sociais de um país (...) qualquer que seja a natureza dos primeiros grupos sociais capturados pela 'consciência nacional', as massas são as últimas a serem por elas afetadas", perguntamo-nos de que nação está-se falando e para quem. Sabendo-se que os brasileiros estavam interditados no (R)GPL, somos tentados a deduzir que se busca o reconhecimento geral, inclusive dos brasileiros, de que os portugueses fazem por onde se espelhem nas outras nações modelares, européias de preferência. Percebem-se, portanto, fazendo parte de uma comunidade maior, na partilha de valores, história, língua comuns a que se impunham preservar.

Em 1887, continuava-se trilhando os mesmos caminhos civilizatórios, nos moldes de como os demais povos ditos *mais adiantados* o faziam. E, embora os brasileiros já pudessem então freqüentar os salões do (R)GPL, ainda assim pensava-se ser necessário convencê-los do esforço que os portugueses faziam para, junto a esses povos, participar do processo.

Se em **3a** éramos uma nação recém independente, natural demonstrar reconhecimento pela nossa soberania. O emprego da palavra *nação* cumpriria com esse propósito. Em **3b**, porém, quase às vésperas da Proclamação da República, é preciso mais do que nunca reafirmar a memória do antigo colonizador. Ainda a ele devem-se loas e a aceitação de uma espécie de tutela a nos introduzir em um mundo eivado de bons exemplos a seguir nos planos da cultura, das ciências e das artes

Fechando estas análises pontuais, detenhamo-nos nesta última seqüência e em seus desdobramentos:

**Seqüência 4** (1837 e 1887, respectivamente a e b)



A formulação em **4a**, de 1837, apresenta estrutura ativa, na qual o brasileiro é apresentado como sujeito e agente da ação. Caberia a ele satisfazer-se ao convencer-se do valor do *povo irmão*. No discurso de 1887, os portugueses assumem o lugar dos condutores da ação, tornando os brasileiros pacientes, passíveis de convencimento.

Em um primeiro momento, tal resignificação nos pareceu incômoda. Não seria de se esperar que, ao final do século XIX, tendo-se consolidado o Brasil como nação soberana, independente, os brasileiros tomassem o comando de suas próprias decisões? Por que a forma apassivada<sup>53</sup> então e a ativa no discurso de 1837?

Não sendo, pois, equivalentes as formulações, a alteração do ângulo de visão que proporcionam nos permitem dizer que em 1837 cabia considerar a possibilidade de o brasileiro assenhorear-se das ações, ou pelo menos levá-lo a supor que seria capaz de fazê-lo. Era uma forma de demonstrar reconhecimento pela identidade que emergia das ações políticas que faziam desta terra uma nação<sup>54</sup>.

Em 1887, contudo, já no rumo de um rompimento definitivo com a monarquia, toma-se o brasileiro na condição de assujeitado, paciente da ação de convencer-se. Não é ele mais que se convence por si mesmo, mas a ele é dado que se convença. Ele é levado a isso. Esta estrutura aproxima-se das empregadas em

<sup>53</sup> Vilela e Koch (2001: 51) sustentam que “a voz permite perspectivar a atitude do sujeito perante o processo: agente e autor da ação, na voz ativa, paciente do processo na voz passiva, sofrendo os efeitos da ação implicados no significado do verbo. A voz permite colocar no centro o sujeito ativo (= voz ativa), desviar a atenção do sujeito ativo e concentrá-la no resultado da ação (= voz passiva)”.

<sup>54</sup> Ainda que o Brasil só viesse a ter embaixadas no exterior apenas a partir de meados do Oitocentos, sendo, até então, representado por Portugal.

determinações legais, as quais, no parecer de Lapa (1977: 189), "dirigem-se a uma massa apassivada orientada por órgão superiormente ativo, que se advinha sempre presente". Valem, por isso, menos as pessoas que os atos por elas praticados. Põe-se em evidência o fato de que aos brasileiros foram dadas a terra e a língua. Não seria também natural que o Brasil fosse alçado, pela *generosidade benemérita* do (R)GPL, à condição de país civilizado? Mais uma vez reforça-se no imaginário a memória portuguesa

E isso far-se-á, acreditava-se, com o auxílio dos *bons livros* de modo a "facilitar a sã leitura aos que anseiam por se instruir, auxiliar o espírito humano nos seus espaços para alcançar o útil pela ciência, o verdadeiro pela filosofia, o belo pela literatura", assegura Nogueira Soares<sup>55</sup>, em ofício ao Ministro de Portugal em 1887, que ainda acrescenta que tal empreendimento não só "presta relevantíssimo papel à sociedade em que se vive, mas à humanidade".

Imbuídos dessa certeza, os responsáveis tanto pelo (R)GPL quanto pela BN tomaram suas coleções como representações desse ideal, cuja constituição será objeto de nossas reflexões a seguir.

---

<sup>55</sup> Membro do (R)GPL

## 6. Acervos: entre a leitura idealizada pelas instituições e as demandas dos leitores

Teria exercido o sujeito-leitor brasileiro alguma influência na constituição dos acervos da BN e do (R)GPL ou teria ocorrido justamente o contrário? Embora não seja tão fácil encontrar resposta para essa pergunta, podemos supor que listas de consultas e catálogos organizados por ambas as bibliotecas venham a nos ajudar. A respeito destes últimos, os catálogos, sustenta Nizze da Silva (2003: 154) que nos “é permitido visualizar, por meio deles (...) as leituras possíveis numa determinada sociedade”.

É possível, mas não é garantido. Nossa dúvida nos conduz à seguinte hipótese: se levarmos em conta, como afirma também Nizze da Silva (*op. cit.*: 159), que a posse de livros não é garantia de que o leitor os tenha de fato lido, imaginamos também que a ida à biblioteca e a conseqüente requisição de livros não caracterizam tampouco com segurança esse leitor. Assim como ele pode fornecer pistas ao bibliotecário a partir dos seus interesses, pode contentar-se com o que simplesmente lhe é oferecido, face uma determinada imagem de leitor projetada sobre ele, expressa nos títulos escolhidos pela instituição para constarem nas estantes. Em que medida haveria estreita compatibilidade entre o desejo do leitor e o acervo posto à sua disposição? As preferências do leitor determinariam as futuras aquisições ou as já lá acabariam por moldar-lhe o gosto?

### 6.1. A constituição do acervo no (R)GPL

No caso do (R)GPL, tomando por base informações colhidas nas atas e nos relatórios da diretoria, percebe-se a tentativa de fazer a construção do sujeito-leitor e a constituição do acervo caminharem *pari passu* sob a inspiração de um espírito iluminista, ainda que tardio.

A origem dos livros foi variada. Coleções novas ou de segunda mão, adquiridas mediante compra direta aos livreiros ou arremate em leilões ou, ainda,

doações iam compondo a biblioteca idealizada por seus fundadores. As seqüências arroladas abaixo dão-nos uma amostra desse percurso que se foi traçando meticulosa e pacientemente.

"(...) Deliberou a Diretoria que o **Bibliotecário** ficasse **autorizado a comprar livros em bom uso**, até a soma de 60\$000 rs. (...)"

(Ata de 17/06/1837)

"(...) **A comissão encarregada da organização de um catálogo** de livros escolhidos em **todos os ramos de conhecimentos humanos, em os idiomas nacional e estrangeiros**, apresentou o resultado de seus trabalhos, e a parte que compreendia livros no nosso idioma foi aprovada na sua totalidade, e o Sr. Narciso José de Souza Lameira encarregado de procurar casas de comércio que nesta praça queiram encarregar-se de fazer vir as faturas de livros de Europa (...)."

(Ata de 27/07/1837)

"(...) **tratou-se da compra de livros, e autorizou-se o Guarda da Gabinete a continuar na Arrematação dos Livros do Leilão de Barker** d'aquelas obras marcadas pelo Sr. Craveiro. (...)"

(Ata de 12/01/1838)

"(...) O Sr. Bibliotecário apresentou uma **relação de livros que se deviam comprar ou mandar vir de Lisboa** com alguma urgência e pondo-se em deliberação **foi determinado que se comprassem nesta Corte** os Livros que se pudessem achar, mais prontamente, e **por preços\_razoáveis**, e que os outros se mandassem comprar a Lisboa (...)."

(Ata de 03/09/1838)

"(...) O Snr. Bibliotecário fez em Lisboa uma indicação para se officiar a qualquer dos nossos **sócios colaboradores residentes em Lisboa** a fim de **informar se na Biblioteca Nacional se concedem obras gratuitas para as livrarias**, e que sendo assim se diligencie os meios possíveis para se poderem alcançar o mesmo sócio entender-se com o correspondente do Gabinete para alguma despesa que tenha a fazer, o que a Diretoria resolveu a fim se cumprisse."

(Ata de 05/11/1840)

Também instituições viriam colaborar, doando obras, como registra o relatório de 1879. Dentre as muitas, destacamos as genuinamente brasileiras, como a Academia Imperial e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a Biblioteca da Marinha, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a Câmara dos Deputados, o Ministério da Guerra, o Museu Nacional,

Por sua vez, entre os inúmeros beneméritos que faziam doações de suas coleções, havia alguns que abriam mão de que se propagandeasse seu feito, uns até preferindo total anonimato, enquanto outros apreciavam a publicidade.

"(...) O Secretário (...) também deu parte que **o Acionista Thomas José Mendes d'Aquino ofereceu uma Obras em Português, Coleção de Histórias e Novelas em 10 Volumes com a condição de não ser publicado pelos Jornais** as que se lhe concedeu (...) e **José Rodrigues Novaes Falcão ofereceu as Poesias de Matastásio** em Italiano em 10 volumes o que foi aceito com muito agrado pela Diretoria, animando a mesma à rogativa do primeiro porém enquanto aos mais determinados **se lhe dessem publicidade pelos Jornais** (...)"

(Ata de 21/05/1838)

"(...) O Guarda do Gabinete participou que **um anônimo** lhe entregou para ser colocada nas Estantes do Gabinete a **História da Grécia antiga**, em dois volumes do que a Diretoria ficou inteirada. (...)"

(Ata de 06/06/1838)

"(...) O Guarda do gabinete apresentou à Diretoria a obra **'Manifestações dos Crimes e atentados cometidos pelos Jesuítas'** oferecida por um acionista anônimo que foi aceita com agrado.(...)"

(Ata de 18/06/1838)

"(...) Tendo o notável escritor o sr. **Camilo Castelo Branco oferecido** ao Gabinete (...) **a compra da sua valiosíssima biblioteca**, composta em sua maior parte de obras raras de subido valor, e de manuscritos preciosos, entendeu a diretoria que não devia furta-se aos generosos e elevados intuitos do

esclarecido escritor, e desde logo, aproveitando a permanência em Portugal do sr. Eduardo Lemos, lhe cometeu a delicada missão de entrar em negociações (...)"

(Relatório de 1882)

Havia os que brindavam o (R)GPL com obras da própria autoria:

"O Secretário (...) deu parte (...) que **Patrício Moniz ofereceu o seu Opúsculo de Meditações Noturnas**, o que foi aceito com muito agrado pela Diretoria."

(Ata de 21/05/1838)

Muitos anos depois, haveria mesmo brasileiros solidários com a missão da instituição:

"Impedidos de expor, como desejamos, ao nosso reconhecimento o nome do nosso benemérito amigo, porque no-lo veda a sua terminante resolução de mantê-lo **anônimo**, cumpriremos o dever de dirigir-lhe os mais cordiais agradecimentos pela sua generosidade e de confessar solenemente quanto obriga a gratidão desta associação o auxílio que com nobre modéstia lhe é prestado por **um cavalheiro, cuja nacionalidade, a brasileira, dá ao seu ato o brilho de um sentimento superior.**"

(Relatório da Diretoria, 1882)

Valia-se também o Gabinete do expediente de se desfazer de algumas obras para que se amealhassem recursos para a compra de outras:

"O Sr. Tesoureiro Martins, propôs verbalmente que **havendo no Gabinete alguns livros que ficavam inúteis, pelo pouco ou nenhum uso que deles se fazia, se tornava conveniente reduzi-los a dinheiro, para com o produto, e com o dinheiro que há em Caixa, fazer emprego de boas obras**, e sendo esta idéia reforçada, pelo Sr. Diretor, sobre Livros inúteis que não estão nos Catálogos (...) e que para a levar a efeito de modo mais lícito, e conveniente, deixarão ao Sr. Bibliotecário a Ação de indicar, quais as obras inúteis, para se proceder de conformidade no que estiver em harmonia com os Estatutos. (...)"

(Ata de 20/08/1838)



No que consistiam exatamente as *boas obras* podemos supor que fossem as que fizessem "a *luz*, projetá-la nos recessos mais obscuros da inteligência, dissipar as trevas e (...) remover os maiores obstáculos que se opõem aos processos da civilização", como afirmou o conselheiro Nogueira Soares, em ofício ao Ministro de Portugal, lido em sessão no Gabinete do dia 10 de setembro de 1887, durante as comemorações do quinquagésimo aniversário da biblioteca.

Esses esforços despendidos para que esses objetivos se concretizassem convergiram, nesses primeiros 50 anos de existência do (R)GPL, na reunião de obras de autores renomados, dentre os quais figuravam, lado a lado Aristóteles, Byron, Cervantes, Cícero, Defoe, Dumas, Goethe, Horácio, Lamartine, Molière, Montesquieu, Ovídio, Pascal, Rabelais, Racine, Rousseau, Shakspeare, Stendhal, Vitor Hugo, Virgílio, Voltaire, Walter Scott, muitos já traduzidos para o português. Dentre os brasileiros, destacavam-se Joaquim Manoel de Macedo, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto e Cláudio Manoel da Costa, ao lado dos portugueses Camilo Castelo Branco, Almeida Garrett, Luís de Camões, Sá de Miranda, Gil Vicente e Bocage.

A relação acima permite-nos perceber que um leitor outro forjava-se, identificado com um gênero até então marginalizado: o romance. Muitos eram os motivos alegados para que tal leitura não se desse. Nos setecentos, critérios racionalistas foram determinados, de modo a estabelecer um padrão de qualidade a ser seguido por toda e qualquer obra que se pretendesse séria. Esses critérios estavam relacionados às finalidades da leitura e à utilidade dos livros; ao que se devia ou não fazer ao ler. Nessa perspectiva, a literatura era "um regime discursivo fictício, feito no modo do irreal e oferecido ao prazer ou à contemplação desinteressada" (Habsen, 2000: 171), portanto algo a ser evitado. Ler por divertimento ou distração parecia inconcebível aos partidários da razão e do conhecimento.

Os tratados setecentistas, cujos reflexos, como veremos, ainda seriam sentidos nos oitocentos, apregoavam que a função da leitura, antes de tudo, era formar um estilo, levar o leitor a adquirir conhecimento, através de uma relação intensiva com o livro. Antes ler poucas publicações com acuidade, do que lançar-se às mais variadas leituras, sem método ou critério, acreditavam. Pessoas de espírito (*gens d'esprit*) evitavam a leitura extensiva e calcada no cotidiano que os romances proporcionavam.

Seus detratores alegavam também que o romance era um tipo de leitura perigosa, pois fazia com que "se perdesse tempo precioso com situações moralmente condenáveis" (Abreu, 2003: 269)

Fonte de modelos a serem imitados no momento da escrita, a leitura, ao contrário, deveria contemplar tão somente os *melhores* autores. O modelo dever-se-ia fundar no reconhecimento e não na descoberta de algo inusitado e individual. Para isso o leitor ideal era o que conhecia as línguas grega, latina e francesa; o que tivera contato com tratados de poética e de filosofia; familiaridade com a geografia e com a mitologia, enfim, um verdadeiro erudito capaz de avaliar a proximidade a que o texto que estava sendo lido chegou com os modelos e prescrições de excelência.

Mas o que fazia o leitor comum do século de XIX, o leitor de romance? Lia extensivamente, deleitava-se com os prazeres e sensações proporcionados por esse tipo de literatura, a qual já atingia diferentes segmentos da sociedade letrada e que se fazia, sobretudo, sem supervisão das instâncias legitimadas e autorizadas a interpretar. Isso fez com que o interesse de grande parte dos leitores recaísse sobre textos em prosa, com predileção por novelas, romances, ainda no século XVIII. O romance, aliás, estaria fadado ao sucesso. Não fosse assim, não constaria em relatório de 24 de fevereiro de 1861, assinado por José Peixoto de Faria Azevedo, a seguinte observação:

"A biblioteca contém uma coleção variada de obras de todos os gêneros e línguas: está por assim dizer, contada; e a não aparecer qualquer obra de raro merecimento que não lhe faça parte dela, devia a Diretoria limitar-se a acompanhar com todo o cuidado o movimento das publicações novíssimas, e a fazer aquisição das que mais utilidade oferecessem aos senhores Acionistas. Sabido é que esse movimento a que quase se reduz às obras francesas, havendo pouca escolha nas da língua pátria, e nas outras que mais vulto fazem neste ramos de comércio. **A leitura favorita continua a ser, como sempre, a de romances**; havendo pequeno número de senhores Acionistas que os procuram na língua original, quis a Diretoria não se esquecendo das obras estranhas que aproveitam aos estudiosos, adquirir para o gabinete as traduzidas, ou antes, tudo o que houvesse modernamente publicado em português."

No século XIX, mulheres e estudantes viriam a ser seus maiores consumidores. O gênero ganhava espaço inclusive na imprensa, que os publicava na forma de folhetins e, assim, assegurava a tiragem do dia seguinte.

A propósito da imprensa, também dignas de notas são as assinaturas de jornais, ao longo desse tempo. Aos periódicos estrangeiros foram incorporados posteriormente publicações locais. Em 1858<sup>56</sup>, por exemplo, podiam ser lidos no Gabinete: *O Brasil*, *O Brasil Ilustrado*, *O correio Mercantil*, *O Correio da Tarde*, *O Diário do Rio de Janeiro*, *O Farol*, *Jornal do Comércio*, entre outros mais, além de títulos publicados na Bahia, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul.

Também a BN seria subscritora de jornais. Mas é curioso anotar que, enquanto o (R)GPL, desde seus primeiros anos, preocupava-se em oferecer aos acionistas uma variedade de publicações oriundas de variadas partes do mundo, a BN seria tolhida, pelo menos pelos idos da década de 1830, de reconhecer o valor da imprensa, cuja leitura não era vista com bons olhos pelo próprio governo, como se pode atestar neste aviso de 1833, encaminhado pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, ao bibliotecário Francisco V. Goulart.

**"(...) Outrossim Ordena a Mesma regência que desde já seja proibida a prática da leitura dos periódicos; tanto por ser imprópria daquele lugar, como porque com ela se causa estorvo às pessoas que têm de aplicar-se a objetos mais sérios. O que tudo participo a V. S<sup>a</sup> inteligência e execução. Deus Guarde a V. Exa."**

Essa situação seria revertida anos depois, como se lê no relatório de 1853, redigido por Monserrate a ser encaminhado ao mesmo órgão que vinte anos antes proscivera os jornais, tomando sua leitura como atividade irrelevante e destituída de seriedade.

---

<sup>56</sup> Posteriormente, segundo relatório de 1879, a 16 periódicos brasileiros e 20 portugueses somar-se-iam 3 da Bélgica, 5 dos estados Unidos, 20 da França, 6 da Inglaterra, 3 da Espanha, 2 da Itália e 1 da Suíça.

"Enfim, uma aquisição reclamada pela necessidade para o Público de ser informado do progresso diário das Ciências nos países estrangeiros, obteve durante o corrente anos um princípio de realização: **foram subscritas, em nome da Biblioteca Nacional, algumas assinaturas de jornais e revistas científicas e literários.** Esta publicações pertencentes na sua especialidade aos diferentes ramos de conhecimentos, estão ainda bem longe de representarem o movimento da imprensa periódica estrangeira: porém tendo sido escolhidas as mais importantes, (...) **que oferecem traduzidos ou resumidos os documentos mais notáveis publicados em todo mundo civilizado.**"

Nessa época, em 1858<sup>57</sup> dispunha o (R)GPL de um acervo considerável, em que constavam obras de áreas e natureza diversas:

---

<sup>57</sup> Informações colhidas no Catálogo dos Livros do gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro.

Administração Agricultura Economia Rural Álgebra Anatomia Antiguidades Apólogos Arqueologia Arquitetura Aritmética Artes e Manufaturas Artilharia Astronomia Belas Artes Bibliografia Biografia Botânica Caligrafia Campanhas Conquistas Cavalaria Crônicas Cronologia Cirurgia Colonização Comércio Coudelaria Críticos Culto Dicionários Diplomacia Direito Civil Direito Comercial Direito Constitucional Direito Criminal Direito Eclesiástico Direito das Gentes	Direito Natural Direito Público Economia Política Educação Enciclopédias Estatística Estética Etnografia Exército Finanças Genealogia Geografia Cosmografia Topografia Geologia Geometria Gramáticas História História Eclesiástica História Natural Hidráulica Higiene Ideologia Instrução Pública Legislação Legislatura Literatura Lógica Maçonaria Magnetismo Marinha Matemáticas Medicina Metalurgia Meteorologia Metafísica Metrologia	Mineralogia Mnemônica Moral Música Mitologia Náutica Necrologia Nobiliarquia Novelas e romances Numismática Ordens Religiosas e Militares Ortografia Osteologia Pauperismo Periódicos Farmácia Filosofia Física e Química Fisionomia Poesia Política Psicologia Retórica e Eloquência Estenografia Tática Terrestre e Naval Telegrafia Teatro Teologia Teologia Exegética Teologia Moral Trigonometria Variedades Veterinária Viação Viagens Zoologia
---	--	---

Dez anos depois, em 1868, o catálogo seria acrescido de:

Almanques e Anuários Arte dramática Arte Militar Bancos Crítica literária Escravidão Gastronomia	História Civil e política Homeopatia Jurisprudência Lexicologia Lingüística Organização política e econômica	Pedagogia Fotografia Fisiologia Prisões Prostituição Química Seguros taquigrafia
--	---	--

Dentre os títulos disponíveis a esse tempo, destacamos alguns que nos chamaram a atenção por apresentarem uma história do Brasil, falada *de fora*, pelo outro que não o brasileiro: (i) *História do Brasil desde o seu descobrimento em 1500 até 1810*, vertida do Francês e acrescentada de muitas notas do tradutor, oferecida a S. A. R. o Sereníssimo Snr. D. Pedro de Alcântara Príncipe do Brasil; Lisboa 1817 (e outra edição de 1822); (ii) *História do Brasil desde a chegada da Real família de Bragança em 1808*, até a abdicação do Sr. D. Pedro I, em 1831. Por João Armitage, traduzida do Inglês por um Brasileiro, RJ, 1837; (iii) *O Império do Brasil* por la Beaumelle, RJ, 1824.

Os voltados para os estudo lingüísticos confirmavam a política do idioma implantada desde o Diretório dos Índios, em que as terminologias língua portuguesa e língua nacional confundiam-se em definitivo: (i) *Gramática Analítica da Língua Portuguesa*. Francisco Solano Constâncio, Paris, 1831; (ii) *Compêndio da Gramática da Língua Nacional*. Antonio Alvarez Pereira Coruja, Rio de Janeiro, 1847; (iii) *Gramática elementar e metódica da Língua Portuguesa*, João Alexandre da Silva Paz, Lisboa, s/d.

Mas havia uma, editada no Brasil, em 1844, a *Nova gramática da língua portuguesa ou arte de falar com propriedade e correção o idioma brasileiro*, de J. I. Cordeiro, que nos leva a indagar se haveria um certo reconhecimento da heterogeneidade no trato com a língua. Seja qual for a resposta, percebe-se, contudo, uma relação de causa-conseqüência entre o saber a língua portuguesa, herança da colonização, e a habilidade em expressar-se em um certo *idioma* do Brasil.

No catálogo de 1868, alguns dos 40.000 títulos parecem – a despeito de toda a indiferenciação entre o que aqui se falava e o que as instituições preconizavam como língua nacional, ou seja, o português – valorizar a literatura que florescia no Brasil, colocando-nos lado a lado aos ditos expoentes portugueses. A incorporação de obras literárias brasileiras ao acervo acabaria por referendar indiretamente este outro, sua língua, sua nação. Assim, deparamo-nos com os seguintes títulos: (i) *Grinalda de flores poéticas* – Seleção de produções modernas dos melhores poetas brasileiros e portugueses, entre as quais traduções de poesias escolhidas do inglês, alemão, francês e italiano, com os originais ao lado. Coligidos pela redação do Novo Correio das Modas,

e dedicada ao belo sexo, RJ, 1854. (ii) *Harmonias brasileiras – cantos nacionais* e coligidos e publicados por Antonio Joaquim de Macedo Soares. SP, 1857. (iii) Parnaso brasileiro, ou seleção de poesias dos melhores poetas brasileiros, desde o descobrimento do Brasil. Precedida de uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira por J. M. Pereira da Silva. RJ, 1843-1848.

A aparente e relativa facilidade com que a diretoria do (R)GPL, através das contribuições pecuniárias de seus sócios, se decidia por aquisição de determinada obra ou pela assinatura desta ou daquela revista esbarrava eventualmente no desinteresse de alguns associados, como era acusado em relatórios

"O número de sócios do Gabinete em 31 de Dezembro último, era de 1703, a saber no decurso de 1879 **renunciaram seus direitos de sócios efetivos** deixando cair suas ações em comisso, **83 acionistas**. (...) **é de lamentar** que tantos acionistas se privem, voluntariamente por incúria, de vantagens adquiridas, vantagens que podiam manter com pequeno sacrifício qual o da contribuição de 1\$000 por mês."  
(1879)

e neste documento, especialmente, intitulado "Apelo à Colônia Portuguesa", lido por ocasião das festividades pelo centenário de Camões, em 1880, e subscrito por toda diretoria. Nele percebe-se uma certa mágoa com o descaso da colônia portuguesa com relação ao (R)GPL.

"(...) **o Gabinete continua a vegetar penosamente** no solo aliás feracíssimo em que se acha plantado; por outra: continua a ser singularmente **desprotegido** da grande maioria da colônia portuguesa do Rio de Janeiro, aliás sempre generosa e até pródiga nas manifestações do seu louvável altruísmo. (...) **Muitos de nossos contemporâneos** aqui estabelecidos, abastados e até graduados, **têm desdenhado de pertencer ao nosso grêmio**, ou sem razão o têm abandonado."

"(...) A caridade bem entendida consiste menos em praticar o bem do que em prevenir o mal. Nem a beneficência, nem o hospital, nem a esmola conseguem sequer atenuar a miséria em que se propõem combater. (...) Eduquemos, pois, os que nos hão de suceder nessa compreensão dos deveres do homem. Somos chegados ao ponto em que estes argumentos

se prendem à missão do nosso útil instituto. Por meio da escola pública facultou-se a instrução elementar: a biblioteca e o salão de leitura proporcionarão o cultivo do espírito. (...) Com a esmola **distribuem também o pão do espírito; fundem a escola (...). Façam construir o hospital e o asilo; mas ergam também simultaneamente a biblioteca (...)** Trabalhem a cultura do espírito; (...) a mais proveitosas das beneficências - a caridade providente e preventiva."

## 6.2 A constituição do acervo na BN

Também à BN, cujas aquisições advinham de autorização do Governo Imperial, de ofertas de particulares, do Depósito Legal, demandava esforço administrar o patrimônio librário que pertencera ao rei e que agora era usufruído pelo recém independente Brasil. A BN representava "um ramo importante da fortuna do Estado, e destinava-se não somente para concorrer à *ilustração dos Nacionais* como para revelar e manifestá-la, estaria em circunstância de dar precisos penhores à prosperidade"<sup>58</sup>[grifo nosso]. Em terras cariocas, novas publicações vinham acrescentar-se a trazidas de Portugal. Não se dependia do dinheiro advindo de ações e subscrições, mas do erário público, o que às vezes podia trazer bem mais dissabores do que o desinteresse de alguns sócios com relação ao (R)GPL. Em um estudo biográfico<sup>59</sup> sobre Fr. Camilo de Monserrate, Ramiz Galvão dizia que

"a Biblioteca Imperial e Pública da Corte era já 1853 uma preciosa coleção **posto que os poderes públicos não se houvessem esmerado grandemente em a desenvolver.** Éramos um povo nas faixas da infância, mal acordado ao grito regenerador de 1822, **não admira que (...) faltassem nos nesse período recursos para dar sangue e vida a este estabelecimento.** As grandes bibliotecas como os grandes museus são característicos das nações mais adiantadas e vigorosas".

Além dessas dificuldades, outras a elas se somariam. No tocante aos empréstimos, havia normas oficiosas em funcionamento, que atestavam "a persistência

<sup>58</sup> In Minuta escrita por Camilo de Montserrate: "*não antes de 30 de novembro de 1853*".

<sup>59</sup> In Volume XII dos Anais da Biblioteca Nacional, (1884-1885, p. 112)



de um padrão de convivialidade que desrespeitava as normas e convenções e a presunção de que o prestígio pessoal podia elevar seu portador acima do comum dos mortais" (Schapochnik, 2000: 290). É assim, que alguns leitores, mais privilegiados do que outros, passavam a ser beneficiados:

A Regência em Nome do Imperador, tendo atenção ao que V.S<sup>a</sup> participou em seu ofício do 20 do corrente, **Há por bem autorizá-lo para facultar ao Conselheiro Bernardo Pereira de Vasconcellos a leitura em sua Casa** d'algumas da Obras Periódicas ultimamente vindas de França, nos termos por V. S<sup>a</sup> declarados em seu dito Ofício.

( Aviso de 23/11/1833)

Casos de má-fé e de vandalismo podiam ser mais comuns do que se supunha:

"Constando à Regência pelo Ofício de V. S<sup>a</sup> da data de 7 do corrente os **escandalosos abusos**, que se pratica na Biblioteca Pública d'esta Corte, havendo **pessoas tão mal intencionadas** que se **evadem com livros que pedem, deixando assim truncadas obras de grande valor; outras que lhes arrancam as estampas** de maior merecimento; e **outras finalmente que calcam cópias sobre elas**; arruinando por todas estas maneiras um Estabelecimento dedicado às Ciências e Artes, com uma fingida aplicação a elas (...)".

(Avisos 1822-1833)

Havia os que tomavam os livros emprestados e não os devolviam:

"(...) a maior parte destas **obras preciosas acham-se entre as mãos das pessoas que as tem pedido e obtido, algumas desde o ano de 1837**; outras desde 1840 e **quase todas antes do ano de 1850**"

(Minuta, 1853)

Não só os leitores eram motivo de lamento por parte dos bibliotecários. A própria dinâmica governamental muitas vezes se encarregava de impedir que a Biblioteca funcionasse a contento.

Sendo presente à Regência o resultado da visita, e exame, a que procedem o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império na Biblioteca Nacional, pelo qual **veio no meu conhecimento do desleixo e desordem, em que se acha um tão útil, como importante estabelecimento, não se encontrando ali o Inventário dos pertences** da Casa e, o que é cômoda e facilmente possam ser procurados, quando sejam pedidos; **achando-se ao contrário confusamente misturados sem atenção aos diversos ramos do conhecimento humano** neles expendidos(...)"

(Portaria de 22/07/1831)

"Enquanto a compra dos livros feita na Europa, se alguma vantagem oferece no preço por que são compradas, ela é destruída pela demora que há na sua remessa. As últimas que recebem a Biblioteca, foi em 1845, e uma destas depois de **dois anos seguramente de estada n'Alfândega** desta Corte, sem que houvesse ou se recebesse participação da legação por onde se fez a mesma remessa, e **por mero acaso foi ela descoberta n'aquela Repartição. Alguns pedidos de obras feitos pelo meu antecessor, ainda estão por ser satisfeitos.**"

(Relatório de 1846)

Padecia a biblioteca dos males que afrontam alguns serviços públicos: a burocracia e a indiferença do Estado pelo bem-comum. Dizia Galvão que "nossa primeira biblioteca era rica em antiquilhas, mas deficiente em obras modernas, e dotada de uma organização viciosa, obsoleta e imprestável", decorrente da incúria dos bibliotecários predecessores e do próprio governo. Da gestão de Arrábida (1821) a de Moteserrate (1853), acusava-se a necessidade de atualizarem-se os regulamentos, as notificações do processo de inscrição dos livros emprestados e a redação de um inventário descritivo da BN.

Guardadas as devidas proporções enaltecidas do texto no retrato que pinta do homenageado, é preciso reconhecer, na gestão deste, algo de renovação. Monserrate dá, com sucesso, continuidade à iniciativa de Arrábida em editar a *Flora Fluminensis*, do botânico brasileiro José Mariano da Conceição Velloso. Obra tida como de grande valor científico, seus exemplares são oferecidos à bibliotecas e museus

da Europa em troca de obras de vulto lá publicadas e que pudessem enriquecer a nossa coleção de livros.

Decisões como essa eram uma tentativa de associar a imagem da BN e, em consequência, a do Brasil a um projeto de inserção em um mundo dito desenvolvido e civilizado e, ao mesmo tempo, de não se depender unicamente do governo para providenciar a compra de livros, a assinatura de revistas e jornais. E, mesmo por ocasião da eclosão da Guerra do Paraguai, que fez minguar ainda mais os recursos destinados à BN, foi possível fazer aquisições de monta, de sorte que, segundo o livro de registro de obras consultadas entre 1877 e 1879, os leitores já podiam ler os autores mais requisitados na ocasião. Tal como no (R)GPL, da parte dos estrangeiros, destacavam-se Verne, Dumas, Sand, Lamartine, Hugo, Chateaubriand, Molière, Voltaire, Bertrand, Comte; portugueses: Bocage, Camões, Vieira, Camilo Castelo Branco. Os brasileiros mais procurados eram Alencar, Bernardo Guimarães, Azevedo, Macedo, Castro Alves, Varela.

Nem só de agruras vivia-se, portanto. A idéia de que o Brasil estava por civilizar-se, inscrita também nesses textos oficiais, parecia animar os propósitos da instituição, que pensava em se valer dos livros para consegui-lo. Tal como o (R)GPL havia-se proposto a fazê-lo desde 1837.

"Contudo cumpre que o catálogo se conheça o grau de Mérito que tem aquelas obras que ficaram como outras muitas do Conde da Barca, **esperando pelo progresso, e aperfeiçoamento da Nação Brasileira sobre as Línguas do Norte da Europa, para então se aproveitar dos conhecimentos científicos que se contam nas mesmas obras**, cuja conservação veio fazer mais laborioso a serviço d'este Estabelecimento".

(Ofício de 04/03/1839)

**"(...) Do número de Estabelecimentos que convém aos Povos esclarecidos dos distintos e úteis, é por certo uma Biblioteca, onde se encontram depositados os materiais das Ciências (...) à disposição dos homens estudiosos: (...) O número de obras boas e importantes das luzes, e sua influência diariamente mais avultam, a despeito dos esforços daqueles que as temem - A formação e aumento**

sucessivo de uma Biblioteca dependem necessariamente dos fundos que lhe são destinados, e a Biblioteca que abrange todas as Ciências deve conter tanto quanto permitirem os recursos de um Governo esclarecido, as melhores obras de cada um dos ramos dos conhecimentos humanos (...)"

(Relatório de 1846)

E, com exceção de Padre Dâmaso, que retornou a Portugal tão logo o Brasil tornou-se independente, por não concordar com a solução política encontrada pela realeza, os demais bibliotecários, foram revestindo a antiga biblioteca portuguesa de uma brasilidade que pouco a pouco se firmava, fosse através do acervo que se ia ampliando e sendo ressignificado, à medida que novas e outras demandas por leitura surgiam, fosse pelos velhos propósitos que se moldavam a uma nova realidade.

Um projeto de futuro tecia-se, contudo, sem que se esquecesse das origens do estabelecimento. Era preciso preparar as novas gerações para saber valorizar o legado que receberiam.

"A conservação dos livros é por certo objeto de grande momento; ela forma como que uma lei [severa] para aquele, a quem é confiada uma Biblioteca, cuja utilidade como a de toda outra **coleção** de objetos d'artes e Ciências **não deve ser única e egoisticamente calculadas para os nossos contemporâneos como também para os vindouros**".

(Relatório de 1846)

Contudo era preciso dar guarida aos novos valores literários que iam conferindo uma identidade própria à jovem nação:

"A publicação dos Anaes da Biblioteca Nacional, começada pelo dito Snr. Dr. Ramiz Galvão em 1876 e continuada pelo seu sucessor na administração, tem por fim a divulgação de documentos preciosos, que até então jazeram desconhecidos ainda de nós mesmos; dando notícia, assim dos livros raros e altamente estimáveis que povoam as estantes da Biblioteca, como das peças mais curiosas que compõem o seu gabinete de estampas, estudos bio-bibliográfico sobre **os mais célebres escritores nacionais, enfim tudo o que importe não só à bibliografia em geral mas ainda à brasileira em particular**".

(Esboço Histórico *in* Anaes de 1883-84)

ainda que em documentos redigidos pelo bibliotecário constassem equívocos sobre o Brasil como o que se apresenta a seguir trinta anos depois da Independência:

**"A Biblioteca Nacional, no estado em que se acha atualmente oferece ao Público estudioso importantes recursos, primeiramente nas obras relativas à história e Literatura Clássica, se os documentos, alguns mesmo raros, que ela contém sobre a história de Portugal e Espanha dos XV<sup>o</sup>, XVI<sup>o</sup> e XVII<sup>o</sup> séculos, [...] abundantes recursos para esclarecer a história Nacional, as obras especialmente consagradas a ela como a da América, se acham nela em número mui diminuto. Seria talvez necessário e sem dúvida útil que o governo Imperial concedesse uma quantia apropriada exclusivamente para aquisições de obras antigas e modernas pertencentes a este ramo de estudo (...)**

(2<sup>a</sup> versão da Minuta de 1853)

Ao mesmo tempo em que a Biblioteca já começava a ser predicada Nacional e não Pública da Corte, o que faz pressupor sua relação com a idéia de reconhecimento de que de fato uma nação brasileira, com características próprias, se havia instituído, observa-se certa hesitação no trato com o conceito *nacional* quando relacionado à história. A que história nacional se está referindo: a de Portugal ou do Brasil? Uma leitura ligeira poderia encaminhar nosso entendimento para uma história do Brasil, que, segundo a minuta, seria favorecida com o conhecimento por parte dos leitores desses documentos mencionados. No entanto, se essa documentação era caracterizada como *recursos abundantes*, como associá-la ao Brasil, se, linhas depois deparamo-nos com a infomação de que as obras consagradas a ela, história nacional (do Brasil?), *se achavam em número diminuto?* A que história nacional, então, os *abundantes recursos* referiam-se? De que nação se falava?

A leitura da 3<sup>a</sup> e definitiva versão da referida minuta, parece ser uma visível tentativa de se evitar o equívoco:

**"A Biblioteca Nacional oferece ao Público estudioso abundantes recursos, principalmente em obras relativas à história e literatura clássica. [Porém] os documentos, alguns mesmo raros, que ela contém sobre a história de Portugal e Espanha dos XV<sup>o</sup>, XVI<sup>o</sup> e XVII<sup>o</sup> séculos**

**podem servir para esclarecer a história nacional].** Cumpre declarar que **as obras** especialmente **relativas ao Brasil como a América em geral, se acham nela em número mui diminuto**: ainda menor é o número daquelas que, tratando das línguas indígenas da América, podem ilustrar a etnografia, auxiliadora da história. Seria talvez necessário e sem dúvida útil que a Assembléia geral Legislativa concedesse anualmente uma quantia exclusivamente apropriada para a aquisição de obras antigas e modernas pertencentes a este ramo de estudo, **sem todavia prejudicar ao crédito consagrado ao progresso geral da Biblioteca Pública.**

(...)

Pelo que se refere aos diferentes Estados da América, parece-me muito necessário de enriquecer a Biblioteca com documentos antigos e contemporâneos a eles relativos: talvez com efeito não cuidamos com bastante **zelo de informarmos do que acontece entre estas nações vizinhas**, bem que se possa colher delas abundantes notícias de **sumo interesse para a nossa prosperidade e nosso progresso.**

(3ª e definitiva versão da Minuta de 1853)

A expressão *nossa história*, retomada no relatório de 1883-4, parece não deixar mais tantas dúvidas que de fato remete-se ao Brasil.

"(...) O Snr. Dr Salvador de Mendonça, **cônsul do Brasil em Nova York, fez-lhe presente de um importante coleção de obras**, muitas raras, todas de inestimável valor, **concernentes a um dos mais interessantes e acidentados períodos da nossa história**, como é de certo o do **domínio holandês** e das lutas correspondentes. (...)"

A BN parecia acompanhar os ditames dos novos tempos sem que, porém, abrisse mão de tentar "totalizar a experiência universal"<sup>60</sup> (...) realizando a informação documentada (...) sob o ponto de vista das diversas formas de documentação que se há a distinguir"<sup>61</sup>: (i) bibliografia: lista ou inventário das publicações existentes, analítica e crítica; (ii) biblioteca: coleção de obras; (iii) coleção de estampas, desenhos, fotografias; (iv) dossiers documentários: coleções de peças, documentos e extratos classificados por

<sup>60</sup> Em relatório de 10/02/1847 (Mss. 70, 03, 006) referente ao ano de 1846, é dito que "do número de Estabelecimentos que convém aos Povos esclarecidos dos distintos e úteis, é por certo uma Biblioteca, onde encontram-se depositados os materiais das Ciências, de modo a continuamente estarem à disposição dos homens estudiosos."

<sup>61</sup> In Anotações avulsas (não assinadas, nem datadas) - Mss. I-9, 33, 34.

assunto; (v) publicações de elementos esparsos nos trabalhos originais: tratados, enciclopédias, originais.

Mas, ao contrário do que se possa imaginar, as obras mais consultadas, por estudiosos que "pertencem pela maior parte à idade intermédia entre a adolescência e a virilidade"<sup>62</sup>, não revelavam nenhuma erudição, o que pressuporia o conhecimento de latim, francês, línguas em que vinham escritas predominantemente. Muitas das mais procuradas podiam se lidas no vernáculo, já em meados dos oitocentos<sup>63</sup>.

**Biblioteca Nacional - Consulta pública (1853-56)**  
**Consultas por língua**

Língua %	Total
Português 65,45 %	12.577
Francês 29,01 %	5.576
Latim 2,65 %	511
Inglês 0,89 %	173

Essa identidade leitora brasileira, que se afirmava na procura de obras em português na BN, ano após ano, construía-se estreitamente relacionada ao gênero romance, a ganhar cada vez mais adeptos entre os leitores oriundos das mais variadas camadas sociais, uma tendência já confirmada pelo (R)GPL, como já o mencionamos. Havia, inclusive, fora da circunscrição das bibliotecas públicas, procura por uma leitura que poderia se denominada de *sensação* (El Far, 2004), cujo teor configurava-se pela audácia, mistério, arrebatamentos comoventes produzidos por enredos que ou iam além da ordem rotineira do cotidiano ou eram recheados de cenas de sexo, luxúria e obscenidades.

Os escritores desejavam extrapolar as fronteiras econômicas e sociais que antes limitavam a compra de livros aos grupos endinheirados (*id. Ib.*: 12). Desse modo,

<sup>62</sup> Informação colhida em Minuta de 1853.

<sup>63</sup> Esclareça-se que a quantidade de obras em português deve ser acolhida com ressalvas, pois, no ato da catalogação, os bibliotecários muitas vezes traduziam os seus títulos.

tais obras recebiam um tratamento editorial que lhes abaixava o custo e os tornava acessível a quantos desejassem adquiri-lo. Tais livros eram execrados pela crítica abalizada de então, por serem, antes de tudo, segundo ela, mal concebidos na forma e no conteúdo. Muitos sequer eram assinados; nenhum filiado a uma escola literária.

No entanto, essas histórias provocavam no leitor emoções pouco prováveis ou recomendáveis no seu cotidiano, segundo os ditames da época. Através de seus títulos, é possível imaginar o quanto de aventuras, injustiças, dramas seus personagens experimentavam, muitos aludindo à vida sofrida de mulheres, cuja virtude teria sofrido perseguições. Vejamos alguns deles:

- ❑ *Os estranguladores do Rio ou o Crime da rua da Carioca: romance sensacional do Rio Oculto;*
- ❑ *O monge de Olinda ou o frade perseguido pela polícia;*
- ❑ *O fruto do crime;*
- ❑ *Alice ou a desgraçada vítima de um cruel abandono;*
- ❑ *Elzira, a morta virgem.*

Nessa linha, havia também as narrativas tidas como "para homens", por serem classificadas como pornográficas:

- ❑ *Os amores secretos de Pio IX ou os escândalos praticados atrás dos reposteiros do Vaticano;*
- ❑ *Suspiros de um padre ou a crioula debaixo da cama;*
- ❑ *Gritos da carne;*
- ❑ *Ele e ela escondidos no quintal.*

A princípio, obras dessa natureza eram editadas em folhetos, como os de cordel e vendidas por mascates na rua, desde a primeira metade do Oitocentos. Eram traduções de outras tantas produzidas na França ou na Espanha. Mais tarde, devido ao sucesso que alcançaram, passaram a ser publicadas em brochuras baratas por grandes editoras da época, como Laemert e Garnier, principalmente nas últimas décadas do XIX, quando já, então, eram produzidas em maior escala.



A história não foi favorável a essas obras, não as levando no cômputo de material digno de permanecer na memória literária brasileira. Mas, na visão de El Far (*id.Ib.*: 25),

"a experiência da leitura, no Rio de Janeiro, daquele período, em nenhum momento se reduziu aos cânones e aos escritores das belas-lettras que atualmente fazem parte dos compêndios literários. Naqueles anos lia-se Machado de Assis, Álvaro de Azevedo, Alencar e Joaquim Macedo, mas lia-se também uma variedade de outros escritos que buscavam o sucesso por meio de histórias 'arrebadoras', cheias de 'mistério', de 'sangue', em certos casos, ousadas em seus beijos e cópulas apaixonadas".

Mas quem lia esses livros e onde o faziam?

Devido às adaptações a uma fórmula editorial de custo menor, o acesso a eles era facilitado ao cidadão de menor poder aquisitivo. Só que a busca por aventuras desmedidas fascinava não só a estes, mas todas as camadas sociais. As contínuas edições de *Elzira, a morta virgem*, de Pedro Ribeiro Vianna, desde 1883, livro que mereceu até edição pirateada<sup>64</sup>, levam-nos a supor que obras desse gênero eram apreciadas indistintamente. El Far (*id.ib.*:308) chega a afirmar que

"não se pode dizer sem riscos quem lia o que no Rio de Janeiro daquele período. Afinal, um folheto sanguinolento, como Maria José, ou a filha que assassinou, degolou e esquartejou sua própria mãe, Matilde do Rosário da Luz, era vendido pelos ambulantes e ao mesmo tempo pela afamada livraria Garnier. Da mesma forma, romances de autores bem considerados pela crítica recebiam formatos cada vez mais em conta. Diante dessa realidade, o mais exato seria afirmar que os livreiros cariocas, ao reconhecer a existência de um público urbano, crescente, diverso e alfabetizado, procuravam divulgar volumes que pudessem agradar a uma gama representativa dessa massa difusa e irrestrita de leitores."

Incentivados por essa onda de sucesso editorial, alguns autores passaram a produzir suas próprias histórias de teor malicioso e/ou pornográfico. A voga e a popularidade da escola do naturalismo foram decisivas para essa produção nascente, ainda que se pudessem constatar diferenças entre um e outro tipo de narrativa.

Esses leitores, no entanto, não encontraram essas obras na BN ou no (R)GPL. Não há registro de que essas obras tenham dado entrada nas duas instituições,

---

<sup>64</sup> Um exemplar dessa versão encontra-se arquivado no (R)GPL, assinado "P\*\*\*\*", sem menção editorial.

com exceção de *Elvira, a morta virgem*, no (R)GPL, em cujo exemplar não se faz menção editorial, tampouco é assinado.

Essa tendência parece apontar para o fato de que, ainda que extremamente populares, não seriam consideradas como dignas de constarem em larga escala nas estantes dessas bibliotecas. E não fazerem parte do acervo durante o período em questão pode ser atribuído não só ao teor *sensacional*. Autores como Flaubert e Eça de Queirós tinham lugar garantido nas suas prateleiras com obras tidas como também de sensação, tais quais: *Madame Bovary*, *O crime do Padre Amaro*, respectivamente. A razão poderia estar repousada no fato de que, menos do que no enredo, o modo como ele era construído, a variante europeia da língua portuguesa que era utilizada para narrar pudesse ser o grande diferencial na aceitação destas e não daquelas. Quem as quisesse ler que o fizesse por sua conta e risco, mas não com o concurso dessas instituições.

Afinal, não nos esqueçamos que tanto a BN quanto o (R)GPL se sentiam comprometidos com o progresso do país, com a consolidação do português europeu como língua nacional do Brasil. E não sabemos até que ponto tais narrativas se distanciavam deste projeto, que se manifesta em documentos como, entre outros, os Estatutos da BN, foco de nossas atenções no próximo capítulo.

## **7. De Real Biblioteca a Nacional do Brasil: a estrutura jurídico-discursiva de seus documentos fundantes e a consolidação do português como língua de uma nação emergente**

Aos sentidos não se tem acesso diretamente, como o senso comum pressupõe. Por isso a necessidade de se construir um dispositivo teórico que exponha a opacidade do texto ao olhar do analista. Esse procedimento visa, principalmente, deslocar o olhar desse leitor privilegiado "de sua posição ideológica (em que os sentidos aparecem como já-lá na transparência da linguagem) para uma posição não onipotente mas deslocada em que o efeito de exterioridade, o da alteridade, o do sentido, sua determinação histórica, sejam levados em conta" (Orlandi, s/d<sup>65</sup>).

É desse modo que se objetiva aqui, mais do que interpretar, compreender como os textos dizem o que dizem, como os sentidos são neles produzidos. Para tanto, é preciso também saber que nos próprios textos já estão inscritos gestos de interpretação, relacionados a uma memória constitutiva – o interdiscurso, tomado como complexo de formações discursivas –, na qual os sentidos ora se estabilizam, ora se deslocam, dependendo da posição sujeito que se ocupa para enunciar.

Essas considerações iniciais recorrentes justificam-se, na medida que, ao cotejarmos o Estatuto de 1821 e os seus regulamentos posteriores, produzidos em épocas diferentes - 1823 a 1876 -, poderemos perceber, nesses movimentos de estabilização e de deslocamento de sentido, quais os que se mantém, quais os que deslizam, reproduzindo gestos de interpretação ou produzindo novos.

Nesse jogo entre o mesmo e o diferente, ou seja, na tensão entre os processos da paráfrase e da polissemia, a partir de recortes que fizemos, pretendemos que seja possível apreender um conjunto de enunciados que concorram para a compreensão de que o texto em sua materialidade, sendo um bólido de sentidos, a se desdobrar em diferentes formulações, constitui determinados produtos significativos. E como Orlandi (1996), também nos perguntamos sobre o que muda e o que se mantém

---

<sup>65</sup> In ORLANDI, E. *Oralidade e interpretação*: movimento do dito e do esquecido. O imaginário da Dispersão, do Impreciso, do Indistinto, daquilo que não pode ser assim. Material digitado (s/d)

nas diferentes versões dos regulamentos. Seriam as novas versões uma explicitação do que lá já estava antes? Ou outra direção é traçada? Ou, ainda, partiriam de um texto originário? Mas haveria textos originários? O Estatuto de 1821 seria um exemplo? As diferentes versões não poderiam estar comprometidas com diferentes posições-sujeito, afetadas por um imaginário outro, dadas condições de produção diferenciadas em cada época? Ou reforçariam um já-dito muito antes estabelecido, ecoando prescrições trazidas de tempos anteriores, europeus?

Pelo processo de produção de sentidos, sujeito ao deslize, há sempre um possível "outro". Ainda assim, é preciso não esquecer que algo do mesmo sempre pode estar no diferente. O deslize de sentido de uma dada formulação faz parte do sentido de uma primeira. E nesse espaço de pontos de deriva possível, lugar em que língua e história se ligam, muitas vezes pelo equívoco, e onde se define o trabalho ideológico, é que pretendemos ora trabalhar.

### 7.1. O discurso jurídico nos documentos fundadores

Nesta etapa do trabalho, importa-nos saber o que caracterizaria os enunciados presentes nos Estatutos e nos Regulamentos da BN e como tais características apresentar-se-iam nesses documentos/monumentos ao longo do período imperial brasileiro. Também vale pensar sobre quais pré-construídos poderiam ser identificados na materialidade discursiva dos textos de 1821, 1823, 1824, 1876, principalmente, e na de 1890, eventualmente; que memória estaria sendo nelas investida e como essa memória viria a ser (re)**significada**. Convém ainda refletir em que medida determinadas escolhas demarcariam posições-sujeito ocupadas pelos enunciadores e se o que elas destacariam poderia produzir uma (des)**identificação** com a posição sujeito ocupada pelos não leitores do/no Brasil à frente da instituição.

Contudo, antes mesmo que possamos proceder às análises propriamente ditas, é preciso reconhecer a organização interna desses monumentos, na qualidade de disponibilizadores que são de um discurso de natureza essencialmente jurídica. Afinal instituir estatutos, regimentos é uma forma de legitimar o poder, as instituições, mesmo porque, assevera Lagazzi (1988: 39), “sem legitimação, o poder não se exerce (...)

legitimar é trazer para a ordem do simbólico uma forma que o poder tem de evitar o conflito explícito, mantendo a ordem vigente". E isso assim se afigura tanto nas relações interpessoais cotidianas, quanto nas que se estabelecem entre o indivíduo e instâncias de poder institucionalizadas.

Estas últimas se fundam na articulação entre as noções de sujeito-de-direito e de Estado, uma relação que tem início muito antes, no século X, desde a passagem, gradual, do feudalismo para o que mais tarde viria a ser denominado capitalismo. Esse sujeito, como já vimos, tomado como livre para se obrigar, centrado em responsabilidades, direitos e deveres, iria se identificar com uma formação ideológico-jurídica que, por sua vez, o faria crer na viabilidade da justiça e, como nas palavras de Lagazzi (*Ib.*: 42), a

“reivindicar os mesmos direitos (deveres) para todos, sem nos deixar perceber que ocorre aí uma inversão: ao lutarmos por direitos e deveres iguais, não estamos lutando pelo fim dos privilégios de uns em detrimento de outros, mas por uma igualdade que nos conduz, através do não reconhecimento das singularidades do sujeito, à intercambialidade de que fala Haroche (1984)”.

No bojo dessa intercambialidade<sup>66</sup>, ou seja, dessa possibilidade de equivalência entre as posições-sujeito dentro de uma mesma ou entre diferentes formações discursivas, dessa busca pela garantia pela normalização, homogeneização dos indivíduos, apaga-se uma possível diferença, relega-se o sujeito a uma indeterminação do todo mundo e ninguém. Não é à toa que nos textos de lei encontram-se enunciados do tipo “todo aquele que”, “qualquer um que”. Tais estruturas abrem espaço à possibilidade de generalização, indistinção, universalização, ao mesmo tempo em que se apaga o social e a história (*id.ib.*: 42), de modo a que se mantenha a ordem, inviabilizando a possibilidade da diferença e prevendo sanções.

A isso acresce-se o fato de que há, como assegura Pêcheux (1997[1975]: 107),

---

<sup>66</sup> Segundo Orlandi (1998: 17), intercambialidade não se confunde com reversibilidade. Esta supõe a possibilidade de a posição do sujeito vir a ter igual legitimidade no processo discursivo em que se confronta com a posição sujeito do outro. Aquela supõe que as posições sejam equivalentes, mutuamente substituíveis, ainda que haja um limite imposto pelo jogo da alteridade.

“um esvaziamento do objeto a partir da função, o que faz com que a forma sintática de construção do nome próprio, que poderia, por sua própria natureza, passar por geradora de determinação, apareça, na realidade, como sendo igualmente suscetível de remeter ao indeterminado, caso no qual *aquele que* se torna equivalente de *qualquer um que*, e *o que* se torna equivalente de *tudo o que* ou *qualquer coisa que*”

Pêcheux (1969), entretanto, a despeito das forças coercitivas, porém não repressivas, que se instalam a partir dos aparelhos ideológicos do Estado (Althusser, 1998 [1985]: 67), dentre os quais a biblioteca é um exemplo, afirma que as instituições abrigam em si, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições de transformação das relações. Melhor dizendo: entendemos a instituição biblioteca como um aparelho ideológico do estado no sentido de que, como entidade cultural, relacionada às Letras, assegura pela ideologia coerção de natureza ideológica, seu funcionamento. Assim é que, segundo Althusser (*Id. ibidem*: 70), “molda” por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção, etc. seus usuários. Funciona principalmente pela ideologia e, muito secundariamente, pela repressão seja ela atenuada, dissimulada ou mesmo simbólica (proibições administrativas, censuras implícitas ou explícitas). Assim como outros aparelhos – escola, imprensa, família – a biblioteca funciona sob uma ideologia dominante, que é a da classe dominante, isto é, a que detém o poder do Estado. Isso faz com que se garanta a reprodução das relações de poder vigentes, afinal é por intermédio da ideologia dominante que se assegura a “harmonia”.

Mas a resistência é inerente ao humano. Ainda segundo Lagazzi (1988.: 97), a resistência do sujeito encontra na linguagem, e que nós aqui reputamos como não só verbal, os recursos para lidar com o poder, “para redistribuir a tensão que o embate entre direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas coloca (...) sem o respaldo da hierarquia”. Mas o julgo da letra da lei se faz coercitivo, não se propondo a deixar espaço para refutações, dado que são criadas para que sejam cumpridas. Fica-se sabendo o que se pode/deve ou não fazer, subtendendo-se que o que não se menciona possa também ser proibido.

O interdito se materializa discursivamente tanto pelas asserções, quanto pelas repetições. Negar, nesses termos, pressupõe evitar dúvidas. Daí serem as asserções (Lagazzi, *Ib.*: 23) “a forma mais segura da expressão do poder, da expressão da

autoridade, porque é onde existe o menor espaço para qualquer mudança”, garantindo-se a vigência da ordem. E o reconhecimento do que se afirma se dá pelos movimentos da repetição, que, todavia, tanto pode reiterar o já-dito quanto fazer deslizarem os sentidos, ainda que as instituições procurem controlá-los, tentando eliminar a sua não observância e os equívocos.

Essa obrigação de (re)afirmar ditada pela língua, afetada pela história, ainda que seja para negar, corporifica-se mediante expedientes lingüísticos específicos, os quais passamos a apresentar e a analisar. Identificamos processos formais de negação que se valem desde o emprego previsível do advérbio *não* até o de outras categorias gramaticais menos óbvias, as quais passamos a arrolar, como base no texto do Estatuto de 1821 e dos Regimentos subsequentes a ele, no século XIX.

Vale lembrar que, do ponto de vista gramatical, as operações de negação, como afirma Mateus (1983: 153-4), podem aparecer expressas por elementos que as explicitam e simultaneamente definem o respectivo escopo (negação lexical e negação da frase simples e dos seus constituintes); podem, por outro lado, constituir-se implicitamente, funcionando, no entanto, como enunciados de sentido negativo, relativamente ao contexto em que são proferidos.

Também o funcionamento discursivo da negação, segundo Indursky (1997:213), pode “evidenciar o caráter constitutivamente heterogêneo do discurso”, cujo exame permite investigar a presença do pré-construído como interdiscurso no discurso, aqui, no caso, institucional. Ou seja, a negação, sendo um processo de internalização de enunciados oriundos de outros discursos, permite denotar a presença do discurso-outro no interior do discurso institucional. Assim, ao examinarmos o discurso dos/nos estatutos, situamo-lo como já identificado e relacionado a um “centro organizador” que o relaciona à formação discursiva que afeta seu sujeito. Convém buscar em seu interdiscurso os elementos que o identificam à formação discursiva que o determina, identificando no seu interior o mesmo, o repetível, o dizível nessa formação discursiva.

Isso posto, passemos às análises propriamente ditas, não sem antes anteciparmos que os estatutos serão organizados de modo que representem marcas formais de determinação – o que implica precisão; marcas formais de indeterminação e

de indefinição. Quanto a estas, cabe assinalar que, conforme Serrani (1997: 84), são freqüentemente confundidos, ainda que possuam características próprias. A indefinição é imprecisa, mas determinada. Assim, ‘ho caso dos indefinidos na língua, dado seu caráter quantitativo, a generalização que expressam é sempre limitada a um conjunto de elementos, do qual referem a totalidade (todos), o esvaziamento (nenhum) ou a parcialidade (alguns)’ (Serrani, 1984: 52)

#### 7.1.1. Marcas de determinação

##### 7.1.1.1. Adjetivos (qualificativos) na função de adjuntos

“Para uso do governo da Biblioteca, haverá um índice Geral Alfabético de todos os livros impressos que há na Biblioteca. Haverá outro em que os mesmos livros se distribuam em classes ou matérias de que tratam. Haverá também outro dos livros **proibidos** que há na Biblioteca; e haverá outro Índice de livros, e papéis manuscritos composto com mais expressão, e individualidade que dos impressos. Os livros que a Biblioteca tiver dobrados também estarão em uma relação separadas, para dela se fazer uso quando se oferecer ocasião de alguma permuta, ou alborque”.

Estatuto – 1821 - § XV

Quais seriam esses livros? Estariam proibidos por que e por quem? Trariam em si uma memória nos moldes do *Index Librorum Prohibitorum*<sup>67</sup>? Mas se lá estão, a quem é permitido ter acesso? Às *peças de consideração*? O fato é que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (Foucault, 1999[1970]:37). Poder e saber não são, pois, repartidos equanimemente em uma sociedade, cuja produção de discurso seja “controlada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar acontecimentos aleatórios” (*Id. Ib.*)

---

<sup>67</sup> Trata-se de um índice de livros proibidos, uma relação que a Igreja Católica Apostólica Romana iniciara em 1559 e que durou até 1966, na qual eram listados os livros mais “nocivos” aos ignorantes que úteis aos doutos. Nos mais de 400 anos de existência, foram publicadas mais de 30 edições do Index, condenando-se 109 escritores por sua obra total e mais de 4 mil livros. Quem lesse os livros constantes no Index era automaticamente excomungado.



Como procedimento de exclusão, a interdição aqui se discursiviza e passa a estar na origem de outros tantos discursos, nos quais em outra época emerge, uma vez que é retomada, podendo ou não ser transformada. Tudo isso levando-se em conta as condições de produção em que foi formulada, sendo dita e ainda, talvez, se encontrando por dizer.

#### 7.1.1.2. Adjetivo na função de predicativo do sujeito ou como participio nas estruturas apassivadas

“O segundo Bibliotecário é **obrigado** à guarda da casa, a vigiar e dirigir os trabalhos e os Empregados.”

Regulamento – 1822- 1ª Parte  
Das Obrigações individuais dos empregados - § I

“É-lhes **vedado** (aos oficiais) ocuparem-se em trabalhos alheios à Biblioteca durante as horas de serviço.”

Regulamento – 1876  
Dos Oficiais – Art. 11º

O não cumprimento seria inadmissível, e o enunciado que determina o que pode e deve ser feito reveste-se de muito mais força proposicional e de conseqüente legitimidade do que se assim tivesse sido redigido: o segundo bibliotecário *não deve/pode* se descuidar da guarda da casa... *não devem/podem* os oficiais ocuparem-se em... A letra da lei não permite deixar por conta do sujeito uma decisão já tomada previamente, independente de sua vontade.

#### 7.1.1.3. Adjetivos substantivados de teor negativo

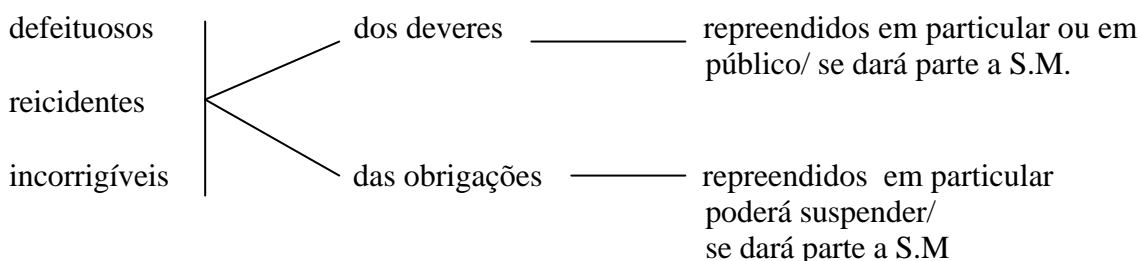
“Os **defeituosos** no cumprimento dos seus deveres serão reprimidos em particular pelo 2º bibliotecário, ou em público por Ordem do primeiro dos **reincidentes** ou **incorrigíveis** se dará parte a S.M. o Imperador”.

Regulamento – 1822 – 1ª Parte  
Regulamento Particular – Obrigações Gerais

“Os **defeituosos** no cumprimento das suas obrigações serão repreendidos em particular pelo Ajudante Bibliotecário; este poderá suspender os **reincidentes** ou **incorrigíveis**, e deles dará parte a S.M. o Imperador”.

Regulamento – 1824 – 1ª Parte

Cotejando os parágrafos, identificamos as seguintes seqüências discursivas em relação parafrástica entre si:



Os substantivos se apresentam em uma seqüência que faz supor uma série de ações equivocadas, se tomados por base os itens reguladores do Estatuto. De *defeituoso* a *incorrigível*, um leitor pode percorrer diferentes instâncias transgressoras passíveis de sanção. E com o passar do tempo e o fluxo maior de leitores na Biblioteca, há um endurecimento nos termos da letra da lei, pois poderão não mais ser suficientes reprimendas ou partes dadas à autoridade maior, mas suspensão, ou seja, o estabelecimento da ausência simbólica do leitor.

Percebe-se, pois, que no cerne desse sistema disciplinar, como de tantos outros, funciona o que Foucault (*op.cit.*) denomina “pequeno mecanismo penal”, regulado por “micropenalidades” que aqui se configuram como de atividades (por negligência, falta de zelo, etc.); de tempo (atrasos, ausências, interrupções de tarefas); de maneira de ser (grosseria, desobediência às normas); do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes); dos discursos (tagarelice, insolência). Daí ser preciso coibir.

#### 7.1.1.4. Ser + (modalizador apreciativo) + adjetivo

“**É proibido** passear, falar em voz alta”.

Regulamento – 1822  
Parte 1ª – Regulamento Público

“**É rigorosamente proibido** passear, falar em voz alta. São igualmente proibidas longas conversas”.

Regulamento – 1824  
Parte 1ª – Regulamento Público

“Nas salas de leitura **é absolutamente proibido** conversa em voz alta, fumar, passear ou proceder de forma que distraia e perturbe a estudo”.

Regulamento – 1876  
Da Leitura Pública – Artigo 38º

“Nas salas de leitura **é absolutamente proibido** conversar em voz alta, fumar, passear ou proceder de forma que distraia e perturbe o estudo. Neste particular o oficial terá o maior cuidado até o ponto de reclamar a retirada do *infrator*”.

Regulamento – 1890

Ainda que não esteja arrolado como *corpus* o regulamento de 1890, achamos por bem acrescentá-lo aqui de modo a que se perceba a transformação da seqüência:

É        Ø        proibido  
É rigorosamente proibido  
É absolutamente proibido

Esse tipo de modalizador que introduz aqui um efeito de universalidade (Pêcheux, 1975) é elidível, por não estar sujeito a certas restrições na colocação da frase e não ocorrer autonomamente como resposta. Contudo, se assim ocorre sintaticamente, não são menos importantes, em termos discursivos, por poderem significar um juízo de valor por parte do enunciador – o que faz com que se procure um distanciamento da pretensa neutralidade e generalidade do discurso jurídico. Os modalizadores intensificam a importância da interdição. De uma seqüência a outra, gradativamente, passa-se de uma instância mais neutra, em que o modalizador inexistente, a uma mais comprometida com os efeitos que se espera produzir com as regras ditadas. Na última delas determinam-se sanções àquele que, portando-se inconvenientemente, é

desinvestido do lugar de leitor para ser predicado como *infrator*, transgressor de uma ordem estabelecida.

#### 7.1.1.5. Modalizador + verbo

“Todas as pessoas que tiverem necessidade de copiar livro impresso ou manuscrito da Biblioteca, precisamente o farão **somente** dentro da Biblioteca às horas costumadas de estudo; e se encarregará a algum dos Empregados o estar presente, e ver copiar ou concordar os Capítulos, Números, ou Parágrafos que copiarem; zelando que se não vicie, adicione ou corrija o Original, ou Exemplar da Biblioteca cuidando em recolhe-lo logo que se acabarem as horas de estudo para continuar em as seguintes até que acabado o reconhecimento ou cópia se restitua ao seu lugar.”

Estatuto – 1821 - § XXX

“**Só** poderão ser emprestados livros de fácil aquisição e isso mesmo a pessoas residentes na Corte e de reputação notória; mas os livros raros ou de elevado custo, folhas diárias e periódicas, dicionários ou livros de assídua consulta, mapas e manuscritos não poderão sair da Biblioteca.”

Estatutos – 1876  
Do Empréstimo de Livros – Art. 40º

“**Só** poderão ser emprestados livros de fácil aquisição, e por isso mesmo a pessoas residentes na Capital Federal e de reputação notória; mas os livros raros ou de elevado custo, folhas diárias ou periódicos, dicionários e livros de assídua consulta, mapas, estampas e manuscritos, não poderão sair da Biblioteca.”

Estatutos de 1890  
Do Empréstimo de Livros – Art. 43º

Conforme Foucault (1999: 8-9), “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório”. Daí a existência de procedimentos exteriores, ditos de exclusão, que se manifestam através, entre outros, de interdições. Isso equivale a dizer que não se delega a qualquer um o direito de dizer e fazer tudo o que quer, em qualquer lugar, circunstância. Há todo um ritual de procedimentos, dentre os quais se

inclui o lingüístico, a determinar direitos e deveres, estreitamente relacionados a proibições, as quais sustentam as instituições. Exemplos são as seqüências arroladas nesse momento do nosso estudo.

Ainda que seja possível manter a integridade sintática e o sentido dos parágrafos, mediante a ausência dos advérbios, sua presença, entretanto, mais uma vez, parece fazer pressupor delimitações e exclusões. No primeiro caso, de que se proceda à consulta nos limites internos da BN; no segundo, de que não se empreste todo e qualquer livro a toda e qualquer pessoa.

Sob este último aspecto, a mesma partícula – *só* – ao restringir os direitos à leitura e ao direcionar as formas possíveis de leitura, presta-se a um duplo papel: funcionar ao mesmo tempo como partícula atinente a processo de exclusão e a de inclusão. Pela exclusão de muitos, inclui-se no rol dos privilegiados os considerados pela instituição como de *reputação notória* (1876 e 1890), os quais remetem às *pessoas de consideração* (1821), não se confundindo, porém, com aqueles a quem, já a essa altura, se denomina *público*.

#### 7.1.1.6. Verbos de valor semântico a indicar interdição

“O Prefeito cuidará (...) o mais que lhes for possível em **evitar** toda a desordem”.

Estatuto – 1821 - § XI

(Dos oficiais da Biblioteca)

“Zelarem a boa ordem e a regularidade do serviço das salas de leitura, tendo especial cuidado nos objetos confiados aos leitores, para que se não **extraviem** ou **estraguem** e ativando o trabalho de seus subordinados, a fim de que o público seja sempre servido com a maior urbanidade e diligência.”

Regulamentos – 1876 – Art. 7º – 3º §

“Fiscalizarem os trabalhos de limpeza, arrumação e conservação confiados aos auxiliares de seção, advertirem a estes quando **deslizarem** de seus deveres, e darem parte ao respectivo chefe de seção sempre que a falta for mais grave e merecer maior pena.”

Regulamentos – 1876 – Art. 7º – 3º §

As unidades lexicais em destaque seriam equivalentes na negação de outros verbos que se lhes oporiam semanticamente. Assim é que podemos estabelecer as seguintes oposições:

evitar a desordem	—————▶	não facultar/permitir a desordem
extraviar	—————▶	não perder
estragar	—————▶	não conservar
deslizar do dever	—————▶	não cumprir com o dever

Ao empregar frases afirmativas, ainda que de valor negativo, em lugar de negativas, há uma espécie de suavização da ordem sem que, contudo, se deixe de observar que certas atitudes devam ser proscritas. Extraviar, estragar obras, deslizar do dever estão na contramão de uma corrente do século XIX que “considera a sociabilidade como valor de progresso, uma virtude pública a cultivar uma regra a estabelecer na sociedade política, e não apenas como uma virtude privada que traduz respeito e consideração para com o próximo” (Haroche, 1998:12)

Não permitir a desordem, não perder livros avizinham-se, pois, de regras de sociabilidade, em que o comportamento individual concorre para o bem comum. É preciso exercitar o governo de si para respeitar o próximo no espaço social. É preciso evitar os arroubos, os excessos, o desmazelo e manifestar por meio de atitudes vigilantes a atenção, o respeito, a consideração pelo outro que, no espaço da biblioteca, faz uso das mesmas obras.

#### 7.1.1.7. Verbo modal *ter* + obrigação

“Os ajudantes **têm obrigação** de escrever o que lhes for ordenado, formar o catálogo e arranjar os livros segundo o sistema que se lhes der”.

Regulamentos – 1823 e 1824

---

(não) poder      (não) dever      ser obrigado a      ter a obrigação de

O contínuo sugere uma gradação do menos para o mais obrigatório. *(Não) poder* poderia supor uma ação tida como plausível ou permitida e, portanto, facultativa. *(Não) dever* remete a uma ação tomada como certa ou obrigatória, mas também permitida ou plausível. *Ter obrigação de/ ser obrigado a* não deixa margem a dúvidas quanto ao que se tem a fazer, excluindo-se sumariamente qualquer outra reação contrária ao estabelecido.

### 7.1.2. Marcas formais de indeterminação

#### 7.1.2.1 *Se* impessoal + não + verbo

“O Prefeito cuidará em que a Real Biblioteca esteja com toda a limpeza, e arranjo possível procurando corresponder com atenção e civilidade, e cortezania aos que tem faculdade, e procurarem a Real Biblioteca para se instruírem facilitando-lhes os livros que pedirem, e se lhe poderem confiar conforme as Leis tanto Civis como Eclesiásticas sobre a leitura dos livros; e se alguns dos que concorrem à Real Biblioteca faltar ao respeito devido a tal Casa dará conta ao Ministro Diretor sobre este ponto. Cuidará também o mais que lhe for possível em evitar toda a desordem e rumor, e assim também zelará que **não se escreva** sobre livros e que estes **se não manchem, maltratem**, ou **extraviem** procurando também que na Casa se guarde silêncio, e **se não perturbe** a atenção dos que estudam.. Como com o andar dos tempos se viu ser preciso haver na Real Biblioteca uma guarda militar como a havia em Lisboa; ao Prefeito pertence dar-lhe as Ordens que ela deve observar, e avisar o Comandante do Corpo a que ela pertencer das faltas que ela fizer; não dano ao Comandante da Patrulha a gratificação estabelecida, senão no ato de ser rendido, se tiver cumprido com a sua obrigação.”

Estatutos – 1821 - § XI

Indistingue-se o sujeito para que seja determinado a toda e qualquer pessoa o que não se deve/pode fazer na BN.

se não manchem

se não perturbe

não se escreva

mas... se guarde silêncio

A única afirmativa na verdade justifica-se, porque a interdição se marca no objeto direto – silêncio, o produto da ação, ao contrário das outras três estruturas. Nestas as ações é que não são recomendáveis. Parece tratar-se de uma redundância, pois “se guardar silêncio” e “se não perturbar a ordem” podem estar em relação parafrástica a reiterar insistentemente uma ordem.

Por outro lado, o – se – caracteriza um não preenchimento da posição sujeito e conseqüente efeito de indeterminação discursiva, o que nos leva a considerar, como Indursky (1997: 205), que “esse tipo de indeterminação só pode ser interpretada à luz da memória discursiva, categoria que atua ao nível do interdiscurso”.

“**Não** se abrirá a Biblioteca fora das horas em que se costuma abrir para o estudo; mas quando suceder que alguma pessoa de consideração deseje, e peça que ver a Biblioteca mesmo em dia feriado, o Prefeito **não** negará.”

Estatuto – 1821 - § XXVI

Os dois *não* se distinguem. O primeiro nega em favor da biblioteca; o segundo, em favor do leitor. Um dá conhecimento de quem especificamente dará cumprimento à ordem, através do índice de indeterminação do sujeito, ainda que se subentenda ser o responsável pela biblioteca; o outro acompanha o verbo, cujo sujeito se faz presente. Não há impedimentos para as *pessoas de consideração*, as quais dispõem de privilégios não extensivos ao cidadão comum, para quem é dispensado tratamento impessoalizado, enquanto o personalizado é destinado aos primeiros.

E para que não restem dúvidas, quanto ao tratamento diferenciado que merecem tais pessoas, outras asserções são marcadas por advérbios de conotação positiva, como no parágrafo que se segue:



“**Sempre** que para o serviço das Pessoas Reais se for buscar à Biblioteca alguma obra se entregará logo fazendo assento da Pessoa Real para que foi, e de quem a levou.”

Estatuto – 1821 - § XXVII

Através do *sempre*, recupera-se pela paráfrase a negação: **nunca** se poderá negar às Pessoas Reais (pessoas de consideração?) a especial deferência de se lhes entregar obra de que necessitem. Nega-se, pois, a “alguns” muitos para que se possa anuir a alguns poucos e bons.

### 7.1.3. Marcas formais de indefinição

#### 7.1.3.1. Pronomes indefinidos

Os indefinidos presentes nos excertos em destaque ao mesmo tempo que adquirem valor negativo, privativo, prestam-se a generalizações típicas dos textos legais, sem que, por isso mesmo, se recubram de imprecisão. Antes pelo contrário, uma vez que as palavras indefinidas não são necessariamente indeterminadas.

“**Nenhum** empregado poderá tirar, ou extrair, nem consentir que se tire ou extraia livro **algum** impresso, ou manuscrito, nem coisa **alguma** pertencente à Biblioteca; e todos terão sumo cuidado, e indispensável obrigação de dar conta logo imediatamente ao Prefeito de qualquer notícia ou espécie que entendam sobre isto, para que tome logo a providência conveniente, ou informe ao Ministro Diretor segundo as circunstâncias.”

Estatuto – 1821 - § XXIX

“A **ninguém** se emprestará livro **algum** para fora da Biblioteca sem licença do Imperador”.

Regulamentos – 1823 e 1824  
Parte 1 – Regulamento Público

“**Nenhum** livro em brochura será emprestado ao público, a não ser revistas literárias e científicas nacionais e estrangeiras, e mesmo assim a pessoas que fizerem estudos sérios, ou que pelos seus precedentes nas Biblioteca houverem provado o seu zelo no modo de tratar os livros”.

Regulamento – 1876  
Da Leitura Pública – Art. 25º

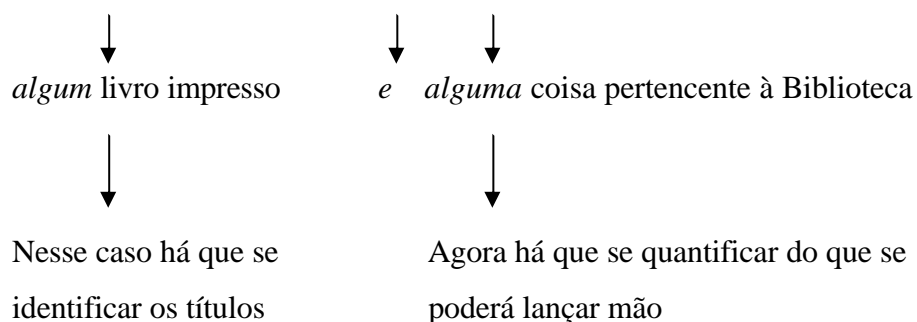
“**Nenhuma** estampa solta será mostrada ao público sem licenças expressa do chefe da sessão; esta proibição não se estende às fotografias.”

Regimento – 1876  
Da Leitura Pública – Art. 35º

Observamos que os pronomes em questão ora são indefinidos propriamente ditos, ora indefinidores, quando incidem sobre os substantivos empregados: livro e estampa. E ao indefinirem quanto a uma possível referência ou a uma quantidade determinada de objetos, abrigam a hipótese de que não há margem possível para que alguma exceção se abra em função deste ou daquele leitor.

O emprego, por sua vez, posposto de *algum* ao substantivo, além de denotar valor negativo, permite-nos perceber que antes de um nome contável (livro) indefine quanto à identidade; antes de não contável ou de termos a indicar generalidade extrema (coisa) indefine quanto à quantidade. Isso parece confirmar-se se por oposição contrastarmos as seqüências:

“livro *algum* impresso (...) *nem* coisa *alguma* pertencente à Biblioteca”



Embora em ambos os casos se esteja lidando com indefinidores, observa-se que nas seqüências parafrásticas, o enunciado se torna mais vago, impreciso do que no que encontramos expressos nos documentos originais, reforçando a idéia de possibilidade de acesso ao acervo por parte do público, contrariando o que se vinha dizendo.

Quanto ao indefinido *ninguém*, constante ainda na seqüência discursiva referente aos Regulamentos de 1823 e 1824, podemos considerar que significa *nem uma única pessoa* ou *nem um único membro* de um grupo particular. E mesmo que prerrogativas continuassem a existir, os rigores da lei são suavizados, ao se abrirem precedentes as pessoas comuns, talvez de origem não nobre. Tal expressão perde espaço para a palavra *público* nos textos de 1876. Essa substituição poderia indicar que a proibição se estendesse a todos quantos da BN fizessem uso, no entanto, no mesmo artigo, fica patente que algumas pessoas são merecedoras de deferência especial, caso fique comprovado que sejam pesquisadoras ou freqüentadoras confiáveis.

“**Todos os** empregados evitarão quanto lhes for possível visitas que os distraiam da obrigação de que estão responsáveis à Biblioteca, e se algumas forem indispensáveis cuidarão em as tomar, aonde não sirvão de distração a quem estuda, e avisarão algum companheiro que faça as suas vezes, se estavam em ocupação que exija tal prevenção.”

Regulamento – 1821 - § XXV

“**Nenhum**<sup>68</sup> poderá admitir visitas, nem entreter longas conversações na Sala Publica de leitura, durante o tempo, em que estiver; e quando fechada, não entrada a neinguem, sem prévia licença do Ajudante Bibliotecário.

Regulamento – 1824  
Parte 1 – Serviço Particular – Das Obrigações Gerais

Em *todos os empregados*, “*todos os*” indefine a quantidade. Faz referência ao total de elementos de um grupo particular, ao mesmo tempo que faz referência a cada um de seus membros em particular. Seria como dizer: cada empregado evitará quanto lhes for possível visitas que os distraiam.

O indefinido *nenhum* é generalizante e, se opõe a “alguém”, referência a qualquer pessoa sem identificá-la. Neste caso, *alguém* por *nenhum* tornaria mais vaga e imprecisa a determinação, uma vez que poderia fazer pressupor que dentre os inúmeros profissionais haveria alguns, e não todos, que pudessem ser beneficiados com uma

---

<sup>68</sup> Neste documento, a referência é feita a oficiais, ajudantes, amanuenses, serventes e livreiros. encadernadores)

possível permissão para receberem visitas. Na verdade, de 1821 a 1824, percebe-se que as prescrições expressas nos regulamentos ganham foros de maior rigidez.

“Serão admitidas **todas** as pessoas, que se apresentarem decentemente vestidas, e sem capote”.

Regulamentos – 1823 e 1824  
Parte 1 - Regulamento Público

“Na biblioteca serão admitidas **somente** as pessoas, de ambos os sexos, maiores de 14 anos, que se apresentarem decentemente vestidas”.

Regulamento – 1876  
Da Leitura Pública – Art. 21º

No confronto entre “todas as pessoas” e “somente as pessoas”, percebe-se que o foco da negação se desloca de uma abrangência mais generalizante (1823-24) para uma restrição mais marcada (1876). O diferencial ainda se faz devido ao fato de em 1876 se fazer menção à idade mínima e ao sexo dos leitores. Naqueles primeiros cinqüenta anos, o perfil dos freqüentadores mudara, ainda que as exigências se mantivessem.

\*\*\*

A neutralidade e a generalidade de que o discurso de natureza jurídica procura recobrir-se é afetada aqui pela presença de um sujeito enunciador institucional que se traduz nas várias marcas de subjetivação. Pode-se dizer junto com Maingueneau (1991: 108) “que o texto é constantemente habitado pela presença de um sujeito que situa seu dizer (...) no que carrega julgamentos de valor (modalidades apreciativas)”. Mesmo então em um texto que se propõe objetivo, neutro, como o jurídico, a enunciação acaba por implicar certa atitude do enunciador em relação ao que diz. Daí afirmar-se (Maingueneau, *Id. Ib.*: 114) que

“em algum caso não se pode separar o que é dito da maneira como é colocado. A modalidade se define como a forma lingüística de um julgamento intelectual, de um julgamento afetivo ou de uma vontade que um sujeito enuncia a propósito de uma percepção ou de uma representação de seu espírito”.

E todo esse processo discursivo de produção de sentidos não se configura numa relação solitária entre o enunciador e o que ele diz: o enunciador está sempre preso na relação com seu co-enunciador, aqui no caso com o sujeito-leitor.

Além das instâncias modalizadoras, existe um bom número de nomes – e o adjetivo aí se inclui – que implicam também uma apreciação, constituindo um lugar privilegiado da subjetividade (Maugeneau, 1996: 133), uns marcados de maneira estável como positivos ou negativos dentro da língua; outros com valor flutuante de acordo com os posicionamentos dos enunciadores. No nosso caso, queremos crer que os adjetivos empregados marcam de modo estável aspectos negativos relacionados ao sujeito-leitor e suas práticas. Por isso livros podem ser *proibidos*, assim como também proibido é passear e falar em voz alta. E a quem não está adequado às normas lança-se o epíteto *defeituoso*. Aos reincidentes, denomina-se *incorrigível*.

Também os verbos são igualmente suscetíveis de veicular modalidades apreciativas como em “não se deve *deslizar* do dever”, o que implica dizer-se que os que não cumprem com o dever não são dignos de figurarem no quadro de leitores tomados como ideais.

Assim, na letra da lei, o leitor imaginário vai-se pré-figurando, ganhando contornos com base em uma subjetividade que busca se apoiar em códigos culturais que normatizam o uso da biblioteca e de seu bem mais precioso – o livro.

## 7.2. A questão da língua nacional na letra dos regimentos

A Real Biblioteca, aquela que um dia fora denominada *Alfaia preciosa da Coroa de Portugal, que tantos desvelos tem merecido*<sup>69</sup>, mas que *foi feita Pública pela Munificência de Sua Majestade, o Imperador, estando debaixo de Sua Particular e Imperial Proteção*<sup>70</sup>, em 1876, determina que se dirija a publicação dos Anais da Biblioteca Nacional.

---

<sup>69</sup> Estatutos de 1821.

<sup>70</sup> Artigos Regulamentares para o Regimen da Biblioteca Imperial e Pública de 1823.

2º § Conservar e ter em dia um inventário completo da Biblioteca, já no que respeita ao depósito literário (...).

3º § Assinar os recibos de **todas as publicações nacionais**, que as tipografias, estamarias, litografias e oficinas fotográficas **do Império** enviarem à Biblioteca.

Do Secretário (Art. 12º )  
1876

E se é verdade que o Império não aparece predicado como do Brasil no Estatuto de 1821 e nos regulamentos posteriores, nome que só aparecerá no regulamento elaborado após a Proclamação da República

4º § Assinar os recibos de todas as **publicações nacionais** que as tipografias, estamarias e oficinas fotográficas **do Brasil** enviarem à Biblioteca.

Da Biblioteca  
1890

subentende-se que se esteja tratando de um império e de publicações brasileiras. Assim, de Real Biblioteca à Biblioteca Nacional, um percurso se empreendeu com escalas em um período em que foi denominada Pública Imperial. Cada uma dessas denominações corresponderam a momentos históricos em que o Brasil ia-se firmando como nação reconhecidamente independente.

Tal independência também caracterizaria a instituição que, de “alfaia preciosa da corte portuguesa”, paulatinamente ganharia contornos de instituição brasileira, a se adaptar aos novos tempos e às demandas leitoras diversificadas. De Biblioteca Real portuguesa à Pública da Corte brasileira, estaria posta à disposição de tantos quantos desejassem usufruir de boa parte de seu acervo. A serviço de uma nação emergente, a BN revestia-se do papel de guardião da língua que já se oficializara um século antes.

Os chefes de seção são incumbidos da polícia interir, e de velar por que os empregados cumpram rigorosamente os seus deveres. Compete-lhes:

(...)

9º § Reclamarem do secretário a entrada de **qualquer publicação nacional** que não tenha sido remetida para a Biblioteca. **Acompanhando para isso o movimento literário do país**, os chefes de seção empregarão todos os esforços a seu alcance para completarem-se as **coleções nacionais** existentes na repartição.

10º § **Organizarem-se de todos as publicações nacionais um catálogo** especial, que para o diante, quando se julgar completo, e sem prejuízo dos outros catálogos, a Biblioteca publicará **sob o título de *Dicionário bibliográfico brasiliense***. Este catálogo especial deverá ser feito como o maior número de esclarecimentos possível, e segundo o plano proposto pelo bibliotecário e aprovado pelo Ministro do Império.

Dos Chefes de Seção (Art. 6º)  
1876

As seqüências em destaque constroem sentidos para língua e literatura nacional na constituição do país Brasil, uma construção imaginária a conferir-lhe identidade. Por ser mais abrangente, a denominação *nacional* deixa em aberto o nome do idioma a que é necessário nomear. Isso parece nos remeter à discussão de 1826/1827, quando um lei de 15/11/1827 estabelecia que se ensinasse nas escolas a Língua Nacional. Segundo Guimarães (2000: 170),

“ (...) Essa lei é aprovada como parte de uma lei enunciativa na qual se deram anteriormente as discussões em torno de uma proposta do Deputado José Clemente Pereira que pretendia estabelecer que os diplomas dos médicos cirurgiões fossem ‘em língua brasileira, que é mais própria’. A lei de 1827 nomeia a língua da Nação Brasileira por Língua Nacional, ‘resolvendo’ a discussão instaurada pela proposta do deputado.”

Predicar, portanto, nacionais as publicações aparentemente resolve a questão de se estar referindo a uma obra escrita em língua portuguesa ou em língua brasileira. O objeto a ser designado parece dado como conhecido e a expressão que

remete a uma Língua Nacional parece, afirma Guimarães (*Id. Ib.:* 171), produzir um outro efeito de pré-construído decorrente: o de que se fala na nação brasileira uma só língua. Uma memória que já vinha sendo sustentada desde a ação de Pombal no século XVIII. Ou seja, acrescenta ainda Guimarães (*Id.Ib.:* 171), “estamos diante de um pré-construído constituído a partir da relação de colonização portuguesa no Brasil”. O nome do Idioma Nacional do Brasil é a língua portuguesa, pressupondo-se ser este um instrumento de civilização superior às línguas indígenas locais. Isso faz com que a história do Brasil se identifique como a de um povo civilizado, que, assim sendo, só se expressa por meio de uma língua de civilização, vinculando-se definitivamente a língua portuguesa à nação brasileira

Como lembra-nos Dias (1996: 63), a “língua brasileira teria como referente a ‘fala naturalizada’, cuja ancoragem seria uma posição que longe de enfrentar a questão da referência da língua, em relação a referência à diferença social agregada à modalidade, coloca-se alheia a ela”. A brasilidade seria concebida em relação a uma imagem não ainda aqui romântica de país, mas na de um corpo de falantes que se constituem numa nação que, de alguma forma, começa a se esboçar, ainda que, como sugere Dias (*Ib.* 63), o homem do Brasil permaneça “configurado como ‘homem da terra’ e não como cidadão de uma nação”.



## 8. Gabinete Portuguez de Leitura: guardião da língua e da cultura portuguesas

Abordaremos a seguir certas condições de produção no que concerne especificamente à implantação e funcionamento do (R)GPL, ainda que nós possamos nos reportar à BN em alguns momentos de nossa exposição. As considerações que ora apresentamos têm como base alguns dos documentos especificados anteriormente, ou seja, atas e relatórios, em especial os rememorados na edição comemorativa<sup>71</sup> por ocasião das festividades do seu 140º aniversário. Incluem-se aí notas jornalísticas, discursos proferidos em solenidades. Enfim, textos produzidos no e/ou sobre o (R)GPL, cuja origem cabe especificar. Agrupamos os textos de modo a que discursos *do* e *sobre* o (R)GPL ganhassem visibilidade.

Discursos do (R)GPL	Sigla de Identificação
1. Primeiro Relatório da Diretoria do Gabinete, produzido em 10/09/1837.	Relat.1/(R)GPL
2. Discurso proferido pelo Presidente Dr. José Marcelino da Rocha Cabral, quatro meses depois da fundação.	Disc/set.1837/R.Cabral
3. Pronunciamento sobre relatório da diretoria, em 25/06/1871, assinado por Reinaldo C. Montoro, Manuel S. Zenha e Caetano P. Fonseca.	Doc.comiss./1871
4. Discurso pronunciado por Eduardo Lemos em 1878, intitulado “ Apelo à colônia portuguesa”.	Apelo.Lemos/1878
5. Relatório de atividades (1880-1888).	Relat./1880-1888
6. Reprodução da legenda que encima o pórtico da biblioteca, já no prédio da rua Luís de Camões, da autoria de Albino Souza Cruz.	Pórtico/A..S.Cruz/1887

<sup>71</sup> CASTRO F. , Manoel F. de. *Fundamentos e Actualidade do Real Gabinete Português*, 1997. Os textos encontram anexos (p. 180)

Também é interessante observar em que medida os discursos do (R)GPL reverberam, ressoam em outros tantos que sobre ele tratam. Ainda com base no livro comemorativo, selecionamos os seguintes textos.

Discursos sobre o (R)GPL	Sigla de identificação
1. Descrição presumida da fundação da instituição, em 14/05/1837, elaborada por Carlos Malheiros Dias, a partir de consultas a litografias de época e narrativas contemporâneas.	Descr.fundação/C.M.D.
2. Matéria sobre o (R)GPL, publicada pelo <i>Jornal do Comércio</i> , em 23/12/1888.	JC/dez.1888
3. Considerações tecidas por ocasião da comemoração do 1º centenário (1937), pelo orador português Ricardo Severo <sup>72</sup> .	Com.1º Cent./Severo
4. Discurso proferido pelo professor Antônio Augusto Mendes Correia, durante as comemorações do 1º centenário (1937).	Disc./1º Cent/A.A.M.C.
5. Discurso do Dr. Augusto de Lima Jr., durante os festejos do 1º centenário (1937).	Disc./1º Cent./A.L.
6. Texto do professor Antônio Rodrigues Tavares e colaboradores, em homenagem aos 140 anos do (R)GPL (1977) <sup>73</sup> .	Liv.140/A.R.Tavares
7. Discurso de Austregésilo de Athayde, realizado em 1977, por ocasião do 140º aniversário do (R)GPL.	Disc.Athayde/1977

Convém observar também quais recortes importaria à própria instituição fazer para falar de si e, em que medida, seriam reveladores de um projeto político que se pretendia para a normatização do Português. Tais documentos (re)constroem regularidades discursivas, as quais pretendemos compreender.

<sup>72</sup> Pessoa ligada ao (R)GPL desde seus doze anos, quando ganhou um primeiro prêmio devido a um trabalho apresentado à instituição.

<sup>73</sup> Os enunciados, esparsos, foram selecionados para análise do capítulo introdutório e de comentários feitos pelo autor, ao longo dos dois primeiros capítulos do livro *Fundamentos e Actualidade do Real Gabinete Português de Leitura* (1977), acerca de textos elaborados sobre a instituição.

Para que esses objetivos fossem atingidos, procuramos observar a natureza dessas seqüências a partir dos enunciados em que se inserem, produzidos em épocas diferentes, desde a fundação do (R)GPL. Buscamos organizá-los, a princípio, cronologicamente e, assim, verificar, por confronto, o que se mantinha discursivamente, em momentos diferentes na existência da instituição, e instituir uma memória que se projetou desde sempre no futuro em termos de validação do português como idioma nacional e de projetos de constituição de leitor.

Reiteramos, pois, que levamos, a princípio, em consideração trechos já recortados pelo próprio (R)GPL, sabendo de antemão que eles representam a imagem que a instituição espera que dela se faça. Não há neutralidade nas escolhas, o sabemos, por sermos determinados ideologicamente. Assim sendo, novos recortes fizemos a partir desse mesmo material, cotejando-o com as versão originais e integrais que lhe serviram de base.

Cabe destacar ainda o esclarecimento que se apresenta na edição comemorativa, assinado pelo Diretor Presidente. Diz ele, quanto à forma de elaboração de cada uma das partes que integram o livro, que se poderá observar a “existência de repetições [grifo nosso] que não se prejudicam, antes reforçam passagens, relatos ou citações em diversas páginas do livro. Tudo com o intuito de exaltar a contribuição que se fez para o conhecimento do que foi, do que é e do que faz o Real Gabinete Português de Leitura” (Silva, 1977, 10). Entendemos que tais repetições resultam de reafirmações, reiteraões. Mas, ainda assim, antes de se considerar um defeito, o mesmo, ao se repetir, pode deslizar e revelar condições outras de produção de sentidos. Daí dizermos que não nos surpreenderíamos se nos deparássemos com ressignificações, posto que o projeto da instituição poderia, em algum momento de sua história, falhar, dadas as condições de produção outras existentes em terras estrangeiras.

Pelo confronto entre a materialidade discursiva que compõem as seqüências destacadas, buscamos fazer um levantamento de

1. expressões que são empregadas para nomear o (R)GPL
2. expressões que nomeiam as pessoas a ele ligadas, diretamente ou não, em situações distintas, determinadas por condições de produção específicas;

3. enunciados que expressam objetivos e o fazer da instituição, desde a sua fundação até a década de 70, do século XX, ocasião em que foram comemorados os 140 anos do Gabinete.

*No quadro que se segue, encontraremos a seleção de recortes, organizados segundo os critérios já expostos.*

O fazer	RGPL nomeado	menção a pessoas
<p><b>Discursos do (R)GPL</b></p> <p>...dar <u>precedência às obras portuguesas</u>;</p> <p>...coligir as <u>obras e manuscritos de mérito na Língua portuguesa</u> – como por devermos essa <u>homenagem à nossa Pátria</u>;</p> <p>...fazermos um <u>serviço ao País em que residimos</u>, cuja literatura se confunda com a nossa.</p> <p style="text-align: center;"><b>Relat.1/RGPL</b></p> <p>...cujo fim é a <u>cultura do espírito</u>;</p> <p>...promover o <u>zelo patriótico</u>;</p> <p>...cooperar eficazmente para a <u>restauração da antiga, da imensa da incomparável glória de sua Pátria!</u></p> <p>...(fazer com que) os <u>portugueses acompanhem a marcha rápida das nações</u>, que correm primeiras para o <u>mais elevado ponto de civilização</u>.</p> <p style="text-align: center;"><b>Disc./set.1837/R.Cabral</b></p> <p>...aumentar-lhe<sup>74</sup> o <u>pecúlio intelectual</u></p>	<p>...a associação</p> <p>...empresa que honra o nome da população desta capital</p>	<p>...o <u>Povo irmão</u> que nos acolhe (os brasileiros)</p> <p>...o <u>grande Povo</u> (os portugueses)</p> <p>...<u>beneméritos da Nação</u> a que pertencem (os portugueses)</p> <p>...<u>obreiros do progresso popular</u></p> <p>...<u>amigos e admiradores do</u></p>

<sup>74</sup> O pronome *lhe* remete ao próprio (R)GPL

<sup>75</sup> Tomamos este material como “híbrido”, por reunir, ao mesmo tempo, textos cuja narratividade tanto pode remeter aos enunciados *do* (R)GPL quanto aos *sobre* ele proferidos e escritos. Sendo um livro escrito sob encomenda do gabinete, carrega em si o olhar da instituição sobre o seu passado, comprometido ideologicamente com as formações discursivas que atravessam o imaginário que lhe constitui.

<p><u>...testemunhar ao futuro o amor dos portugueses emigrados pelo progresso da instrução e pela honra crescente de seu nome neste país hospitaleiro e irmão.</u>  <u>...(fazer) ser livre pela instrução adquirida</u>  <u>...enobrecer toda a colônia pelo seu fim civilizador</u></p>	<p><u>...associação que enobrece toda a colônia</u></p>	<p>Gabinete  ...portugueses emigrados  ...colônia</p>
<p><b>Doc.comiss./1871</b></p>	<p>...associação  ...o Gabinete</p>	<p>...associados  ...nossos <u>conterrâneos aqui estabelecidos</u>  ...a colônia portuguesa no Rio de Janeiro  ...lutadores obscuros</p>
<p>...vegetar pensamento no solo aliás ferassíssimo em se acha plantado.  ...trabalho e <u>cultura do espírito</u> (...) podem <u>combater as necessidades da vida.</u>  ...<u>promover o bem</u></p>	<p>...<u>obra</u> iniciada pelo Dr. Rocha Cabral  ...esse <u>monumento erguido</u>  ...esse <u>templo augusto da nossa nacionalidade no Rio de Janeiro</u>  ...<u>aliança fecunda dos destinos literários dos dois povos</u>  ...<u>padrão, verdadeiro orgulho e desvanecimento da sua nacionalidade</u></p>	<p>...<u>esforçados companheiros</u> (de Rocha Cabral)</p>
<p><b>Apelo.Lemos/1878</b></p>	<p><b>Rel./1880-1888</b></p>	<p>...42 <u>atores</u>  ...42 <u>admiráveis visionários</u>  ...aquele <u>patriótico grupo</u></p>
<p>...<u>aos portugueses honrar-lhe o nome e a história</u> (referindo-se a Portugal)  ...<u>manter</u> (a obra) <u>viva, palpitante, atualizada, de olhos voltados para o futuro, empenhada em acompanhar</u> a par e passo todas as <u>manifestações de espírito orientadas para o bem da Humanidade</u></p>	<p>...<u>eternizar, pelo idioma</u> opulento e formoso, suave e forte, <u>o entranhado amor</u>, a carinhosa afeição, o sentimento religioso <u>que com o sangue nos é transmitido</u> pelas ligações delicadas e puras de família.</p>	<p><b>Discursos sobre o (R)GPL</b></p>
<p>...criar um estabelecimento com intuito de sua ilustração, a <u>ilustração geral</u> e de concorrer</p>	<p>...estabelecimento</p>	<p><b>Discursos sobre o (R)GPL</b></p>

<p>para <u>restaurar a glória literária de sua pátria</u></p> <p><b>Descr. fundação/CMD</b></p> <p>...fará <u>unir brasileiros e portugueses</u></p> <p><b>JC/dez.1888</b></p> <p>...adoração dos <u>símbolos sacrossantos</u>  ... (adoração) dum culto cívico para <u>exaltação da síntese augusta duma pátria</u>  ...intuito para a <u>cultura do espírito, desenvolvimento da razão</u> e aperfeiçoamento das condições de produção, nas ciências, artes (...) e na <u>organização social</u>  ...visava (...) cm fervoroso entusiasmo o <u>levantamento do nível da Colônia para a altear no crédito de estranhos</u>, para melhor servir a 2º pátria e <u>timbrar de orgulho nacional na velha metrópole</u></p> <p><b>Com.1º Cent./Severo</b></p>	<p>...patrimônio comum à memória dos grandes homens</p> <p>...uma <u>veneranda Sé de Portugal</u>  ...<u>Sé primaz</u>  ...<u>Estabelecimento criado por portugueses</u>  ...<u>fundação portuguesa</u></p>	<p>...aquele (grupo) tão <u>sonhador</u>  ...Todos imbuídos do <u>espírito de fraternal solidariedade</u>.</p> <p>...<u>grandes homens</u></p>
<p>...<u>prestigiar a língua, as letras e a história pátrias</u></p> <p>... (aglutinar para) tornar coesa e útil a colônia (portuguesa)  ... (fomentar) <u>iniciativas da benemerência</u> e de solidariedade humana</p> <p><b>Disc./1º Cent./A.A.M.C</b></p>	<p>...<u>hospedeira incomparável</u>  ...<u>centro de actividades culturais</u>  ...<u>núcleo aglutinador</u> de esforço para a coesão e utilidade da colônia</p>	
<p>...<u>representar a imagem de Portugal</u> no coração do País que ele fundou há 4 séculos</p> <p><b>Disc./1º Cent./A.L</b></p>	<p>...<u>austera construção manuelina</u>  ...<u>templo</u>  ...esse benemérito Gabinete Português de Leitura  ...melhor <u>monumento</u></p>	<p>...<u>portugueses de relevo social e mental</u></p>
<p>...reconstituir a amizade, a fraternidade, a <u>aliança de sangue e de língua existente entre portugueses e brasileiros</u>.</p> <p>...construir um movimento à intelectualidade, uma biblioteca.</p>	<p>...uma biblioteca  ...a segunda biblioteca da gloriosa cidade do Rio de Janeiro  ...uma das maiores do Brasil, mais</p>	<p>...<u>imigrantes trazidos pela luta entre o absolutismo de D. Miguel e o constitucionalismo do futuro D. Pedro IV</u></p>

<p>...representar o gênio de um povo português, do gênio do povo brasileiro.  <u>...levar àqueles que falam a língua comum, o nosso idioma</u>, o nosso apoio, o apoio do nosso espírito e através dessa língua que exprime esse espírito.  <b>Disc.Athayde/1977</b></p> <p><b>Discurso sobre/do (R)GPL<sup>75</sup></b></p> <p>...(cultuar) suas abnegadas <u>origens</u>  ...<u>fluir na senda do progresso</u>  ...<u>manter os leitores a par do que se passava</u> em Portugal, no Brasil e no Mundo  ...formação de biblioteca para <u>ensinamento e recreio do espírito</u>  ...<u>difundir e pôr em prática</u> as suas <u>humanitárias idéias</u>.  <b>Liv.140/A.R.Tavares</b></p>	<p>prestigiosa e mais ilustre</p> <p>...<u>organismo vivo</u>  ...a <u>mais antiga Associação Portuguesa do Brasil</u>  ...<u>magnífica obra com o cunho de perenidade</u>  ...<u>1ª biblioteca pública de uma entidade privada</u> em toda a América Latina  ...<u>sacrário de luso-brasilidade</u></p>	<p>...<u>portugueses do Brasil</u>  ...homens que na verdade cavoucaram os firmes alicerces onde veio a apoiar-se toda uma (...) obra  ...esses <u>homens fabulosos</u>  ...<u>liberais de formação</u>  ...<u>(esses homens) além do seu tempo</u> na sua terra  ...<u>(homens) que não suportam a ticanhez</u> e as grilhetas <u>miguelistas na Pátria</u>  ...homens bons  ...<u>homens honrados e distintos</u>  ...<u>varões pretestantes</u>  ...<u>homens robustos pela fé</u> e pela abnegação</p>
---	--	--

Entrecruzando essas recortes que fizemos a partir das seqüências que, por sua vez, constam na edição comemorativa de 1977 e de outros tantos arrolados a partir da nossa leitura de atas e de relatórios, pudemos observar que, ao longo de todo esse tempo, enunciados se alternaram e se repetiram construindo cumulativamente paráfrases que tornam visível a imagem do lugar do leitor, na sua relação com a língua e a nação. Tal jogo enunciativo marca a instituição voltada para a consolidação da Língua Portuguesa como língua nacional em terras brasileiras. Isso é reiterado ainda mais fortemente no discurso do acadêmico Austregésilo de Athayde (1977) por ocasião dos 140 anos da instituição, para quem língua e sangue portugueses se aliam inapelavelmente.

É preciso destacar que em diversos momentos, na voz dos inúmeros oradores, percebe-se que a Pátria referida, e à qual se devem todas as homenagens, é Portugal. Nesse caso o Brasil é local de exílio, desterro, simulacro de um Portugal deixado para trás, em que se rememoram os grandes feitos passados, materializados pela/na língua. O que se observa é a reafirmação, ou revalidação de um território, de uma pátria transladada, a qual só se torna visível “porque existe a história das conquistas de Portugal, com sua memória de reis e conquistadores lendários” (Mariani, 2001: 105). Nos discursos dos primeiros tempos, procuram fazer-nos perceber tal referência mediante o emprego de pronomes possessivos e pessoais, o que de algum modo gera ambigüidade, logo desfeita quando se especifica a que pátria de fato se está referindo.

#### Discursos do (R)GPL

- ... “restaurar a glória literária de sua pátria” (1837)
- ... “homenagear a nossa pátria” (1837)
- ... “promover o zelo patriótico” (1837)
- ... “aos portugueses honrar-lhe o nome e a história” (1888)



### Discurso sobre o (R)GPL

- ... “representar a imagem de Portugal no coração do País que ele fundou” (1937)

No discurso *sobre*, assume-se mais explicitamente estar-se instituindo um lugar de memória para fazer saber ao Brasil que este deve a Portugal sua língua e o estatuto de nação. É, pois, a Portugal e à língua que lá se fala e escreve que convém preservar e instituir definitivamente no território que desde 1822 se tornara independente, mas que, no entanto, continuava sob o governo de portugueses ou de seus descendentes.

### Discursos do (R)GPL

- ... “dar precedência a obras portuguesas” (1837)
- ... “eternizar pelo idioma o amor com que o sangue nos é transmitido”

### Discursos sobre o (R)GPL

- ... “prestigiar a língua, as letras e a história pátrias<sup>76</sup>” (1937)
- ... “levar àqueles que falam a língua comum, o nosso idioma, o apoio do nosso espírito através dessa língua que exprime esse espírito

Assim sendo, o (R)GPL, ao se instituir como um bastião da preservação do idioma, nada mais fez do que promover uma intervenção político-lingüística que já vinha sendo implantada antes mesmo da chegada da Família Real, em 1808. Mais do que nunca, então, com a independência do Brasil,urgia assegurar o lugar da língua dos antigos colonizadores nesse novo país. Daí que a questão de nomeação da língua oficial

---

<sup>76</sup> É interessante constatar que, mesmo um século depois, enunciados reafirmem Portugal como a pátria à qual loas são dirigidas. Mais curioso, porém, é perceber que por ocasião dos 140 anos da instituição, se tenha escolhido um português para redigir o livro comemorativo. Ainda então se reconhecia a variante escrita portuguesa do idioma como a oficial da instituição.

da nação brasileira já se impunha na instância legal. Em 15 de outubro de 1827, inclusive, uma lei estabeleceu que “os professores ensinarão a ler, escrever segundo a gramática da Língua Nacional” (Dias, 1996: 12)<sup>77</sup>, isto é, da Língua Portuguesa. Não a que vinha sendo falada até meados do século anterior, mas a palaciana, a imposta pelos decretos anteriores, pelas instâncias de poder e para produzir efeitos de normatização e unidade lingüística, através da intervenção no processo de construção de uma brasilidade, menos subjugada aos valores europeus.

Tal iniciativa origina-se de fato de um efeito de pré-construído, a partir da relação de colonização, que preconiza um efeito de unidade, ou seja, fala-se no Brasil uma só língua, cunhada desde o período pombalino, cuja ação previra a proibição de qualquer outra que não fosse a portuguesa no ensino.

É preciso, por isso, entender, como em Orlandi (1997: 8), que conforme o Estado brasileiro se estabelecia, a questão da língua se evidenciava. “Língua e Estado se conjugam em sua fundação”, diz-nos a pesquisadora. Busca-se a sua unidade política através da imaginária unidade lingüística. Desse modo, embora se perceba que o sujeito que fala o português brasileiro seja distinto do que fala o de Portugal, há que se buscar uma unidade que justifique a identidade nacional. O século XIX foi um momento propício em que sociedades, línguas e nações se legitimaram como instituições em sua unidade.

Observamos também que, ao ratificar a Língua Portuguesa como idioma nacional, o (R)GPL objetivou principalmente contemplar dois aspectos, quais sejam:

1. manter os portugueses que aqui viviam a par dos acontecimentos de modo geral;

*Discursos do (R)GPL*

- ... “cujo fim é a cultura do espírito” (1837)
- ... “(fazer com que) os portugueses acompanhem a marcha das nações” (1837)

---

<sup>77</sup> Um ano antes, o deputado José Clemente Pereira já havia apresentado emenda no Parlamento do Império Brasileiro, propondo que os diplomas dos médicos fossem redigidos “em linguagem brasileira que é a mais própria” (*Annaes do Parlamento Brasileiro, 22 de junho de 1826, p. 264*).

- ... “testemunhar ao futuro o amor dos portugueses pelo progresso da instrução” (1872)
- ... “manter a obra viva, actualizada e empenhada a acompanhar manifestações de espírito” (1888)

*Discurso sobre o (R)GPL*

- ... “intuito de ilustração geral” (1837)

*Discursos sobre/do (R)GPL*

- ... “ensinamento e recreio do espírito” (1977)
- ... “manter leitores a par do que se passava (...) no Mundo” (1977)

2. prestar um serviço ao Brasil, *civilizando-o*, investindo-o de respeitabilidade ao incluí-lo no rol das nações progressistas que importa levar em conta no cenário mundial.

*Discursos do (R)GPL*

- ... “acompanhar a marcha rápida das nações que correm em marcha rápida para o mais elevado ponto da civilização” (1837)
- ... “fim civilizador” (1872)
- ... “cultura do espírito, desenvolvimento da razão e aperfeiçoamento da (...) organização social” (1937)
- ... “levantamento do nível da Colônia para altear no crédito de estranhos” (1937)

*Discurso sobre/do (R)GPL*

- ... “fluir na senda do progresso” (1977)

A instituição, por sua vez, é nomeada ao longo dos dois séculos, de modo a que nela se reconheça um papel maior do que uma simples biblioteca. É assim, diante do levantamento por nós empreendido, que ora ela é predicada como um monumento devotado à memória portuguesa como é posto nos primeiros textos, produzidos pelos sócios fundadores do (R)GPL, ora como centro de cultura e, até, como um local sagrado, tal como aparece nos textos produzidos por personalidades convidadas a participar dos eventos promovidos pela entidade.

#### *Discursos do (R)GPL*

- ❑ associação que enobrece a colônia (1872)
- ❑ obra (1888)
- ❑ monumento (1888)
- ❑ aliança dos destinos literários (1888)

#### *Discursos sobre o (R)GPL*

- ❑ patrimônio comum à memória (1888)
- ❑ veneranda Sé de Portugal (1937)
- ❑ estabelecimento criado por portugueses (1937)
- ❑ fundação portuguesa (1937)
- ❑ hospedeira incomparável (1937)
- ❑ centro de atividades culturais (1937)
- ❑ núcleo aglutinador de utilidade da colônia (1937)
- ❑ templo (1937)
- ❑ melhor monumento (1937)
- ❑ segunda biblioteca da gloriosa cidade do Rio de Janeiro (1977)
- ❑ uma das maiores do Brasil, mais prestigiosa e mais ilustre (1977)

*Discursos sobre/ do o (R)GPL*

- ❑ organismo vivo (1977)
- ❑ mais antiga Associação portuguesa do Brasil (1977)
- ❑ obra com cunho de perenidade (1977)
- ❑ 1ª biblioteca pública de uma entidade privada (1977)
- ❑ sacrário de luso-brasilidade (1977)

Quanto às pessoas ligadas ao (R)GPL, desde a sua fundação até recentemente, observamos que se autodenominam um grupo de “visionários” a quem os adjetivos mais recorrentes são admiráveis, sonhadores, grandes, honrados. São os portugueses (grande Povo) “imbuídos de espírito de solidariedade”, “beneméritos da Nação (portuguesa), em relação aos brasileiros (Povo irmão).

Interessante apontar a posição da palavra “povo”, iniciada por maiúsculas, dentro dos dois sintagmas, na relação com os adjetivos que a determinam em cada caso. Se pensarmos como Lapa (1977, 142), a anteposição do adjetivo ao substantivo reveste este de um certo valor afetivo, isso porque, nessa posição, normalmente ambos formam “uma espécie de grupo fraseológico, em que ambos os elementos perdem um pouco de seu valor, em proveito do conjunto. (...). O adjetivo aí posto também serve de exprimir as qualidades primitivas ou geralmente consagradas”. Isso corrobora para a valorização do elemento português, que se pretende ressaltar. Mas, por outro lado, essas expressões assim construídas podem, ao mesmo tempo em que denotam intensidade, comprometimento, constituírem-se em clichês. Assim pode ocorrer se lermos esses textos aqui apresentados sob um ponto de vista outro, comprometido ideologicamente com outras formações discursivas, às quais estejamos filiados.

Ainda tratando do emprego de adjetivos nos textos compilados, nota-se que inúmeras vezes são utilizados para produzir um efeito de gradação, conferindo ao enunciado maior intensidade, tal como em:

*Discursos do (R)GPL*

- ... “restauração da antiga, da imensa, da incomparável **glória** de sua Pátria” (1831)
- ... “manter (a **obra**) viva, palpitante, actualizada” (1888)
- ... “eternizar, pelo **idioma** opulento e formoso, suave e forte” (1937)

*Discurso sobre/do (R)GPL*

- ... “uma das maiores, mais prestigiosa e mais ilustre (1977)

Também vale a pena mencionar o emprego em maiúsculas da palavra “nação”, sempre que associada à Portugal.

Tudo parece concorrer para o engrandecimento desse país, conferindo-lhe importância a que não se deve olvidar, reconhecimento que se materializa na e pela linguagem e, por que não, no prédio de estilo manuelino situado no Rio de Janeiro. Ainda que se tenha que superar obstáculos, como os apontados por Eduardo Lemos em seu *Apelo à colônia portuguesa*, de 1878, documento já mencionado no capítulo 5, através do qual denuncia a indiferença dos portugueses aqui residentes em relação ao (R)GPL.

O que parecia estar acontecendo com aquele novo homem que se engrandecia a cada dia, desde o advento do espírito iluminista ainda no século anterior, ao valorizar a cultura e, por extensão, o livro? Principalmente nessa ocasião (segunda metade do século XIX), em que os livros já não sofriam a ação da censura a lhes impedir a circulação? Em discursos como esse e também nos que tecem elogios à instituição e à colônia portuguesa, percebe-se o propósito de se manter em evidência a cultura e a literatura portuguesas, mais do que qualquer outra, mesmo a brasileira.

A glória literária, por sua vez, diz-nos Carvalho (1999, 109), “perpetua-se a partir da língua portuguesa. Esta, por meio da literatura, impôs-se como o elo entre Brasil e Portugal”. Justamente o (R)GPL, ao qual será atribuído o papel de *sacrário de luso-brasilidade*, constituir-se-á no reduto em que questões literárias se tecem a questões políticas, mesmo porque, acrescenta Carvalho (*id.ib.*), desde os idos de 1837

“as bases ideológicas dessa instituição estão fincadas na memória do Portugal descobridor”, ao qual, por isso, se presta tributo e à língua que difundiu.

A literatura, tomada como instrumento ideológico, impôs-se como um “relicário da língua portuguesa no Brasil”. O objetivo, então, era dotar a biblioteca do maior número possível de obras literárias portuguesas de expressão, desde o século XVI. E, de acordo com o discurso de Athayde (1977), nada mais pretender do que “levar àqueles que falam a língua comum, o nosso idioma, o nosso apoio, o apoio do nosso espírito e é através dessa língua que se expressa esse espírito”, dessa mesma língua instituída em memória e que, na palavra do acadêmico, é constitutiva dos sentidos de brasilidade.

Ainda nesse mesmo documento, ressalva-se que “brasilidade é (...) um conjunto de forças morais que nos dão caráter, de formações morais, que nos asseguram uma permanência digna no conjunto dos povos da humanidade”. Sendo que tais forças, virtudes, segundo o autor, advir-nos-iam por herança portuguesa; as teríamos, e fariam com que nos representássemos como grande nação perante o mundo. E conclui: “isto é que é o Brasil, o Brasil como reflexo de Portugal”. Como se vê, mesmo já se tendo passado 140 anos, o Brasil, ainda que considerado em sua autonomia política, não o fora em relação à autonomia lingüística. Um país soberano, sim, mas antes de tudo um *locus* a evocar a realidade de maneira imprecisa, incompleta, uma cópia, uma reprodução quem sabe imperfeita

No cotejo desses enunciados com os demais, que ocorrem em outras épocas, produzidos por outros autores, percebe-se que, na verdade, dá-se mesmo é o apagamento da brasilidade, entendida aqui sob outra perspectiva, do português brasileiro oral, em detrimento do outro português, o oficial, europeu, fruto de um “projeto de língua e nação formulados de acordo com o espírito humanista português”, assevera Mariani (2001, 100). E lembra a pesquisadora que desde o tempo das Academias Literárias e do Diretório promulgado, no século XVIII, tais projetos alicerçavam-se justamente “no encobrimento de uma historicidade brasileira, que vinha se constituindo com base no uso do português brasileiro e da língua geral” (Mariani, *id. Ib.*).

No caso aqui exposto, o que se preserva para que se projete e confirme no futuro é a ação de um grupo de homens, tidos como além de seu tempo, no sentido de estabelecer o Português como língua da sua Pátria na constituição dessa pátria outra, que é o Brasil, conferindo a este uma identidade que, em muitas circunstâncias, se confundiria ainda por muito tempo com a daqueles que o colonizaram.

Assim sendo, podemos concluir parcialmente, neste capítulo, que é possível depreender neste um conjunto de enunciados que, ocorrendo em momentos distintos na história do (R)GPL, “se encontram afetados por processos de significação produzidos pelo discurso da metrópole portuguesa” (Mariani, *ib.*:113) imaginária até pelo menos 1977, data do último documento tomado para estudo.

Ao analisarmos cada produção discursiva, articulando umas com as outras, buscamos perceber as filiações de sentido as quais estão ligadas, tendo como base uma formação discursiva predominante que perpassa os discursos, instituindo um lugar de memória que se pretendia e, inclusive, se conseguiu projetar no futuro. Daí as repetições encontradas nos diversos textos, produzidos em épocas diferentes que retomavam o já-dito, reafirmando-o.

Essa relação de determinação discursiva para o (R)GPL e para as pessoas com ele envolvidas evidenciam um retorno de um imaginário desde sempre existente e que já estava presente desde o século XVIII, a partir da publicação do Diretório dos Índios.

É sabido que os enunciados aqui arrolados, ao serem formulados, instituem o que deve ser dito e o que deve se silenciado, em contrapartida. Práticas discursivas configuram direções de sentido. No caso do (R)GPL, tal prática dá visibilidade a um Portugal a que o Brasil se deve espelhar, ou mesmo de quem deve incorporar valores. Parece-nos que se pretende preservar nesta terra bárbara, carente de civilização, um lugar para a terra e a língua lusitanas e, conseqüentemente, para um grupo aristocrático, os portugueses de relevo social e mental (1937), homens além do seu tempo na sua Terra (1977). Não se pode, portanto, *conspurcar uma cultura, uma língua tão valorosas; há que se preservá-las.*

O (R)GPL é uma entre outras instituições que surgiram no século XIX. Está na base da construção dos sentidos de nação e de língua. Em sua função



reguladora, como academia que é, deu início ao que Mariani (ib, 113) denomina de “processo de constituição de uma memória, cujo início se dá na inobservância da língua e realidades brasileiras”. Para isso, a utilização da língua portuguesa, materializada nas obras e manuscritos de mérito, é um meio para que se evite uma fuga de sentidos já há muito postos.

## 9. Real Biblioteca e Gabinete Português de Leitura: o leitor imaginário e uma memória de leitura que se projetam no futuro

O que haveria em comum entre o (R)GPL e a BN, no que tange à imagem de leitor e de leitura que almejavam projetar no futuro? O que essas instituições teriam, ou não, em comum quanto a esse aspecto? Acharmos pertinente confrontar os artigos e os parágrafos constantes dos documentos que compõem nosso *corpus* principal, isto é, o Regimento de Leitura do (R)GPL e parte da versão dos Estatutos da BN, de 1821, de modo que as questões das projeções ganhem visibilidade.

Os sócios do (R)GPL identificavam-se com uma imagem projetada de leitor idealizado, português, ao mesmo tempo que, com base nesse consenso interpretativo, construía um modelo de exclusão do *outro*, impedido durante algum tempo, inclusive, de fazer parte dessa seleta comunidade leitora. Nos primeiros anos, foi vedado aos brasileiros pertencer aos quadros da instituição. A Real Biblioteca, por sua vez, não se tendo instituído como agremiação que previsse ser freqüentada por associados, destinou-se, de início, aos membros da Família Real, como o fazia em Portugal. Em terras brasileiras, porém, não tanto tempo depois, em 1814, já o dissemos anteriormente, passou a permitir o acesso a todo aquele que o desejasse, sendo *estudioso* e desde que *munido de permissão oficial*.

Iniciemos nossas considerações pelos *Regulamentos de Leitura*, datado de 1857, no qual o sujeito-leitor era nomeado leitor em quatro dos 26 artigos. Em treze deles eram mencionados como ‘acionistas’ e ‘subscritores’. Segundo os Estatutos do (R)GPL (versão de 1864<sup>78</sup>, artigos 2º, 3º, 8º; 54º e 55º), por acionista entende-se todo aquele “que seja português, de reconhecida moralidade e honesta ocupação (...) tendo por direito “fazer parte da assembléia geral; requerer à diretoria a convocação extraordinária da mesma (...) propor à diretoria acionistas, subscritores (...); a propor reforma dos estatutos; a usar dos livros e periódicos; introduzir nele [(R)GPL] qualquer

---

<sup>78</sup> Embora as atas anteriores à década de 50 do séc. XIX mencionem os estatutos da instituição e suas necessárias reformas, não foi encontrado cópia dessa(s) outra(s) versão(-ões). Mesmo as bibliotecárias não sabem dar conta desses documentos nos arquivos tombados.

visitante; indicar obras de mérito, etc. Deveriam contribuir mensalmente com a cota de 500 réis. Já os subscritores podiam pertencer a qualquer nacionalidade, sendo aceitas pessoas de ambos os sexos, desde que tivessem ocupação honesta. A estes cabia o uso da livraria e mais objetos do Gabinete, para o qual deveriam contribuir de acordo com o número de meses subscritados, a saber: três meses, 4 mil réis; seis meses, 7 mil réis; doze meses, 12 mil réis, adiantados. Há várias projeções imaginárias aqui em jogo: ser português; ser português acionista; ser português de moral e de honesta ocupação. Todos esses traços instituem o sujeito-leitor-português, ao mesmo tempo em que instituem também, por exclusão, os demais sujeitos, os que seriam os devedores. Temos aqui um só pré-construído revelando dois imaginários que se constituem mutuamente: o eu/lá português (aquele que é pré-creditado); o outro/cá, o não português (aquele que é pré-endividado). Somos o “outro” construído pelo olhar europeu que também nos apaga, exclui, sem que eles se constituam o nosso “outro”. Eles são sempre o “centro”. Aos termos sócios e subscritores, no artigo 5º, acrescentam-se termos como “débito”, “crédito”, “lançamentos”, “registros” em diários de leitura.

**Art. 5º (R)GPL** No diário de leitura externa lançar-se-ão os volumes que saírem e entrarem, com designação dos números da obra e volumes, e do **acionista ou subscritor** que os levou, ou entregou; a estes **lançamentos** serão levados diariamente a **débito e crédito dos acionistas e subscritores** nos seus **livros de contas**, e das obras no **livro dos números** delas.

O objetivo, percebe-se, era controlar a saída e a entrada dos livros. Além de, também, submeter esse leitor, a quem se *creditava, debitava*, de quem se esperava que acatasse os termos do regulamento, mantendo a compostura na forma de urbanidade, *decência e silêncio*, como nos termos do Estatuto, no interior da biblioteca:

**Art. 14º (R)GPL** Os **periódicos** em folha avulsas, ou brochuras, **não poderão sair do gabinete**. O guarda os carimbará imediatamente que forem recebidos, e conservá-los-á sobre a mesa por espaço nunca menor de 15 nem maior de 30 dias, findo os quais os emassará, notando externamente os números e datas que compreender cada masso. O secretário

os fará depois encadernar em coleções mensais ou anuais, segundo mais convier. **Durante a estada dos periódicos sobre a mesa, qualquer acionista ou subscritor os poderá ler, logo que se achem desocupados, sem os pedir ao guarda.**

**Art. 15º (R)GPL)** É expressamente **proibido aos leitores e visitantes o mexerem nas estantes**; deverão pedir ao guarda qualquer obra que pretenderem ler ou consultar, e devolver-lha depois, a fim de **não transtornar-se a ordem da sua colocação.**

**Art. 16º (R)GPL)** Os leitores guardarão **sempre** no gabinete **absoluto silêncio**, e a **decência** que costuma haver em estabelecimentos de semelhante natureza.

Comparando-se os artigos acima mencionados com o parágrafo XI dos Estatutos da Real Biblioteca, percebe-se que, no caso abaixo, o sujeito-leitor sequer chega a ser nomeado, talvez porque já se saiba quem seja, ou, ainda, porque, é por meio dessa indefinição que o sentido adquire a generalidade que se espera de uma lei (...) termo que pode ser entendido em seus diferentes sentidos, incluindo-se, neste caso, o sentido jurídico (Pêcheux, 1990: 108).

**§ XI. (BN)** O Prefeito cuidará em que a Real Biblioteca esteja com toda a limpeza, e arranjo possível procurando corresponder com arranjo e **civilidade**, e **cortezania aos que tem faculdade e procurarem a Real Biblioteca para se instruírem facilitando-lhes os livros** que pedirem, e se lhe poderem confiar **conforme as Leis tanto Civis como Eclesiásticas sobre a leitura dos livros**; e se **algum dos que concorrem à real Biblioteca faltar ao respeito devido a tal Casa dará conta ao Ministro Diretor** sobre este ponto. Cuidará também o\_ mais que lhe for possível em **evitar** toda a **desordem**, e **rumor**, e assim também zelará que **não se escreva sobre os livros**, e que **estes não se manchem, maltratem, ou extraviem** procurando também que na Casa se **guarde silêncio**, e se **não se perturbe a atenção dos que estudam**. Como com o andar dos tempo se viu ser preciso haver na Real Biblioteca uma guarda militar **como a havia em Lisboa**; ao Prefeito pertence dar-lhe as Ordens que ela

deve observar, e avisar o Comandante do Corpo a que ela pertencer das faltas que ela fizer, não dando ao Comandante da Patrulha a gratificação estabelecida, senão no ato de ser rendido, se tiver cumprido com a sua obrigação.

O sujeito-leitor aqui, como já o dissemos, aparece indeterminado, marcado por pronomes indefinidos ou por construções passivas de natureza reflexiva: “aos que tem a faculdade de...”; “aos que estudam...”; “(aos que) procurarem a Real Biblioteca...”; “alguns dos que concorrerem à real Biblioteca...”; “se guarde silêncio...”; “não se perturbe...”; “não se escreva sobre os livros”. Em contrapartida, o elemento lingüístico – **ao** – filia-o a uma memória, a um complexo de formações discursivas.

Menos evasivo são os recursos lingüísticos utilizados para fazer menção aos membros da Casa Real, cuja posição sujeito-leitor é claramente identificada por *Pessoas Reais*, como se pode constatar no parágrafo XXVIII.

**§ XXVIII. (BN)** Sempre que para o serviço das Pessoas Reais se for buscar á Biblioteca alguma obra se entregará lo go **fazendo-se assento da Pessoa Real para que foi, e de quem a levou.**

A não nomeação do leitor ordinário, mediante recursos lingüísticos de indeterminação, indefinição apaga-o, silencia-o, diluindo-o em meio às injunções previstas pelas leis, estabelecidas pela instituição. Ao mesmo tempo parece remeter-nos a algum outro sujeito-leitor previsto, sabido e definido, a um sentido que já fora formulado, pensado em outro lugar, mas que pôde irromper.

Nesse jogo entre definição e indefinição estabelece-se uma diferença entre o que, no discurso, subsiste por si mesmo e o que faz referência a algo dito antes. Semelhante mecanismo se atualiza, por exemplo, na caracterização e na diferenciação de orações adjetivas explicativas e restritivas. Daí, segundo Henry (1990, 51), dever-se “considerar o caráter referencial ou não referencial de uma unidade e seus efeitos de sentido, nos quais intervêm tanto a sintaxe como fatores semânticos”.

Retomemos as seguintes estruturas:

(A Real Biblioteca procura) corresponder aos **que tem faculdade**  
**aos que procurarem a Real**  
**Biblioteca.**

(...) se algum dos **que concorrem à Real Biblioteca**

(...) não se perturbe a atenção dos **que estudam**

A que sujeito-leitor se faz referência exatamente? O que vem *antes*, a que a relativa se refere? É ainda Henry (ib.id), lembrando Millner<sup>79</sup>, que nos alerta para o fato de que a referencialidade é um efeito de sentido produzido pela possibilidade de admitir substitutos sinônimos. Dessa forma, poderíamos pensar na possibilidade de estabelecer relações parafrásticas, a partir das estruturas assinaladas:

(A Real Biblioteca procura corresponder) aos **que gostem de ler**  
**aos que têm permissão para ler**  
**aos que pertencem à Família Real**

(...) se algum dos **que tomam os livros emprestados**  
**dos que aqui freqüentam**  
**dos que pertencem à Família Real**

(...) não se perturbe a atenção dos **que buscam o saber**  
**dos que lêem**  
**dos que pertencem à Família Real**

---

<sup>79</sup> MILNER, J. C. *Arguments linguistiques*. Paris, Mame, 1973, 238 p.

Seja o que vier a completar os espaços, parece remeter a algo não contextual. Esse caráter de *substituibilidade* de que a paráfrase parece se revestir, “constituiria o objeto do discurso em objeto exterior em discurso, precisamente porque ele é suscetível de aí figurar por formas diferentes daquela que o representa sem que o sentido do discurso seja modificado”, assegura-nos, mais uma vez, Henry (op. cit: 52). Nestes termos, a noção de paráfrase supõe a noção de Formação Discursiva, pois tudo o que pode servir como substituto de uma dada unidade provém de uma dada posição, a qual se ocupa para se dizer o que se diz.

Nesse processo intervém a memória, posto que relações de paráfrases constituem o fundamento do “já-dito”, produzindo “o efeito de anterioridade, de *implicitamento* admitido, de pré-construído (Henry, 1977), o que faz supor os sentidos como sempre em processo, não concluídos, que não têm início nem fim, mas falam antes, ou como sugere Pêcheux (1997: 156):

“efeito/modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito ao mesmo tempo em que é ‘sempre-já-sujeito’. Essa discrepância (entre a estranheza familiar desse fora situado antes, em outro lugar, e o sujeito identificável, responsável que dá conta de seus atos) funcionam por contradição”.

E esse *antes* parece remeter a esse sujeitor-leitor advindo da realeza, se levarmos em conta que possivelmente os estatutos promulgados em 1821, nada mais fossem do que “cópia” de documento que já existira em Portugal, conforme informações oficiosas obtidas<sup>80</sup> durante pesquisa na seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Essa busca de semelhanças com o que ocorria em tempos de Europa parece se confirmar, se levarmos em conta o que se pode entender a partir do seguinte excerto: “...com o andar do tempo se viu ser preciso haver na Real Biblioteca uma guarda militar *como a que havia em Lisboa*”. O pronome demonstrativo alude a uma prática que se queria reproduzida no Brasil.

Quanto aos indícios da identidade de um sujeito-leitor outro (brasileiro?), poderíamos recuperá-los através do *dito*, em seus movimentos parafrásticos, na

---

<sup>80</sup> Esse comentário me foi feito, no setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, pela bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro. Segundo ela, não se encontrou ainda, nem mesmo em Portugal, nenhum documento anterior com o qual se pudesse cotejar os Estatutos de 1821. Crê a pesquisadora e funcionária da biblioteca que este documento guarde semelhança com o que deveria existir antes, em terras lusas.

construção entre o mesmo e o diferente, e do *não-dito*, ao qual todo dizer remete necessariamente, dada a incompletude da linguagem. Os regulamentos ao instituírem no imaginário esse leitor produzido como unidade para que o Estado, as instituições possam “capturá-lo”, possam exercer o controle sobre ele, parecem evocar, de certo modo, o sujeito-leitor-brasileiro, mesmo que nos primeiros tempos este não tivesse acesso aos livros.

Isso não nos permite, porém, confundir o *não-dito*, aqui na forma de algo ou alguém (posto) em silêncio, como implícito. Este é um modo de domesticação do *não-dito*, e cuja força recai no sobreposto pela intenção do locutor; aquele “é um sub-produto, um efeito particular” (Orlandi, 1992: 47) que “faz significar em outros lugares o que não ‘vinga’ em um lugar determinado” (*Id.ib.*: 13), suposto que o silêncio, não sendo complemento de linguagem, tampouco traduzível por palavras, desde que delas não deriva, é significante, ou antes, significa nele mesmo.

Esse silêncio de que tratamos, não o fundador (a iminência do sentido), mas o constitutivo, é que permite fazer significar no que se deixou de ser dito ou, ainda, fazer dizer-se algo para que outra ‘coisa’ não seja dita.

Logo, não sendo visível, representável ao analista, o silêncio pode ser apreensível, compreensível, mediante a consideração da historicidade inscrita na malha textual, seja em suas falhas, seja em suas rupturas. Para tanto, é necessário voltar-se para o processo de produção de sentidos.

E quais seriam os sentidos possíveis, mas indesejáveis (e por que o seriam?) na situação discursiva em que sujeitos-leitores portugueses se articulariam para instituir uma postura, uma leitura civilizadoras? Esses sentidos estão ligados a uma e não outra formação discursiva a que esses sujeitos permitem-se ocupar para refletir diferenças ideológicas, a partir de recortes no interdiscurso.

O lugar que aqui *não* se ocupa parece estar identificado justamente com os sentidos de *brasilidade*. Rejeita-se a instauração de uma possível nova ordem de sentidos, a qual poderia re-significar o que viera antes e instituiria uma outra memória. É a ratificação de decisões anteriores relacionadas à instituição da Língua Portuguesa como língua do Estado e dominante, ainda em tempos de Pombal, e, posteriormente, em



1827, à formulação oficial do Português como língua *nacional*, mesmo que, ao ter sido assim nomeada, evitasse-se designá-la seja como portuguesa ou brasileira.

O reconhecimento dessa ordem lingüística **talvez** representasse a desautorização de sentidos anteriores, circulantes no território brasileiro, com os quais não se sentissem identificados, não se achassem filiados. Embora o século XIX fosse um momento em que “práticas descolonizadoras” estivessem em curso, e, no nosso caso, a sociedade brasileira começasse a ter visibilidade e a ganhar legitimidade em suas instituições, poder político, havia toda uma elaboração regimental que, ao regular o funcionamento do (R)GPL e da BN nos primeiros tempos, apagaria os sentidos de uma discursividade advinda dessa brasilidade, de um *ser* brasileiro emergente. Confirma-se uma política de língua e de leitura nos moldes europeus.

Essa textualidade que corresponde a esses sujeitos-leitores-portugueses, e que os identifica como um grupo, que remete a uma procura de identificação como os sujeitos-leitores de nações tomadas como civilizadas, faz com que se distanciem de outros sentidos, ao excluírem necessariamente esse outro, o brasileiro, tido como pouco afeito às normas, às *leis*, espelho de um país incivilizado – estereótipo que ainda hoje assombra o imaginário que nos constitui.

Esse estereótipo parece cristalizar sentidos e é, como afirma Orlandi (1992: 128),

“o lugar em que o sujeito resiste, em que ele encontra um espaço para paradoxalmente, trabalhar sua diferença e seus outros sentidos. É uma forma de proteger sua diferença e seus outros sentidos. É uma forma de proteger sua identidade no senso comum, pois o estereótipo cria condições para que o sujeito não apareça, diluindo-se na universalidade indistinta”.

Ao mesmo tempo, entretanto, que esse sujeito-leitor do/no Brasil é silenciado ou não nomeado, tanto no Regimento do Gabinete quanto nos Estatutos da Biblioteca, temos um leitor, seja ele qual for, que, por ser determinado juridicamente, é passível de ser identificável e capturável, quando isso for desejável pelas instâncias reguladoras.

**Art. 19º (R)GPL)** Os acionistas para poderem usar dos livros fora do gabinete, devem previamente **assinar-se com seu nome e firma** por extenso no registro para esse fim destinado. Os subscritores assinarão da mesma forma em outro livro, sucessivamente, **sujeitando-se às disposições deste regulamento.**

As **senhoras geralmente**, e os homens que tiveram algum impedimento, poderão assinar **em sua casa**, para que o guarda, informado desse motivo pela pessoas interessada, lhe enviará o mencionado livro de registro pelo contínuo ou outra pessoas de sua confiança.

As mulheres já aparecem mencionadas neste documento. Observa-se, porém, que o lugar a que lhe é atribuído é o seio familiar. O advérbio “geralmente” neste contexto aponta para um outro “já-sabido em algum lugar” que identifica a mulher como alguém de quem não se esperaria disponibilidade, ou mesmo possibilidade, para circular pela cidade a todo e qualquer tempo. Ao contrário dos homens, cuja ausência só poderia mesmo justificar-se por um impedimento, de força maior.

**Art. 24º (R)GPL)** **Não poderão os livros ser transferidos a outras pessoas pelo accionista** ou subscritor que os levar, **ainda que** essas pessoas **terão as mesmas qualificações.** A diretoria espera o exato cumprimento desta disposição da honra dos acionistas e subscritores.

§ **XXVIII. (BN)** Se alguma vez suceder que o Ministro Director mandar **emprestar algum livro** impresso ou manuscrito, ou outra qualquer coisa da Real Biblioteca, o entregarão logo procurando haver **recibo de que se fará assento**, advertindo o Prefeito que **só por ordem escrita do Ministro Director poderá emprestar livros**; e o que neste se manda será impreterivelmente observado.

e passível de ser apenado, a partir de uma hierarquização entre aqueles a quem é permitido ler e os que não tem essa permissão:

§ **XXIX. (BN)** **Nenhum Empregado poderá tirar**, ou extrair, **nem consentir que se tire** ou extraia **livro algum** impresso, ou manuscrito, **nem coisa alguma pertencente á Biblioteca**; e todos **terão sumo cuidado**, e indispensável

obrigação de **dar conta logo imediatamente ao Prefeito** de qualquer notícia ou espécie que entendam sobre isto, **para que tome logo a providência conveniente, ou informe ao Ministro Diretor** segundo as circunstâncias.

**Art. 26º (R)GPL)** Se algum acionista ou subscritor **extraviar ou estragar algum livro** de tal sorte que no juízo do 1º secretário seja **necessário substituí-lo**, entregar-se-ão os volumes restantes no caso de os ter a obra, e pagará o preço de seu custo, segundo o livro de entradas e mais 50%.

No entanto, verifica-se no artigo 17º (R)GPL) haver uma ressalva, destacada entre parênteses, na qual se crê, antecipadamente, que esse leitor seja capaz de honrar seus compromissos, não fosse quem se espera que seja. Ainda assim sua punição consistirá em se ver provisoriamente excluído da possibilidade de pedir empréstimos, hipótese bem mais amena do que se ver excluído da leitura, por não saber ler ou por não atender aos requisitos exigidos para fazer parte do seletto grupo de sócios e subscritores da entidade.

**Art. 17º (R)GPL)** Se algum contravier as disposições dos arts. 15 e 16 (**o que não é de se esperar**) será pela primeira vez admoestado pelo guarda e reincidindo **ficará excluído da leitura** por um mês, dando o guarda imediatamente parte desse procedimento ao diretor.

Na hipótese, ainda que remota – *o que não há de se esperar* –, de vir a frustrar a confiança nele depositada, o sócio sequer é nomeado como tal no dispositivo regimental, deixando a cargo do pronome indefinido – *algum* – a tarefa de (des)identificar esse que nem se tem como denominar, ainda que se saiba, por referência obrigatória, tratar-se do mesmo *leitor*, em parágrafos anteriores tão festejado. É uma forma de desqualificação daquele que não se afina com seus pares, consócios, os quais – *é de se esperar* – “se esforçam para seguir o movimento de suas faculdades e a maior

felicidade social”, como já previra em 1837 Rocha Cabral<sup>81</sup>, um dos principais personagens na criação do (R)GPL. Mesmo porque, o associado é homem de boa cepa, que “tem sentido a necessidade de aumentar seus conhecimentos e de melhorar a sua sorte” (*Id.Ib.*), enfim, pessoa não estranha “às tendências atuais dos povos civilizados” [grifo nosso].

De civilizado, ou seja, de afeito à tradições ocidentais das práticas leitoras da época, era, portanto, a imagem que esse sujeito-leitor português, no (R)GPL, fazia de si. Ao brasileiros, cabia o lugar da subserviência e acolhimento. Os termos empregados por Rocha Cabral nessa ocasião e aqui transcritos:

**“O povo irmão e generoso** que nos acolhe e nos facilita os meios de aumentar as suas e as nossas riquezas têm a satisfação de convencer-se de que **o grande povo de que descende, acompanha a marcha majestosa das nações** que correm primeiras para o **mais elevando ponto de civilização.**”

vão ecoar ainda muitos anos depois:

**“(...) os portugueses** residentes no Rio de Janeiro **já não são** considerados como **estranhos às tendências atuais dos povos civilizados**; outros estrangeiros também residentes n’este império reconhecerão que, como eles, seguimos o movimento atual do espírito humano; o povo irmão e generoso, que nos acolhe e nos facilita os meios de aumentar as suas e as nossas riquezas terá a satisfação de convencer-se de que **grande o povo de que descende, acompanha a marcha majestosa das nações**, que correm primeiras **para o mais elevado ponto da civilização.**”  
(Ramalho Ortigão - 1887)

Nesse jogo parafrástico, que não se confunde com uma mera relação de expressões sinônimas mutuamente equivalentes, porque o sentido de cada uma é negociado na relação entre elas em suas condições de produção específicas, cada expressão é o que a outra não é, e vice-versa, em determinadas condições de produção.

---

<sup>81</sup> Mentor da criação do ((R)GPL e seu primeiro presidente, em discurso, por ocasião do redação do primeiro relatório do (R)GPL.

O imaginário afeta as mudanças, ao mesmo tempo que as agrega e organiza, numa tentativa de manter os sentidos estabilizados via repetição.

Mas afinal o que representava para o português ser civilizado no século XIX, em terras brasileiras? Com quais ideais dever-se-ia estar afinado? Com os de um Estado além-mar, idealizado? Com os de um outro Estado, em formação e também idealizado? Mas como organizar, controlar uma sociedade aparentemente tão pouco afeita ao processo civilizador posto em movimento tanto pelo Poder Real, quanto pela iniciativa isolada de uns tantos cidadãos portugueses imbuídos do firme desejo de ascender intelectual e espiritualmente?

A tarefa não parecia fácil ao europeu, como se pode perceber nos lamentos de Luiz Marrocos<sup>82</sup>, para quem o Brasil nada mais era do que a terra “pior do mundo”, verdadeiramente de “sevandijas<sup>83</sup>”; e sua gente “indigníssima”. Estas são opiniões dadas a conhecer através de correspondência pessoal e que (des)investem o Brasil e os brasileiros de uma identidade já há muito posta em circulação no imaginário histórico, presente desde a carta de Caminha. Assim, de país fértil, materialização do paraíso celeste, temos o que se segue exposto:

“Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1811

(...) Acho-me muito magro, e até falto de forças, o que experimento a cada dia que passa, quando estou influído no trabalho (...). Nada disto me admira, pois são necessários **efeitos do desgosto, em que vivo, e do interno aborrecimento à terra, à gente, e a tudo** (...) nada me faria desvanecer da má idéia (...) o **sumo desejo de me retirar de tão mau País**. (...) Tinha eu grand? gosto em que V.Mc? me remetesse em Carta pelo Correio uma cópia do Sistema de Classificação Bibliográfica, feita pelo Dr. Antonio Ribeiro dos Santos para a Biblioteca Publica: são papelinhos **aqui** de muita estimação, pois é **terra de tudo estéril**.”

---

<sup>82</sup> Funcionário da Real Biblioteca que acompanhou o rei em sua vinda para o Brasil, país com o qual não se identificava.

<sup>83</sup> Segundo o dicionário do Aurélio, sevandija é um termo provavelmente de origem hispânica pré-romana, que designa parasitos e vermes imundos, ou pessoa que vive à custa dos outros, ou, ainda, pessoa vergonhosamente servil.

“Rio de Janeiro, 31 de março de 1812

(...) Daqui só te posso mandar informações fastidiosas: **a terra he a pior do Mundo; a gente é indigníssima, soberba, vaidosa, libertina**; os animais são feios, venenosos, e muitos; em fim eu crismei a terra, chamando-lhe **Terra de sevandijas**. (...) Entrudo horrível foi o que aqui se passou: houveram desgraças, e eu estive enclausurado, e mesmo assim fui atacado em casa: nunca vi jogar mais brutalmente. **Em fim tudo aqui vai uma maravilha.**”

Mas esse mesmo povo iria ser denominado “irmão e generoso”, sem que, contudo, lhe fosse facultado, nos primeiros tempos, o ingresso no quadro de sócios do (R)GPL, instituição que, reiteremos, buscava elevar Portugal ao posto mais elevado de civilização. Restou ao brasileiro participar como espectador pouco privilegiado dessa “incomparável glória da pátria”, não a sua, mas a lusitana. E mesmo quando sócios de todas as nacionalidades e variadas ocupações passaram a ser admitidos, como é citado no Almanaque Laemert, de 1887,

“Fundado em 1837. Contém a biblioteca desta sociedade 31.000 obras (...) **Admitem-se subscritores de todas as nacionalidade.** (...) A biblioteca é **franqueada aos jornalistas, escritores, professores e funcionários públicos de eleição ou por nomeação.**”

cabe refletir sobre o estatuto de sujeito-leitor-brasileiro nessas circunstâncias, em particular. Poderíamos arriscar a indagar: quem era esse sujeito-leitor não português passível de ser aceito como membro? Todo e qualquer? Quais seriam as condições necessárias para que se desse o aceite, levando-se em conta um país saído da condição de colônia, em que a cultura primava pela oralidade, e apenas uma elite podia se dar ao luxo de poder/saber ler<sup>84</sup>?

Também cabe refletir sobre a menção feita a algumas profissões. Parece, cinqüenta anos depois da fundação do (R)GPL, haver uma demanda bem específica. Se

---

<sup>84</sup> Segundo ALMEIDA, José Ricardo Pires in *Literatura infantil (1880-1910)*. In [www.unicamp.br/iel/memória](http://www.unicamp.br/iel/memória), “a instrução pública no final do século XIX estava ainda dando os seus primeiros passos. Embora desde 1854 algumas leis a favor da educação tenham sido elaboradas, na prática a imensa maioria da população permanecia analfabeta. Verdade é que faltava de quase tudo para que as leis saíssem do papel”.

há professores, deduz-se, bem ou mal, o funcionamento de escolas; jornalistas justificam-se evidentemente pela legislação que introduziu a imprensa no Brasil, já no tempo de D. João VI; escritores já os tínhamos e comprometidos com uma escrita nacional, local, como podemos constatar, a essa altura, nas obras de Macedo, Alencar e Machado, entre outros. Já é outro o Brasil, diferente daquele das quatro primeiras décadas dos oitocentos.

Mas à época da publicação dos Regulamentos do (R)GPL, no artigo 24, a menção às *pessoas de qualificação*, deixa entrever dois aspectos da questão: (i) ainda que tivessem as mesmas qualificações dos sócios, em não o sendo, não poderiam ter acesso aos livros; (ii) a expressão faz pressupor que houvesse, em contrapartida, pessoas tidas como desqualificadas. Quem seriam? Em que comunidade discursiva esses brasileiros incluiriam-se?

Compreender as posições-sujeito aqui aludidas exige-nos fazê-las corresponder em suas semelhanças às dessemelhanças com as quais não se pretendem identificar. Pela linguagem, através da adesão e repetição, os sujeitos de uma dada comunidade discursiva atuam entre si, “se reconhecem e produzem e administram um certo tipo de discurso” (Maingueneau, 1984<sup>85</sup>).

Ainda segundo Maingueneau (1998, 29-30),

“ os modos de organização dos homens e de seus discursos são inseparáveis. Ao se associarem, o fazem a partir de um compartilhamento de um número de modos de vida, de normas ou de posicionamentos concorrentes, num mesmo campo discursivo e que se distinguem pela maneira segundo a qual se organizou”.

Os indícios da identidade desse sujeito-leitor do/no Brasil, então, podem ser recuperáveis pelo dito, em seus movimentos parafrásticos, e pelo não-dito, o que se deixou de dizer *para se dizer o que se disse*. Somos, assim, levados a supor que, por oposição ao sujeito-leitor-português, o brasileiro fosse, no tempo em que (R)GPL e BN são instituídos, tomado por alguém pouco afeito às normas, às leis, espelho de um *país incivilizado*.

---

<sup>85</sup> MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Liège: Mardaga, 1984.

Mas se toda uma política de silenciamento se impôs até um certo tempo, supõe-se que gestos de resistência tenham se instaurado em contrapartida. É possível que aqui nos trópicos se possa pensar no embate entre sentidos hegemônicos (naturalizados, produzindo efeitos de obviedade) e sentidos outros, afetados por condições de produção outras a possibilitar falhas nos/dos rituais de leitura.



## 10. Considerações finais

Refletir sobre questões como leitura, língua e nação no século XIX é também levar em conta as condições de produção em que se criaram e discursivisaram a BN e o (R)GPL. Conforme Orlandi (2002: 203), vivia-se um momento de organização da sociedade brasileira e de suas instituições, um período crucial para a construção do Império do Brasil e a definição de uma nação brasileira. “ Lá [no século XIX] estava em jogo a nação, a sociedade como um todo” (Yunes, 2002: 54).

Desde a transmigração da Corte portuguesa para o Brasil, já se prenunciava uma decisão a ser tomada não mais procurando saber se haveria independência, mas como seria ela, “se em união ou em divórcio com a metrópole” (Carvalho, 2001: 235). Nossa independência viria a ser tutelada pelo colonizador, visando garantir seus interesses dentro da nova nação. De certo modo, isso corroborou para uma certa fragilidade nas instituições – um império que se forma a partir da união e não de cisão e que é governado por elementos da família real portuguesa e seus descendentes. Isso não impediu, porém, que, proclamada a Independência, se providenciasse o reconhecimento internacional, a manutenção da unidade territorial e a organização política.

Nesse ambiente, a relação com a língua deixa de ser uma questão da relação somente com os portugueses para ser de brasileiro para brasileiro, melhor dizendo, começamos a produzir nossos instrumentos lingüísticos, nossos programas de ensino, nossas instituições – o que muda a relação do brasileiro com a sua língua. Ainda que vivendo uma contradição que perdura até hoje, qual seja: trazer internalizado que a língua é uma só, ao mesmo tempo que se reivindica o estatuto de língua autônoma para o português brasileiro. De todo o modo, a língua nacional, que é a do povo de uma nação, se institucionaliza ao começarem-se a praticar modelos de língua não mais tão estreitamente ligados aos de Portugal.

A BN assume importante papel nesse sentido. Não era somente uma instituição voltada para a guarda de preciosas coleções, livros de variadas ciências e artes, impressos nas línguas antigas e modernas, mas para a construção de arquivo de documentação gerada pelos diversos órgãos governamentais de modo que não se dispersasse. Na verdade, a BN que se constituía em depositária da memória portuguesa, em sua origem, agora tornava-se responsável pela memória do novo Império que reclamava uma identidade.

Essa memória abraçava-se à medida que o tempo passava. No Segundo Reinado – 1841 a 1889 – deu-se a construção de um estado imperial que se fortalecia. Para isso era preciso “costurar uma imagem para dentro e para fora” (Schwarcz, 2001: 255). O papel da BN, nesse momento em que era preciso (re)criar uma história própria e uma literatura original, foi fundamental. Ela passava a ser um patrimônio desse Estado que se preocupava em delinear “uma cultura imperial pautada em elementos da nacionalidade, quais sejam: a realeza como centro de civilização; a natureza territorial, com suas gentes e frutos, como base natural desse mesmo Estado” (Schwarcz, *ib.*: 256).

Em movimento diverso, instituíam-se o (R)GPL, uma instituição que sempre fez questão de se definir portuguesa – a primeira associação portuguesa particular das Américas. Seu compromisso precípuo era com a pátria lusa e com seus filhos, os portugueses, buscando integrá-los ao mundo moderno, civilizado do qual Portugal faria parte, junto a outros países europeus. Era preciso estar a par do que ocorria, estar informado dos avanços e conquistas de toda ordem. O Gabinete seria, pois, a solução para que seus associados não se sentissem também desterrados culturalmente falando. Já a questão da língua, como foi tratada pela instituição, estava relacionada à visão de que a variante portuguesa é a que devia ser legitimada. Para isso, toma-se a língua, trabalhada as diferenças em sua invisibilidade, como sendo uma, esquecendo-se de que as variantes portuguesa e brasileira podem até ser tidas como iguais, mas, como sistemas simbólicos e não estruturais, são faladas diferentemente, dado que se historicizaram cada uma a seu modo, sob circunstâncias específicas em suas relações com a história de formação dos países. Ou seja, deu-se uma historização diferente, em que imagens que se tornaram constitutivas da nossa identidade foram incorporadas.

Daí Orlandi (2002:23) considerar

(...) a heterogeneidade lingüística no sentido de que joga em ‘nossa’ língua um fundo falso, em que o ‘mesmo’ abriga no entanto um ‘outro’, um ‘diferente’ histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’: o português-brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua, no entanto não são. Produzem discursos distintos. Significam diferentemente (...) no mesmo lugar há uma presença dupla, de pelo menos dois discursos distintos, efeitos de uma clivagem de duas histórias na relação com a Língua Portuguesa: a de Portugal e a do Brasil. (...) Esse efeito de homogeneidade é o efeito da história da colonização”.

Ainda com relação ao (R)GPL, convém registrar o esforço em erigir desde sempre a variante portuguesa do idioma como a que representaria toda uma cultura a ser resguardada. Tanto é assim que, para o registro da importância da instituição por ocasião das comemorações de seus quase 150 anos, um português foi incumbido de fazê-lo, valendo-se da variante lusa do idioma para isso, a qual se quer preservar porque associada a uma tradição escrita.

Não levar em conta a variante brasileira teve e tem conseqüências na vida cotidiana. O português do Brasil, tido como impuro, associado à oralidade, será sempre discriminado e desvalorizado, inclusive por outras instituições, tais como a escola. Esse apagamento do outro, que somos nós, acarreta conseqüências que se fazem observar ainda hoje no próprio ensino da língua materna no Brasil, a começar pela própria denominação do idioma. A questão da língua repercutiria inclusive em polêmicas entre intelectuais brasileiros e portugueses no século XIX, debates históricos via imprensa em torno da “autonomia” da língua praticada no Brasil. Aceita-se a denominação de língua nacional, mas não a de língua brasileira. Segundo Dias (1996: 72), “a mudança de denominação do idioma era percebido como elemento desestabilizador do próprio ‘caráter referencial’ da língua. Na verdade, essa mudança é percebida como a desestabilização de um percurso de escrita em relação ao qual um grupo social encontra sua própria referência”.

A questão da língua no Brasil tem, pois, suas raízes na profunda separação entre língua escrita e língua falada (Dias, 2001: 187). O português do Brasil, fruto de uma relação estreita com línguas de oralidade, como as línguas indígenas e as dos africanos, por exemplo, diferenciava-se da variante européia legitimada por uma escrita

produtiva a referendar de sentidos tomados como “únicos” e “verdadeiros”. Daí esse português marginal, de sentidos múltiplos e inacabados não ser levado em conta no meio escolar, não por “não ser produzido de acordo com a Norma, mas exatamente por não passar pelo processo de legitimação” (Gallo, 1992: 51). Isso tem raízes históricas quando,

“na implantação do ensino de língua portuguesa no Brasil, buscou-se cultivar os padrões de língua escrita vigente em Portugal, acentuando o contraste entre a língua portuguesa falada por uma elite situada nos principais centros urbanos e a língua portuguesa, de base oral, utilizada pela população rural, analfabeta e que não tinha acesso à escola” (Dias, 2001: 187)

O processo de legitimação da língua portuguesa no Brasil, adverte-nos Gallo (*Id. Ibid.*), coexiste, ainda hoje, com o processo de disciplinação e não de legitimação da língua brasileira. Esta é originalmente oral e sua transcrição passa necessariamente pelo saber da língua portuguesa. Essa oralidade e sua escrita continuam a ser praticadas pela maioria das pessoas, e a escola acaba por se constituir em um lugar de conservação dos dois discursos: o da oralidade, à sua revelia, e o da escrita. Apresenta-se aos estudantes o discurso escrito como modelar, e sua forma normativa, no entanto sem ensiná-lo, porque esse discurso tem lugares próprios para existir e um lugar institucional que não é a escola. Por isso diz-se que a escola mantém o discurso escrito, mas não leva o usuário da língua à sua produção. Ao mesmo tempo, a oralidade não só se legitimará e resistirá à escolarização, sustenta Orlandi (2002:24). Não bastasse isso, não levar em conta que temos na verdade duas formas de oralidade derivadas de duas histórias diferentes faz

(...) com que se queira fazer o aluno passar, com violência, de uma oralidade que faz parte da história de sua língua para um escrita que tem uma oralidade que corresponde a ‘outra’ história. (...) E o resultado não é fracasso, mas inconsistência histórica, resistência ao que não faz sentido” (Orlandi, *Id. Ib.:* 28)

O outro aspecto a ser considerado é a constituição do leitor e de um imaginário de leitura que se constrói por meio das instituições em tela. O leitor que se

projeta é europeizado e seus interesses recaem nas obras de mérito e de cunho civilizatório. Não se permite supor que tal leitor tenha interesse por uma literatura como a dita *de sensação*, como a que se propagou à revelia das instituições higienizadoras da cultura na segunda metade do século XIX. Se ela não estava a disposição dos leitores em questão nas bibliotecas públicas, podiam ser adquiridas a preços acessíveis em livrarias pela cidade, editadas em brochura barata.

De certo modo, moldou-se o gosto por uma literatura não legitimada pela crítica literária, oficializada, mas nem por isso menos interessante, muito próxima ao que denomino de literatura de margem<sup>86</sup> (Cassano, 2000).

Esse percurso de leitura paralelo ao percurso em que autores renomados eram prestigiados, ainda que não levado em conta pelas instâncias de cultura, foi percorrido por aqueles a quem era dado ler e, por extensão, por aqueles que tomavam conhecimento dos escritos mediante o contato oral com os textos. Cabe, no entanto, uma questão a ser levantada: se ao povo agradava esse tipo de narrativa, isso significa que o leitor que acorria aos acervos da BN e do (R)GPL não era o mesmo que adquiria os romances ditos de sensação? Se essas publicações que passavam ao largo das instituições procuravam atingir uma parcela ainda pouco explorada pelo mercado editorial, qual seja o povo, caberia pensar que esse leitor não era o mesmo que freqüentava os salões da BN e do (R)GPL? Ou o mesmo leitor dos clássicos saía da biblioteca para ler esse tipo de obra em qualquer outro lugar?

A não validação desse tipo de leitura repercute no modo como, por exemplo, a escola ainda encaminha seu trabalho com os textos. Em trabalho anterior (*Id.Ibidem*), tratamos de práticas de leitura não legitimadas pela escola. Através delas procuramos uma abordagem alternativa de modo a contemplar um trabalho com a pluralidade textual no processo de formação de leitores. E por que assim o fizemos? A partir da observação do descaso com uma literatura não oficializada, não respaldada.

Esse leitor, tolhido a princípio em seus atos, encontra-se também tolhido quanto à escolha de obras a serem lidas. Cabe contentar-se com o que as instituições de fomento de leitura acolhem com ideal, ainda que por meio do depósito legal recebam

---

<sup>86</sup> Por textos de margem entendemos aqueles que circulam fora e à revelia das instituições (escola, biblioteca pública), vinculados aos interesses imediatos e particulares do leitor.

livros editados de natureza vária, sejam eles no Brasil, no caso da BN, seja em Portugal, no caso do (R)GPL. Os acervos disponíveis pareciam moldar-lhe o gosto. Contudo é digno de nota que ambas as bibliotecas já dispusessem de livros de autores brasileiros. Alencar, Macedo, Machado e outros já podiam ser solicitados pelo leitor no balcão de empréstimos. Percebe-se que a nação brasileira vai se impondo política e literariamente. Temos nossos autores e sua escrita legitimados e reconhecidos em seu valor literário, mesmo que à custa de disputas entre escritores brasileiros e intelectuais portugueses quanto à validade de se dizer que se escreve aqui em língua brasileira e não portuguesa.

O nome de nossa língua permanece sendo o português, mas só pelo fato de se ter levantado a hipótese de que melhor seria chamá-la brasileira já indica a instauração de um lugar para a produção de efeitos de sentido que façam poder compreender o deslocamento que preside a produção de uma identidade. Seja ela uma identidade leitora, seja lingüística. BN e (R)GPL acompanham esse processo, a primeira nacionalizando-se no decorrer do século, a segunda confirmando sua vocação de instituição lusa em terra estrangeira.

## 11. Bibliografia

ABREU, Márcia . *O caminho dos livros*. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003.

ABREU, M. (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

\_\_\_\_\_. Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil colonial. In *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

ACHARD, Pierre (*et alii*) *Papel da memória*. Campinas, SP: e. Pontes, 1999.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

AMADO, Janaína e FIGUEIREDO, Luiz C. *O Brasil no Império Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus, Editus; Ed. da Uesc, 1999.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

BALAKRISNAH, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARATIN, M. e JACOB, C. (orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 2000.

BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo; Ed. Planeta do Brasil, 2003.

BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de política*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2003.

BRAIT, Beth (org.). *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas, SP: Pontes; SP: Fapesp, 2001.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. RJ: Civilização Brasileira, 2003

CARVALHO, José M; NEVES, Lúcia M. N. ; BASILE, Marcello O. Documentação Política, 1808-1840. In PEREIRA, Paulo Roberto. (org.) *Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001.

CARVALHO, Kátia de. *Travessia das letras*. Rio de Janeiro, Ed Casa da Palavra, 1999.

CASSANO, Maria da Graça. *A historicidade do leitor na construção de uma autoria em leitura escolar*. Dissertação de mestrado, Instituto de Letras, UFF, 2000.

CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no ocidente. In *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos*. São Paulo, SP: Ed. Perspectiva, 1986

COUTINHO, Graça. Fundação Biblioteca Nacional: múltiplos olhares. In *Revista do Livro* da Fundação Biblioteca Nacional. Número 46, Ano 14. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo, Ed. Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. *Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.

DIAS, Luiz Francisco. O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica in ORLANDI, Eni (org.) *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat, 2001

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

*Estatutos da Real Biblioteca: mandados ordenar por Sua Majestade*. Rio de Janeiro: na Regia Typographia, 1821. [8] (impresso, com 32 parágrafos – BNBrasil/Di Mss 49, 7, 8). Disponível na Internet: <http://www.unicamp.br/iel/memória/Acervo/estatuto>

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870 – 1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 2v.

FERREIRA, Eliana L. e ORLANDI, Eni. O discurso corporal atravessado pela dança em cadeiras de rodas. In ORLANDI, Eni. (org.) *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001. pp. 89-94



FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Forense, 1997.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GADET, F. e HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obras de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

GUIMARÃES, Eduardo. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. e ORLANDI, E. (orgs.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Língua e civilização e línguas de cultura: a língua nacional do Brasil*. In GUIMARÃES, E. et alii. *Os discursos do descobrimento*. SP: EDUSP; SP: FAPESP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira*. In GUIMARÃES, E. e ORLANDI, Eni (orgs) *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

HANSEN, João A. *Leituras coloniais*. In *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

HAROCHE, Claudine. *Da palavra ao gesto*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

HENRIQUES, Cláudio C. *Atas da Academia Brasileira de Letras: presidência de Machado de Assis (1896-1908)*. Rio de Janeiro, RJ: Academia Brasileira de Letras, 2001.

HENRY, Paul. *Construções relativas e articulações discursivas*. Tradução: J. W. Geraldi e C. M. Cruz. In *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, (19): 43-64. jul./dez, 1990.

\_\_\_\_\_. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.

HERKENHOFF, Paulo. *Biblioteca Nacional: a história de uma coleção*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1996.

HOBBSAWM, Eric. J. *A era das revoluções; 1789-1848*. SP: Paz e Terra, 2003

\_\_\_\_\_. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Paz e Terra,

\_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2003.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1984.

INDURSKY, F. e CAMPOS, Maria do C. (org.). *Discurso, Memória, Identidade*. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 2000.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

INDURSKY, Freda. e FERREIRA, Maria. C. L. (org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999.

JOBIM, José L. (org.). *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro, Ed. da UERJ, 1999.

LACERDA, Lílian M. A história da leitura no Brasil: formas de ver e maneiras de ler. In *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.

\_\_\_\_\_. A história na língua In *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Campinas, SP: Pontes e Unicamp, 2001.

LAJOLO, M. e ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo, SP: Ed. Ática, 1996

LAJOLO, Marisa. *Literatura: leitores e leitura*. São Paulo, SP: Ed. Moderna, 2001.

\_\_\_\_\_. Projeto Memória de Leitura: pressupostos e itinerários. In *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Ed da UNICAMP, 1996.

LUCAS, Clarinda R. *Leitura e interpretação em biblioteconomia*. Campinas, SP: Ed da Unicamp, 2000.

MAIGUENEAU, Dominique. *L'Analyse du Discours: introduction aux lectures de l'archive*. Paris: Hachette Livre, 1991.

\_\_\_\_\_. *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes; Editora da Unicamp, 1997.

MARIANI, Bethania. *Colonização lingüística*. Texto apresentado no III Congresso Internacional da Abrain, 13 a 15 de março de 2003. UFRJ/RJ, 2003.

\_\_\_\_\_. *Colonização lingüística: línguas, política e religião no Brasil (séc. XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (séc. XVIII)*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. L'État, l'Église et la question de la langue parlée au Brésil. IN AUROUX, S. (ed.) *History of linguistics*. Selected papers from the Eight International Conference on the History of the Language Sciences, 14-19 September 1999, Fontenay ST. Cloud, 2003.

\_\_\_\_\_. Discurso e Instituição: a imprensa. In *revista RUA*, Campinas, Labeurb, 5: 47-61, 1999.

\_\_\_\_\_. A Institucionalização da Língua, História e Cidadania no Brasil do Século XVIII: O Papel das Academias Literárias e da Política do Marquês de Pombal. in *ORLANDI, Eni. P. (org.) História das Idéias Lingüísticas*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001

MARQUILHAS, Rita. Sobre a censura inquisitorial portuguesa no século XVII. In *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

MARTINS, Ana L. Gabinetes de leitura do Império: casas esquecidas da censura? In *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp., 1999.

MARTINS, Ismênia de L. A Transição: de Colônia a Corte. In PEREIRA, Paulo Roberto. (org.) *Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo, SP: Ática, 2002.

MATEUS, Maria Helena M. et alii. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. In DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo, Ed. Contexto, 2002.

MELLO e SOUZA, Laura (org.). *História da vida privada na América portuguesa*. São Paulo, SP: Ed. Companhia das Letras – História da vida privada no Brasil: 1. 1997.

MERTON, Robert. *Sociologia: teoria e estrutura*. SP: Mestre Jou, 1970.

MILANESI, Luis. *Biblioteca*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. *O que é biblioteca*. SP: Ed. Brasiliense, 1994.

NEY, João Luiz. *Prontuário de Redação Oficial*. RJ: Nova Fronteira, 1976.

NOVAIS, Fernando A. e MOTA, Carlos G. (1996) *A independência política do Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

NUNES, José Horta. *Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil Colonial*. Campinas, SP: Unicamp, 1994.

ORLANDI, E. P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001

\_\_\_\_\_. *Discurso e leitura*. SSP: Cortes; Campinas, SP: Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. *Discurso e Texto: Formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Ed. Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. O Estado, a Gramática, a Autoria in GUIMARÃES, Eduardo (coord.) *Relatos n°4*. Campinas, SP: IEL/Unicamp, jun/1997.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio nos movimentos do sentido*. Campinas, SP: Ed da Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_ (org.). *Gestos de leitura: da História no Discurso*. Campinas, SP: Ed da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_ (org.). *História das idéias lingüísticas*. Campinas, S: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

\_\_\_\_\_ e GUMARÃES, E. (orgs.) *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Terra à vista: o discurso do confronto: velho e novo mundo*. SP: Cortez; Campinas, SP: Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Ed. Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Papel da Memória. in ACHARD, Pierre (et al.). *Papel da Memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PEREIRA, Paulo Roberto. (org.) *Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001.

PINHEIRO, Ana Virgínia. A Real Biblioteca e a leitura no Brasil dos oitocentos. In *Leitura: teoria e prática/ Associação de Leitura do Brasil*. v 19 - n° 35 – junho (2000) – Campinas, SP: ALB; Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000. 99-111.

\_\_\_\_\_. Da Real Biblioteca à Biblioteca Nacional. In *Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na biblioteca pública da Corte Imperial. In *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp.

SCHWARCZ, Lília M. *A longa viagem da biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. O Brasil Imperial: D. Pedro II e o Século XIX. In *Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001.

SERRANI, Silvana. As construções indeterminadoras enquanto recorte macrossintáticos do discurso. In *O Histórico e o discursivo*. Revista do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba. Série Estudos. Minas gerais: Uberaba, 1986.

\_\_\_\_\_. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

SILVA, Maria Beatriz N. da. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

SORÁ, Gustavo. O livro brasileiro como instituição: história de um “milagre”. In *Revista do Livro* da Fundação Biblioteca Nacional. Número 46, Ano 14. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

SOUZA, Pedro. Espaços interditados e efeitos-sujeito na cidade. In ORLANDI, Eni. (org.) *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001. pp. 89-94

VILLALTA, Luiz C. Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa. In *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

\_\_\_\_\_. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In *História da vida privada na América portuguesa*. São Paulo, SP: Ed. Companhia das Letras – História da vida privada no Brasil: 1. 1997.

VILAR, Gilberto. Datas marcantes na história do livro no Brasil. In *Revista do Livro* da Fundação Biblioteca Nacional. Número 46, Ano 14. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

VILELA, M. e KOCH, I. V. *Gramática da Língua Portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso*. Coimbra, Livraria Almedina, 2001.

YUNES, Eliana. Dados para uma história da leitura e da escrita. In YUNES, Eliana (org.) *Pensar a leitura: complexidade*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; SP: Loyola, 2002.

ZOPPI-FONTANA, M. *Modernização e discursos democráticos: porta-vozes esclarecidos nos tempos de transição*. Tese de doutoramento. IEL-Unicamp. Campinas, SP: 1994.

Valeria distinguir os diferentes tipos de texto arrolados. Segundo Ney (ib.id.): ata – “resumo escrito dos fatos e ocorrências, resoluções de uma assembléia, sessão ou reunião. Nas sessões realizadas pelas comissões, congregações, corporações, ou quaisquer colegiados, oficiais ou não, é determinação de lei a lavratura de ata” (p.78); aviso – “expediente pelo qual Ministros de Estado se comunicam com iguais ou subalternos, transmitindo instruções, fazendo solicitações, interpretando dispositivos regulamentares ou determinando providências necessárias”(p. 84 ); carta – “documento semi-oficial de que se servem os agentes da Administração corresponder a uma cortesia, fazer uma solicitação, convite ou externar agradecimento. Podem ser de natureza burocrática, ou não” (p. 85); decreto - “ato emanado do poder público, com força obrigatória, que se destina a assegurar ou promover a boa ordem política, social ou administrativa. Por meio de decretos é que se determina a observância das regras legais” (p.105); minuta – “esboço de ato cujo conteúdo, forma, redação e disposição da matéria devam ainda ser submetidos a estudo, por merecerem revisão, emendas ou correções, antes de tornar-se anteprojeto ou projeto definitivo do ato” (p. 216); ofício – forma de correspondência oficial trocada, geralmente, entre chefes ou dirigentes de hierarquia equivalente, ou superior à do signatário, tratando sempre de assunto oficial” (p. 137); portaria – ato com que o Ministro de Estado e os dirigentes de órgãos da administração pública baixam determinações ou ordens, instruções ou normas” (p. 150); regimento – regulamento que estabelece as condições internas de execução dos serviços públicos cometidos a um órgão administrativo, bem como o processo de utilização desses serviços por terceiros, Encerra normas coercitivas de comportamento, determinando deveres e atribuições dos seus membros e detalhando ou desenvolvendo as regras orgânicas ditadas pelo regulamento que definiu, em linhas gerais, a finalidade, a organização e a competência do órgão ou instituição que lhe serve de objeto” (p. 155); relatório - exposição circunstanciada sobre atividade administrativa, por ordem de autoridade superior (p. 170).

## **ANEXO 2**

## Carta ao Real Gabinete Português de Leitura

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2003

Senhor Presidente do Real Gabinete Português de Leitura,

Meu nome é Maria da Graça Cassano. Sou aluna do curso de Doutorado em Letras, na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da Profa. Dra. Bethania Sampaio Correa Mariani. O tema de meu projeto de pesquisa é *A importância do Real Gabinete Português de Leitura e da Biblioteca Nacional na Construção dos Sentidos de Língua e de Nação no Século XIX*.

Venho freqüentando o Gabinete há algum tempo e colhendo material para a constituição do meu *corpus*. Todavia há papéis importantes a cujo acesso é preciso autorização.

Para levar meu projeto de pesquisa adiante, gostaria de poder contar com a sua compreensão, no sentido de facultar-me a leitura desses documentos indisponíveis ao leitor comum. Seriam eles relatórios, atas de reunião, estatutos, regimentos internos – enfim, documentos que reputo por fundadores. Mais especificamente interessam-me os papéis referentes ao século XIX.

Coloco-me à sua disposição para outros esclarecimentos e aguardo sua resposta à presente solicitação.

Cordialmente,



**ANEXO 3**

**ANEXO 4****Prédio da BN no Passeio Público**

Antiga fachada da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

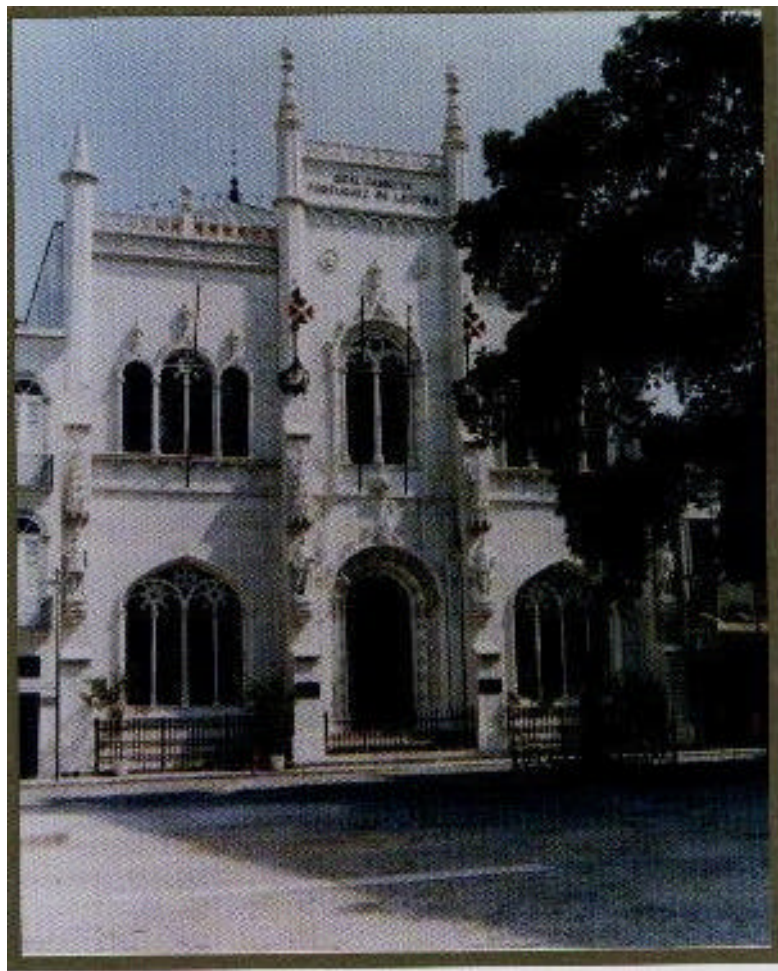
## ANEXO 5

### Prédio da BN na Avenida Rio Branco



**ANEXO 6**

**Prédio do Real Gabinete Português de Leitura do RJ na rua Luís de Camões**



## ANEXO 7

### Descrição presumida da fundação do Gabinete Portuguez de leitura, por Carlos Malheiro Dias

“Consultando as litografias da época e as narrativas contemporâneas, pode presumir-se com verossimilhança que a resistência do Dr. Coelho Louzada era um edifício de sobrado, construído nos meados do século XVIII, com a sua fachada de cantaria, telhado pombalino e portuguesíssimas janelas de sacada, semelhantes às do paço dos vice-reis. O salão nobre da casa onde se realizou a assembléia dos accionistas, teria os clássicos tectos de maceira e silhares em azulejo azul ou policrómico da fábrica do Rato, comum nas edificações do tempo. Imaginamos que o retrato de Da. Maria II, ou de D. Pedro IV, devia guarnecer, no lugar de honra, o salão do advogado liberal.

“42 actores (...) 42 admiráveis visionários (...) aquele patriótico grupo, tão sonhador (...) todos imbuídos do espírito de fraternal solidariedade, (...) há apenas incompletos 15 anos da independência do Brasil, criaram um estabelecimento com o intuito de sua ilustração, da ilustração geral e de concorrer para restaurar a glória literária de sua pátria”.

### 1º Primeiro relatório da Diretoria (fragmentos) – 1837

“O primeiro cuidado da Diretoria, foi o de organizar catálogos que servissem para as encomendas de livros; e este trabalho foi efetuado, não com a brevidade e perfeição que se desejava, mas com a possível (...)

“Na escolha dos livros deu-se a precedência em número, e por consequência no emprego de capital, às obras portuguesas, como vos deixará conhecer a quantia já destinada para a primeira encomenda. Entendemos assim dever obrar, tanto por ser fim especial da Associação - coligir as obras e manuscritos de mérito na língua portuguesa – como por devermos essa homenagem à nossa Pátria e fazermos assim também um serviço ao País em que residimos, cuja literatura se confunda com a nossa. Depois tratamos de reunir, quanto possível, elementos de instrução geral, tendo, contudo, particularmente em vista as casses dos leitores que, provavelmente, hão-de concorrer ao Gabinete.

“Srs.: Comunico-vos também, com satisfação que importantes e numerosas ofertas de livros e outros objetos interessantes, tem sido feitas ao Gabinete, como podeis ver da sua relação, no livro respectivo. Essas obras, com algumas que se têm comprado nesta Capital, formam o número de volumes que tendes presentes nas estantes do Gabinete e os quais também constam do livro de entradas.

“(...) ordens para se subscrever, por ora, somente 3 periódicos de Lisboa, 2 do Porto e 2 de Londres; e determinou-se mais que se subscrevesse 2 em França e 1 em Buenos Aires; todos dos que costumavam trazer mais amplas e verídicas notícias comerciais e políticas, como podeis ver da relação de seus títulos e

deliberações nas actas respectivas. Os periódicos brasileiros devem se assinados logo que se determine a abertura do Gabinete.

“Achar um edificio com todas as condições desejáveis para o Gabinete Portuguez de Leitura – capacidade, distribuição e divisão apropriada dos aposentos, centralidade do local, é, por certo, coisa muito difícil, no Rio de Janeiro; porém, como, sem que decorra algum tempo, não pode ter lugar o uso do Gabinete, mais devagar iremos lançando as vistas para algum outro edificio que satisfaça aos nossos desejos, se não em tudo, ao menos, no mais essencial; entretanto podereis reputar suficiente este<sup>87</sup> em que ora nos achamos”.

### **Discurso do Presidente Dr. José Marcelino da Rocha Cabral – set. 1837**

“É pois com razão, Senhores, que eu me congratulo convosco nesta reunião, de termos erigido um estabelecimento cujo fim é a cultura do espírito e cujos meios consistem nesse maravilhoso princípio ao qual os homens devem tantos e tão prodigiosos melhoramentos na sua condição e felicidade!

“Se o estabelecimento foi completamente organizado, conforme seus fins: se perseverarmos, como espero, em o promover com o zelo patriótico que tem presidido aos seus primeiros arranjos, prevejo, e não muito distantes, as conseqüências mais extensas e lisonjeiras: - ilustração nossa, crédito para com estranhos, fraternidade, civilização e outras vantagens sociais, serão os primeiro resultados da nossa patriótica empresa. Os portugueses, residentes no Rio de Janeiro, já não serão considerados como estranhos às tendências actuais dos povos civilizados; os outros estrangeiros, também residentes neste Império reconhecerão que, como eles, seguimos o movimento actual do espírito humano; o Povo irmão e generoso que nos acolhe e nos facilita os meios de aumentar as suas e as nossas riquezas, terá a satisfação de convencer-se de que o grande Povo de que descende acompanha a marcha rápida e majestosa das nações que correm primeiras para o mais elevado ponto de civilização; e finalmente (e isto vale mais do que tudo) em Portugal há-de dizer-se com orgulho nacional: Os portugueses residentes no Rio de Janeiro são beneméritos da Nação a que pertencem e cooperam eficazmente para restauração da antiga, da imensa, da incomparável glória de sua Pátria!”

---

<sup>87</sup> Sobrado do prédio n. 83 da Tua de São Pedro (não existe mais).



### **Jornal do Commercio – 23/12/1888**

“Se medonho cataclismo destruísse os arquivos portugueses e brasileiros, não deixando memória escrita do amor fraternal dos dois povos, aquele esplêndido monumento erguido por portugueses no Brasil diria às gerações futuras que, unidos como estão, ali o solo e a obra d’arte, viverão sob o nosso céu, brasileiros e portugueses considerando patrimônio comum a memória dos grandes homens cujas estátuas e bustos adornam exterior e interiormente o edifício do Gabinete Português de Leitura”.

### **Relatório de Atividades (1880/88)**

“(…) Esse monumento erguido, esse templo augusto (...) da nossa nacionalidade no Rio de Janeiro, (...) será o primoroso cenário de nossas tradições, a aliança fecunda dos destinos literários dos dois povos e o atestado eloqüente de que longe da sua Pátria, em outro hemisfério, souberam os portugueses honrar-lhe o nome e a história, deixando em pé esse padrão, verdadeiro orgulho e desvanecimento da sua nacionalidade”.

“O coração português não deixou de palpitar de entusiasmo, que continua a perdurar nas suas fibras e no seu sangue o amor das suas gloriosas jornadas e a compreensão do valor moral da sua raça. Tal como no começo. Tal como a geração fundadora e as que se lhe seguiram. Tal como a geração actual que tudo tem feito para engrandecer sempre a obra iniciada pelo Dr Rocha Cabral e os seus esforçados companheiros, mantendo-a viva, palpitante, actualizada, de olhos voltados para o futuro, empenhada em acompanhar a par e passo todas as manifestações de espírito orientadas para o bem da Humanidade”.

### **Legenda do pórtico do Gabinete**

“O extremado amor que os portugueses votam ao Brasil, que eles consideram um prolongamento de sua pátria, onde encontram o mesmo affecto das suas famílias, carinho igual ao dos lares que deixam na outra costa do Atlântico, muitas vezes para sempre; esse entranhado amor, essa carinhosa afeição, e, justamente, o sentimento religiosos que com o sangue nos é transmitido a cada instante pelas ligações delicadas e puras de família, tudo isso é eternizado pelo idioma opulento e formoso, suave e forte, que nossos pais nos ensinaram, para que as nossas almas pudessem melhor sentir as alegrias e as desventuras comuns, para sorrir ou para chorar com eles.

“Por esse amor inextinguível que liga os dois povos através dos séculos e do Oceano e que é, simultaneamente, ímã poderoso a atrair a bússola segura a nortear o nosso espírito, para a graça e para a beleza, é que deixamos a Pátria, o solo sagrado e querido onde nascemos, e a família, o relicário sagrado das nossas crenças e saudades, talvez para nunca mais voltar a vê-la.

“No desdobrar de um sonho, arrebatador como todos os sonhos, cheio de ilusões, por vezes bem amargas, marchamos na mesma rota que Pedro Alvarez Cabral traçou em 1500 e aqui viemos construir outra família e aqui deixaremos finalmente os nossos despojos no campo santo onde, mesmo reduzidos a pó, ainda nos confundimos nas lágrimas dos vivos pela saudade dos mortos”.

Albino Souza Cruz (in História da Colonização Portuguesa do Brasil)

### **Parecer de comissão sobre relatório da diretoria (25/06/1871)**

“Obreiros do progresso popular é tempo de largar o campo da imaginação e passar para estádio do trabalho incessante e insistente para efectuação da obra projectada! Aos nobres esforços das últimas directorias para resgatar a associação das cadeias da penúria para aumentar-lhe o pecúlio intelectual, para dar-lhe auspiciosas bases do projeto intentado, a esses esforços coroados com o mais louvável resultado.”,

### **Documento produzido pela Comissão designada para pronunciar-se sobre relatório da diretoria - 1871**

“Obreiros do progresso popular é tempo de largar o campo da imaginação e passar para estádio do trabalho incessante e insistente para efectuação da obra projectada! Aos nobres esforços das últimas directorias para resgatar a associação das cadeias da penúria para aumentar-lhe o pecúlio intelectual, para dar-lhe auspiciosas bases do projeto intentado, a esses esforços coroados com o mais louvável resultado, corresponde agora um derradeiro passo coletivo de nós todos, amigos e admiradores do Gabinete, cooperado para que a esperança lisonjeira, que nos tem embalado, se converta em realidade. Cumpre-nos, entretanto, ter confiança no futuro.

“A digna Diretoria eleita, não menos zelosa de sua missão, nem menos patriótica do que as anteriores, tem bastante consciência de si mesma, para compenetrar-se de que a realização desta difícil aspiração, é para ela questão de vontade e dedicação”. (...) Acresce que a população portuguesa desta capital, nunca se negou a contribuir para empresas que honrem o seu nome, e apelar neste caso para o seu patriotismo é contar antecipadamente com generosa e completa coadjuvação. (...) ...há de erguer-se ao céu em abóbada altiva, que testemunha ao futuro o amor dos portugueses emigrados pelo progresso da instrução e pela honra crescente de seu nome neste país hospitaleiro e irmão”...

“Os atractivos de uma rica coleção em edifício especial, a situação favorável em que é de esperar fique colocado, o espaço que oferecerá para estudos peculiares, chamarão ao seu recinto, não só a necessidade portuguesa que procura mostrar-se digna de ser livre pela instrução adquirida, com homens de letras que nela acharão abundante manancial de conhecimentos, e os (ilegível) facilitam a qualidade de subscritores.”



“Ainda voltarão a esta casa os dias risonhos da primeira mocidade, em que era honra almejada pelos portugueses desta capital, o pertencerem a uma associação que enobrece toda a colônia pelo seu fim civilizador e generalidade dos seus benefícios”

**Discurso proferido por Ricardo Severo, durante as comemorações do 1º centenário do (R)GPL**

“... e nela ingressei, sobraçando o preciso breviário de 1880, no mesmo espírito de religiosa admiração dos 12 anos, como se fora de primeira visita a uma veneranda Sé de Portugal. Sé primaz, que não de prelazia metropolitana, para a adoração dos símbolos sacrossantos duma religião, mas de colegiado, dum culto cívico para exaltação da síntese augusta duma pátria”. Estabelecimento criado por portugueses, o primeiro do Império, no intuito de sua ilustração, de ilustração geral e de concorrer para a glória literária da pátria. Intuito para a cultura do espírito, desenvolvimento da razão e aperfeiçoamento das condições de produção, nas ciências, artes, indústria, comércio e na organização social, que visava, desde a sua primeira hora, com fervoroso entusiasmo o levantamento do nível da Colônia para a altear no crédito de estranhos, para melhor servir a segunda pátria e timbrar de orgulho nacional na velha metrópole. Em resumo, um conjunto de proposições que manifestam a superior orientação desta fundação portuguesa, estabelecendo-se em uma altitude mental e social que domina vasto campo de cultura, tão completo que um século depois corresponde a preceitos morais e sociais da actualidade”.

**Discurso realizado pelo Prof. Dr. Antonio Augusto Mendes Correa por ocasião das festividades do 1º centenário do Gabinete**

“Hospedeira incomparável de todos o portugueses de relevo social ou mental que visitam o Brasil, centro de actividades culturais para maior prestígio da língua, das letras e da história pátrias, núcleo aglutinador de esforços para a coesão e utilidade da Colônia e para iniciativas de benemerência e de solidariedade humana”.

**Discurso do Dr. Augusto de Lima Jr. Em homenagem ao 1º centenário do Gabinete.**

“(...) a quem penetra os úmbrias da austera construção manuelina da Rua Luís de Camões, a sensação é a de penetrar num templo” (...) nenhuma outra é “tão representativa do velho e glorioso Portugal como esse benemérito Gabinete Português de Leitura”(...) “o melhor monumento que os portugueses do Brasil

poderiam elevar, representando a imagem de Portugal no coração do País que ele fundou há 4 séculos”.

**Uma comissão designada pela Assembléia oferece seu pronunciamento sobre o Relatório da Diretoria. Esse documento, de 25/06/871, é assinado pelos “beneméritos Reinaldo Carlos Montóro, Manuel Salgado Zenha e Caetano Pinheiro da Fonseca.**

“Obreiros do progresso popular é tempo de largar o campo da imaginação e passar para estádio do trabalho incessante e insistente para efectuação da obra projectada! Aos nobres esforços das últimas directorias para resgatar a associação das cadeias da penúria para aumentar-lhe o pecúlio intelectual, para dar-lhe auspiciosas bases do projeto intentado, a esses esforços coroados com o mais louvável resultado, corresponde agora um derradeiro passo coletivo de nós todos, amigos e admiradores do Gabinete, cooperado para que a esperança lisonjeira, que nos tem embalado, se converta em realidade. Cumpre-nos, entretanto, ter confiança no futuro.

“A digna Diretoria eleita, não menos zelosa de sua missão, nem menos patriótica do que as anteriores, tem bastante consciência de si mesma, para compenetrar-se de que a realização desta difícil aspiração, é para ela questão de vontade e dedicação”. (...) Acresce que a população portuguesa desta capital, nunca se negou a contribuir para empresas que honrem o seu nome, e apelar neste caso para o seu patriotismo é contar antecipadamente com generosa e completa coadjuvação. (...) ...há de erguer-se ao céu em abóbada altiva, que testemunha ao futuro o amor dos portugueses emigrados pelo progresso da instrução e pela honra crescente de seu nome neste país hospitaleiro e irmão.

“Os atractivos de uma rica coleção em edificio especial, a situação favorável em que é de esperar fique colocado, o espaço que oferecerá para estudos peculiares, chamarão ao seu recinto, não só a necessidade portuguesa que procura mostrar-se digna de ser livre pela instrução adquirida, com homens de letras que nela acharão abundante manancial de conhecimentos, e os (ilegível) facilitam a qualidade de subscritores.

“Ainda voltarão a esta casa os dias risonhos da primeira mocidade, em que era honra almejada pelos portugueses desta capital, o pertencerem a uma associação que enobrece toda a colónia pelo seu fim civilizador e generalidade dos seus benefícios.

“Que esta crença não se limite à vossa pequena e distinta reunião, que transpondo este apertado recinto, vá despertar em todos os corações portugueses o amor pela religião do espírito, pela civilização do povo, pelo engrandecimento do nome pátrio, tais são os votos da comissão.”

### Apelo a colônia portuguesa (Eduardo Lemos, 1878)

“(…) É certo que esta associação tem progredido. O desenvolvimento, porém, que à directoria foi dado apontar nestas poucas páginas, sendo, como é, tão somente relativo, destaca-se e vale apenas pela comparação com anos menos propícios ou mais escassos de zelo administrativo.

“No ponto de vista absoluto o Gabinete continua a vegetar penosamente no solo aliás feracíssimo em que se acha plantado, por outra: continua a ser singularmente desprotegido da grande maioria da colônia portuguesa do RJ, aliás sempre generosa e até pródiga nas manifestações do seu louvável altruísmo.

“Com o valioso auxílio do benemérito Conselho Deliberativo conseguiu-se adquirir para o Gabinete, no decurso do ano findo, o avultado nº de 445 novos associados; facto considerável e único; e todavia bem longe está a directoria de contentar-se com semelhante resultado. É que o esforço excepcional empregado em doze longos meses na aquisição daquele grupo de consócios, foi de tal natureza, tal energia consumiu, que bem demonstra por si a nossa geral indiferença por esta utilíssima instituição. Fosse o caso de promover a concorrência de novos sócios em corporações de outra índole, embora não mais úteis, e o resultado seria por certo incomparavelmente maior.

“Uma das classes mais importantes e numerosas, talvez a mais preponderante do comércio português no RJ, tem até hoje desestimado o nosso instituto. Outras classes da imigração portuguesa, se o não menos prezam também não o auxiliam. Muitos de nossos conterrâneos aqui estabelecidos, abastados e até graduados, têm desdenhados de pertencer ao nosso grêmio, ou sem razão o tem abandonado. Finalmente, sem falar em triste passado, ainda no ano que expirou deixaram cair suas acções em comisso nada menos de 83 accionistas. E contudo não podemos com verdade afirmar que umas e outras assim tenham procedido por falta de generosidade ou de civismos.

“Nem sempre. A razão é muito diversa.

“Por via de herança da nossa decadente organização social, a maioria da colônia portuguesa no Rio guarda as tradições dos velhos moldes teocráticos, que na mãe-pátria se vão esfacelando a pouco e pouco, apodrecidos sobre a própria inutilidade. Neste ponto não há que censurar, há apenas que lamentar.

A classe a que acima especialmente nos referimos, laboriosa e rica e portanto poderosa, e ainda algumas outras, pode dizer-se que são nesta grande cidade o principal sustentáculo de estabelecimentos de caridade, e de muitas outras corporações que por sua peculiar organização têm um pé no mundo social e o restante do corpo na igreja. E este patrocínio, aliás meritório porque é convicto, impõe naturalmente avultados sacrifícios.

“Daí a indiferença por outras instituições, notadamente pelas associações instrutivas. Não se pode arder em vários fogos.

.....

“A colônia portuguesa no Rio de Janeiro dispõe de elementos consideráveis para crescer e desenvolver-se em força, em prestígio, em prosperidade. Falta-lhe somente ampliar a escassa compreensão que tem do seu valor e do que a si

próprio deve, não se restringindo à caridade e beneficência pela esmola, que só podem ser um meio, jamais um fim.

“Pois bem: repartam os extraordinários recursos do espírito; fundem a escola.

“De par com a beneficência promovam o ensino e a prática do trabalho aplicado, principalmente em crianças e adolescentes; estabeleçam o liceu de artes e ofícios.

“Façam construir o hospital e o asilo; mas também simultaneamente a biblioteca (...).

“Em suma: trabalho e cultura do espírito; armas que triunfalmente podem combater as necessidades da vida, simbolizando a mais proveitosa das beneficências – a caridade providente e preventiva.

“Possam estas palavras sinceras achar eco simpático entre os que têm ao seu alcance realizar os melhoramentos de que elas apenas dão imperfeita idéia.

“A directoria do Gabinete bem sabe o que valem propagandas de palavras que o vento leva. Neste ponto não se ilude. Entretanto, cõscia de que promove o bem, aqui deixa a semente de doutrinas que lhe parecem progressivas, firmando o seu apelo à grande colónia portuguesa do Rio, na obra de pedra cujos fundamentos vão ser lançados ao solo, em 10 de Junho próximo.

Mas não basta lançar os fundamentos; é mister erigir o edifício.

Esta obra do Gabinete é fruto dos esforços de duas gerações de lutadores obscuros cujas mal guarnecidas fileiras vão rareando com o tempo, e que é urgente reconstituir.

Se tal facto vier, felizmente, a produzir-se, de ora em diante, poderá a futura BIBLIOTECA PORTUGUESA NO RIO DE JANEIRO levar a efeito uma parte do programa que, em rude mas conscienciosa frase, aí deixamos esboçado. Esse plano afigura-se-nos estritamente indispensável ao progresso, prosperidade e renome da imigração portuguesa no Brasil”.

### **Discurso do Dr. Austregésilo de Athayde, por ocasião dos 140 anos da instituição**

“(…) Senhores, isto aqui é uma biblioteca. Lembrem-se, recordam-se de como foi fundada esta instituição? Cito o nome de José Marcelino de Rocha Cabral, que tomou a iniciativa, ele, com 43 outros companheiros, ao comparecerem no nº 20 da antiga Rua Direita, hoje 1º de Março, e ali lançarem os fundamentos de uma instituição que tomaram esta iniciativa? Eles vinham de Portugal, como imigrantes, tangidos pela luta entre o absolutismo de D. Miguel e o constitucionalismo do futuro D. Pedro IV. Vieram trazendo as amarguras das derrotas de 8 anos de lutas e aqui chegaram ao Brasil, com esse nobre pensamento, depois da independência, depois daqueles conflitos do nativismo, muito compreensível na época, depois da abdicação de D. Pedro I, quando nos encontrávamos em plena regência. E quem era o regente naquele tempo? Era o Pe. Feijó, cheio de energia, de vitalidade, de patriotismos, de ideal, firme nas suas convicções liberais.

(…) é nessa hora que vêm esses portugueses. E que pensam esses portugueses em fazer, para reconstituir a amizade, a fraternidade, a aliança de sangue e de

língua existente entre portugueses e brasileiros? Pensam em construir um movimento à intelectualidade, uma biblioteca. (p. 262-263)

E os egípcios, que fundaram tão grandes bibliotecas! Não se concebia rei naquele tempo que não juntasse, à sua acção política e administrativa, justamente esse mérito de construir templos para bibliotecas, pois que os livros tinham, na época, uma cunho místico, sagrado. Eram, sobretudo, os sacerdotes que os manuseavam, mas os reis consideravam da sua dignidade e do seu prestígio elevar também bibliotecas. (264)

Quando nos encontramos aqui entre estes livros, na 2ª biblioteca da gloriosa cidade do Rio de Janeiro, uma das maiores do Brasil, mais prestigiosa e mais ilustre (...). Quem sabe aqui se encontrem aqueles famosos Cancioneiro, o Cancioneiro geral, o Cancioneiro da Vaticana?

Esses livros são como a Bíblia, sagrados para nos outros, porque ali é que se encontram as primeiras realizações desta língua portuguesa. Foram eles que nos transmitiram, através do seu esforço e do seu idealismo, o idioma maravilhoso com que nos comunicamos, brasileiros e portugueses, num crescendo, porque esta nossa língua só tende a desenvolver, a ampliar o seu prestígio e a propagar-se pelo mundo. (p. 265-266)

(...) Esta caminha não para ser a maior biblioteca do mundo, porque não é este o campo da nossa competição, mas caminha para ser uma das mais representativas do génio de um povo, do génio do povo português, do génio do povo brasileiro, porque somos o que nós somos e nós somos a continuidade de Portugal.

E é na medida em que nós soubemos honrar esta continuidade, é nessa medida, que o povo brasileiro poderá realizar a sua grande destinação no futuro. (267)

Eis, meus senhores, o que me parecia digno de ser dito nesta solenidade. Pela primeira vez, depois de tantos acontecimentos nos últimos anos, falo aqui destribuna, com o mesmo sentimento, com a mesma convicção, com a mesma certeza de Portugal e Brasil se acham unidos na perpetuidade de um destino comum, manter esses liames inquebrantáveis. É preciso que saibamos conservar a nossa herança, herança dos nossos heróis comuns. (p. 270)

Não pretendemos conquistar ninguém pela fora, na África, e nem aquelas antigas colónias portuguesas, senão levando àqueles eu falam a língua comum, o nosso idioma, o nosso apoio, o apoio do nosso espírito e é através dessa língua que se exprime esse espírito. (...) Iremos à África, onde estão os nossos irmãos que falam a Língua Portuguesa para salvar o tesouro que eles receberam, para manter em suas mãos bem viva a idéia de que a herança que devem guardar é uma herança das mais nobres, na história das civilizações do mundo. (p.270)

Portugal e Brasil têm um destino comum a cumprir. Nenhum dos dois o realizará sozinho. É preciso que haja, aqui e lá, a consciência de que só (...) comungando dentro dos mesmos princípios morais que regeram a formação da nossa nacionalidade, da nacionalidade portuguesa e da nacionalidade brasileira (...), nós nos poderemos manter unos (...), para levar às almas dos nossos irmãos, que falam a Língua Portuguesa, esta convicção de que nós estaremos semp.....

(p. 271)

O que é a brasilidade? A brasilidade não é apenas o amor platónico pelo Brasil. A brasilidade é exatamente um conjunto de forças morais, que nos dão carácter, de forças morais, que nos asseguram uma permanência digna no conjunto dos

povos da humanidade. E essas forças morais, nós as recebemos, em grande parte, dos portugueses. (p. 272)

É porque somos portugueses, porque temos as virtudes dos portugueses, que nós brasileiros nos representamos como uma grande nação perante o mundo, uma nação amante da justiça, uma nação que não ambiciona, uma nação que não se precipita, uma nação que não crê na força e sim no raciocínio, uma nação cuja política externa tem justo renome porque esta nação pratica justamente os ensinamentos que recebemos dos portugueses, isto é, a tolerância, a boa vontade, o espírito de compreensão e colaboração. Isto é que é o Brasil, o Brasil como reflexo de Portugal.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)



[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)